**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

ROBERTA CRISTINA BOARETTO

**Modos de subjetivação e processos participativos nos movimentos sociais:
reflexões a partir da Psicologia Social**

**São Paulo
2017**

ROBERTA CRISTINA BOARETTO

**Modos de subjetivação e processos participativos nos movimentos sociais:
reflexões a partir da Psicologia Social**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Doutora em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social e do
Trabalho

Orientadora: Profa. Dra. Ianni Regia Scarcelli

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Boaretto, Roberta Cristina
Modos de subjetivação e processos participativos
nos movimentos sociais: reflexões a partir da
Psicologia Social / Roberta Cristina Boaretto;
orientadora Ianni Regia Scarcelli. -- São Paulo,
2017.
169 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Psicologia Social) -- Instituto de Psicologia,
Universidade de São Paulo, 2017.

1. Luta Antimanicomial. 2. Subjetividade. 3.
Psicologia Social. 4. Pichon-Rivière. I. Scarcelli,
Ianni Regia, orient. II. Título.

BOARETTO, R. C. Modos de subjetivação e processos participativos nos movimentos sociais: reflexões a partir da Psicologia Social. 2017. 169f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Doutora em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social e do
Trabalho

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A todos(as) militantes que perseveram

AGRADECIMENTOS

Meu desejo era escrever esses agradecimentos numa única linha e coluna, para que não desse a ideia de qualquer hierarquia. Cada pessoa anunciada aqui teve uma importância para a realização deste trabalho. Ainda que algumas estivessem fisicamente distantes, fazem parte de mim e influenciaram na escrita e nos pensamentos.

Agradeço a Deus por absolutamente tudo.

Agradeço a minha orientadora, Ianni Regia Scarcelli, por ter investido nesta tese e em mim, por sua paciência e compreensão, por ter me segurado e me empurrado quando precisei. Pela sabedoria do Zazen, pelas histórias e experiências que te tornavam humana, mesmo sendo mais do que isso; foi imprescindível sua generosidade e aceitação. Agradeço por compartilhar um pouco de seu conhecimento e por ficar junto comigo até o fim. Eu não tenho palavras para te agradecer. Você é uma orientadora maravilhosa. Muito obrigada!

Agradeço à Ericka Marie Itokazu por sua amizade e companheirismo, por me mostrar que a vida também deve ter alegria, pela leitura cuidadosa do material e pelas críticas argutas trazidas pela sua formação em Filosofia. Pelo seu conhecimento e experiência nos caminhos do pensamento.

Agradeço a todo(a)s mestres que me ensinaram ao longo da minha trajetória acadêmica.

Agradeço à douta banca da arguição e da defesa pela disponibilidade em ler e fazer as considerações pertinentes.

Agradeço André Martins Cantú, companheiro de todas as horas, que me alimentou, o corpo e a alma. Que me aturou nos piores momentos e ainda conseguia dizer que me admirava. Pelas leituras conjuntas, por ajudar a desenhar o histórico do Movimento da Luta Antimanicomial nas cartolinas. Espero um dia poder retribuir tudo que você fez e faz por mim. And then my dreams come true.

Agradeço à minha família em toda sua extensão, por permitirem minha existência e por todo apoio dado nesse momento conturbado. Pelas orações, confiança e crença que nem eu mesmo tinha. Ao meu pai por me ensinar a não me preocupar tanto com coisas que não têm jeito mesmo. À minha mãe pelas orações e confiança que me fizeram andar. Ao meu irmão minimalista e conciso, por me ensinar que, se não tem nada a dizer, não diga nada. À minha irmã por me fazer uma pessoa mais forte e me ensinar a reagir às adversidades.

À Nona, Tereza Sartori Boaretto, que em seus 96 anos me ensina como sou quem sou. Parte da minha história e referências. Que venham os 97!

À Linda, Michele, Camila, Luísa, por sua companhia e por mostrar que nem tudo precisa ser tão grave, por tocarem o barco mesmo com todas as dificuldades.

Ao sr. Andrea Cantú, pela sabedoria e ensinamentos. Suas aulas de vida e perseverança são uma inspiração!

À Sônia Parente, por todo trabalho terapêutico e pedagógico, por pegar na minha mão quando precisei e me dar colo, por olhar dentro de mim e conseguir tirar o que eu nem sabia que existia.

À Rita A. A. de Mello e Rubens H. Bergel por acompanharem cuidadosamente as crises que pareciam não ter solução.

Aos colegas do Instituto de Saúde, pelos ensinamentos acadêmicos e engajados, pelas histórias e vivências. Luiza, Taninha, Umberto, Jorge, Jucilene, Ausônia e Carvalheiro.

À Virginia Junqueira, Iracema Castro e Teresa Cristina Moraes, aguerridas e cuidadosamente críticas, que me ensinaram a olhar nas entrelinhas das políticas de saúde.

Ao Lauro Cesar Ibanhes e Olinda do Carmo Luiz por terem acreditado no meu potencial docente e por terem me incentivado a entrar no doutorado.

Ao Emílio Telesi Júnior por quase compartilhar o aniversário, por cuidar de mim com sua acupuntura e Lian Gong, pela crítica ponderada e por me ensinar a respeitar mais os que já fizeram história antes de mim.

Às companheiras e companheiros de trabalho da FMABC, que trilham comigo essa caminhada gratificante e árdua da docência e que de várias maneiras deram suporte para a conclusão deste trabalho. Marco, Vânia, Silmara, Mônica, Adozinda, Ieda, Cecília, Catiane, vocês são especiais!

Agradeço de todo meu coração aos meus alunos e alunas, vocês são minha fonte de inspiração! Luana, Amanda, Nanda, Felipe, Gabi, Adriana, Matheus, Lucas, Larissa, Raíla, Paulo, Silvana, Jéssica, Bruna e tanto(a)s outro(a)s, obrigada por não se conformarem com argumentos e práticas injustas.

Agradeço à Vanessa Dantas e Henrique Mariotto pela leitura cuidadosa do material e pelas palavras de incentivo ditas no último momento, recuperando meu fôlego já sem forças.

À Elisa, Marcela, Romy, Vânia e aos srs. Akio Sasai e Ademir Barrence pelo apoio espiritual nas horas difíceis.

Sinceramente, muito obrigada!

Tudo é mutável, tudo aparece e desaparece

Buda Sakyamuni

RESUMO

BOARETTO, R. C. **Modos de subjetivação e processos participativos nos movimentos sociais: reflexões a partir da Psicologia Social**. 2017. 169f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Esta tese teve como temática a subjetividade de participantes de movimentos sociais. O objetivo da pesquisa configurou-se em um longo trajeto, traduzindo-se como identificar e refletir aspectos que compõem processos associativos e desagregadores nas relações estabelecidas entre participantes dos movimentos sociais de saúde mental no Brasil, em especial aqueles que se articulam em torno dos princípios da Luta Antimanicomial. Nesse sentido, configura-se como um estudo exploratório. Inicialmente foi aprofundada a discussão sobre o que se considera “direita” e “esquerda” no Brasil, questão relacionada a um campo de disputas político-ideológicas e, com isso, foi definido o tipo de movimento social que seria necessário pesquisar para melhor compreensão dos processos de subjetivação e de associação e desagregação. O método usado é de natureza dialética. A partir da identificação de uma variedade de significados usados para descrever um mesmo termo, foi necessário aprofundar conceitos como participação e cidadania, entre outros. Para fundamentar a questão da subjetividade foi utilizada a teoria psicológica de Enrique Pichon-Rivière. Como resultado da pesquisa foi necessário abordar a questão da ideologia e como esta interfere nos processos de subjetivação. Nesse caso, foram usados os referenciais de Marx e Pichon-Rivière. No campo da psicologia social, Pichon-Rivière, dentre outros autores, propõe uma atitude analítica e científica que faça frente à consciência ingênua e à valorização do cotidiano como autoevidente e inquestionável, pois está relacionado a um sistema social de representações ou ideologias que encobre e distorce o cotidiano, que o mistifica enquanto oculta sua essência segundo interesses dos setores hegemônicos da sociedade. O encobrimento ocorre por um mecanismo característico de naturalização do social pela ideologia dominante e, nesse sentido, se faz necessário o estudo das leis que regem a configuração do sujeito. Os sujeitos desta pesquisa são participantes de movimentos de saúde mental, profissionais, usuários e familiares de usuários. De acordo com essas entrevistas observou-se que o incômodo com situações vivenciadas pelos próprios entrevistados os levou a buscar alternativas para a realidade em que estavam, encontrando no Movimento da Luta Antimanicomial um espaço que permitiu reconfigurar suas experiências. As reflexões trazidas aqui têm como intuito oferecer indicativos a serem considerados na compreensão de processos de subjetivação e participação em movimentos sociais de saúde mental. O referencial teórico de Pichon-Rivière permitiu sugerir o estabelecimento de um paralelo entre as noções de tarefa e pré-tarefa com a dinâmica associação/desagregação no movimento, abordada pelos sujeitos nas entrevistas. A trajetória do movimento não se configurou como uma linearidade ascendente ou descendente, mas pode ser compreendida no movimento em espiral tal como proposto por Pichon-Rivière. Os sujeitos em questão inventaram-se e reinventaram-se num determinado contexto e estrutura social e, sendo assim, não é possível afirmar que os resultados encontrados nesta pesquisa sejam os mesmos a serem encontrados para todos os movimentos sociais e seus participantes. No entanto, a associação/desagregação, desde que considerada em sua dimensão dialética, pode se configurar como uma chave para compreensão sobre os modos de subjetivação dos sujeitos em suas práticas participativas em outros movimentos sociais.

Palavras-chave: Luta Antimanicomial; Subjetividade; Psicologia Social; Pichon-Rivière.

ABSTRACT

BOARETTO, R. C. **Subjectivation modes and participative processes in social movements: reflections from Social Psychology**. 2017. 169f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

The theme of this thesis sheds light on the subjectivity of participants of social movements. The objective of this research took shape in the course of a long trajectory and was established as an attempt to identify and reflect about the aspects that compose associative and disaggregating processes that occur in the relationships established between participants of social movements focused on mental health in Brazil, particularly movements based on the principles of Anti-Psychiatry (Luta Antimanicomial). In this sense, this thesis is configured as an exploratory study. At first, a deeper discussion was promoted on what could be considered “right-wing” and “left-wing” in Brazil, as this issue is related to a field of political-ideological disputes. This discussion was used to define the type of social movement to be studied in order to reach a better understanding of the processes of subjectification, association, and disaggregation, using a dialectic method. Based on the identification of several meanings given to the same term, deeper discussions were necessary to better define concepts such as participation and political citizenship. The psychological theory of Enrique Pichon-Rivière was used to support the issue of subjectivity. The result of the research led to a need to discuss the matter of ideology and how it interferes with subjectification processes. In this case, references from Marx and Pichon-Rivière were used here. In the field of social psychology, Pichon-Rivière, among other authors, proposes an analytical and scientific attitude in face of the ingenuous consciousness and the valuation of the daily life as self-evident and unquestionable, as it is related to a social system of representations or ideologies that conceals and distorts the daily life, and mystifies it while it also hides its essence according to the interests of hegemonic segments of society. Such concealment makes use of a characteristic mechanism of naturalization of the social sphere by the dominant ideology, and in this sense, a study of the rules that govern the configuration of the subject is necessary. The subjects of this research are participants of mental health movements, professionals, users, and family members of these users. Our interviews indicated that the discomfort with the situations experienced by the interviewees led them to seek alternatives to their current reality, finding a safe place in the Anti-Psychiatry Movement (Movimento da Luta Antimanicomial) where they were able to reconfigure their experiences. The reflections raised here are intended to provide indications to be considered in the understanding of processes of subjectification and participation in social movements dedicated to mental health. The theoretical reference of Pichon-Rivière allowed us to suggest a comparison between the notions of task and pre-task with the dynamics of association/disaggregation in the movement, as mentioned by the interviewees. The trajectory of the movement did not present an ascending or descending linearity, but may be understood as a spiral movement, as suggested by Pichon-Rivière. The research subjects invented and reinvented themselves in a given context and social structure. Therefore, it is no longer possible to affirm that the results found in this research would be the same as those that might be found with all other social movements and their participants. However, the association/disaggregation – considered in its dialectic dimension – can represent a key element to understand the subjectification modes of subjects in their participation in other social movements.

Keywords: Anti-asylum Movement; Subjectivity; Social Psychology; Pichon-Rivière.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Levantamento de palavras-chave na base de dados da produção científica da USP (teses e dissertações), 2014	51
Tabela 2 – Internações por ano de atendimento, segundo lista de morbidade da CID 10, período de 2013 a 2016, Brasil	153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABP	Associação Brasileira de Psiquiatria
ADUSP	Associação dos Docentes da USP
ALESP	Assembleia Legislativa de São Paulo
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CPP II	Centro Psiquiátrico Pedro II
DINSAM	Divisão Nacional de Saúde Mental
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
FFLCH/USP	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LAPS	Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MLA	Movimento da Luta Antimanicomial
MPL	Movimento Passe Livre
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NAPS	Núcleo de Atenção Psicossocial
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

RENILA	Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial
SINDISPREV	Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Trabalho e Previdência
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
PARA AFINAR DISCURSOS E PENSAMENTOS.....	23
CAPÍTULO 1.1	
IDEOLOGIA E O LUGAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE	
ESQUERDA.....	38
CAPÍTULO 2	
O PERCURSO TRAÇADO NA PESQUISA	47
CAPÍTULO 2.1	
NOTAS SOBRE A PSICOLOGIA SOCIAL CONCRETA:	
SUBJETIVIDADE E CONTEXTO SOCIAL.....	59
CAPÍTULO 3	
MOVIMENTOS SOCIAIS: TRANSFORMAÇÃO SOCIAL <i>VERSUS</i>	
DESAGREGAÇÃO NO PROJETO NEOLIBERAL	64
CAPÍTULO 3.1	
O MOVIMENTO DA LUTA ANTIMANICOMIAL E PROCESSOS DE	
ASSOCIAÇÃO E DESAGREGAÇÃO.....	85
CAPÍTULO 4	
A VOZ DOS SUJEITOS MILITANTES.....	93
CAPÍTULO 5	
AS PORTAS E AS JANELAS: REFLEXÕES, POSSIBILIDADES E	
DESFECHOS	144
REFERÊNCIAS	160
ANEXO	168

INTRODUÇÃO

*Déjeme decirle, a riesgo de parecer ridículo, que el
revolucionario verdadero está guiado por grandes
sentimientos de amor.
Che Guevara*

O intuito desta tese é fazer aproximação a uma temática complexa e, talvez por isso, pouco aprofundada nos estudos que buscam compreender processos participativos inerentes aos movimentos sociais e modos de subjetivação. Trata-se, assim, de um estudo exploratório, no qual as relações entre processos de subjetivação e participativos são tematizadas e problematizadas e no qual busca-se indicar caminhos possíveis para compreensão de questões dessa natureza.

Abordar os movimentos sociais, considerando tal perspectiva, é tarefa complexa, entre outros motivos, porque trata de assuntos controversos que compõem o campo de conhecimento do qual os movimentos fazem parte, tais como participação popular, cidadania, sociedade civil e a própria subjetividade, que não possuem uma única acepção e são usados com objetivos diferentes.

Um dos disparadores deste trabalho advém de uma prática em que se inscreveu preocupações frente ao modo como os movimentos sociais, e o que costuma ser denominado como participação, são tratados. O exercício da profissão como psicóloga (fosse no âmbito da pesquisa ou na atuação com grupos) permitiu-me a convivência com pessoas que participavam ou que participaram e se retiraram de movimentos sociais. Indagações sobre como as pessoas se aproximam, associam-se, afastam-se e até mesmo desistem e se decepcionam com movimentos dessa natureza têm estado presentes há alguns anos no meu percurso de vida. Um dos elementos que diversas vezes chamou a atenção em meu breve percurso acadêmico e profissional foi a constante afirmação (seja por meio de leituras acadêmicas, seja por frases ouvidas) de que os movimentos sociais tinham acabado, ou de que a população brasileira não “conseguia” mais se mobilizar ou atuar a partir dos movimentos, tendo como referência a militância das décadas de 1970 e 1980, o que não fazia sentido no contato com pessoas que estavam atuando nos movimentos sociais.

Além disso, presenciei a decepção de pessoas que, após verem a ascensão política de suas lideranças, sentiam que anos de participação e mobilização tinham sido em vão, pois as propostas e projetos que defenderam não entravam na pauta de prioridades dos líderes em questão. Ou seja, percebiam que todo o processo participativo tinha gerado mudanças em seu contexto social, em seu cotidiano – para melhor ou para pior – mas havia uma sensação de traição das propostas originais, discutidas por décadas. Pode-se dizer, inicialmente, que isto gerou os questionamentos que fazem parte desta tese.

Apenas a título de exemplo, Cortes (2002) descreve que as agências internacionais de fomento (como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial de Saúde), dirigentes políticos e acadêmicos estrangeiros questionam a possibilidade de se criar mecanismos de participação da população em países latino-americanos, devido às práticas clientelistas e corruptas que permeiam a política e os processos decisórios nesses países. Essa afirmação parecia contradizer o que eu pude observar nos movimentos, inclusive pela existência e resistência expressa em suas ações, gerando indagações, por exemplo, sobre o objetivo e conteúdo ideológico em se afirmar que os países latino-americanos não são capazes de gerenciarem-se politicamente.

Nesse contexto surge a questão que destaco e que guiará as reflexões aqui tecidas, que se referem ao pertencimento e à separação que se estabelecem nesses contextos e que aqui serão nomeados como processos de associação e desagregação. Afinal, o que leva as pessoas a associarem-se (pertencendo) ou desagregarem-se (separando-se) a movimentos sociais?

A construção do caminho para decifrar questões dessa natureza não deixou de ser complexa, tal qual o problema aqui estudado. A pergunta inicial desta pesquisa sofreu diversas reformulações, seja em função da bibliografia encontrada, seja pelas observações realizadas e entrevistas analisadas, em um longo processo de reflexão e problematização, que permitiu eleger e ter como eixo norteador da investigação aspectos que envolvem processos de associação/desagregação, entendidos como parte de um movimento dialético.

No que se refere especificamente aos aportes teóricos, essa construção exigiu (e continua exigindo) o aprofundamento em grande parte dos assuntos aqui já mencionados – cidadania e sociedade civil, por exemplo – com destaque a entendimentos sobre processos de subjetivação, considerando ser esse um dos objetivos aqui propostos. As formulações da

Psicologia Social postuladas por Enrique Pichon-Rivière destacaram-se nessa perspectiva e, assim, serão convocadas a subsidiar os caminhos e reflexões que estão em processo de construção. Segundo ele,

[...] o esquema de referência de um autor não só se estrutura como uma organização conceitual, mas se sustenta em alicerce motivacional, de experiências vividas. É através delas que o investigador construirá seu mundo interno, habitado por pessoas, lugares e vínculos que, articulando-se com um tempo próprio, num processo criador, irão configurar a estratégia da descoberta (PICHON-RIVIÈRE, 2005, p. 1).

Além de subsidiar o olhar sobre aspectos afetivos/cognitivos inerentes aos processos de subjetivação dos fenômenos que são estudados neste trabalho, esse entendimento, de que a obra de um autor é sempre autobiográfica, justifica uma breve digressão. Em outros termos, na explicitação do caminho construído neste estudo, convém descrever como essa problemática adquiriu relevância como tema de uma tese, e de como começou a despontar desde a época em que cursei a graduação em Psicologia na Universidade de São Paulo.

A partir de observações que eu fazia e indagações que não obtiveram respostas ao longo daquele tempo, o tema foi se constituindo como relevante, pois, geralmente, é abordado de maneira secundária. E o que se pretende aqui é dar forma a uma tentativa de iluminar questões da subjetividade presentes naqueles que participam de movimentos sociais. Desse modo esclareço que o tema desta tese e suas inquietações me acompanham há mais de uma década; estão presentes como fruto da prática profissional e da observação e participação que tive em movimentos sociais. O objetivo, que foi se definindo no sentido de identificar aspectos que compõem processos associativos e desagregadores na perspectiva da participação em movimentos sociais, pretende abarcar algumas preocupações formuladas ao longo desse tempo. As perguntas iniciais que motivaram a pesquisa traduziam-se da seguinte forma: “por que as pessoas resolvem participar dos movimentos?”; “por que as pessoas deixam de participar dos movimentos?”; “o que as mobiliza a fazer isso?”; “o que muda a participação na vida de uma pessoa?”; “quais implicações no mundo com a participação das pessoas nos movimentos?”. Na tentativa de responder a essas perguntas, um caminho foi se desenhando.

Identifico um período em minha formação, não apenas acadêmica, crucial para que essas preocupações nortegassem meus interesses. A convivência com amigas, amigos,

professoras e professores¹, que estão presentes em minha vida desde a adolescência, além de fatos vividos na formação acadêmica, foi determinante sobre meu olhar em relação às pessoas, ao mundo, às desigualdades, noções de justiça e direitos que se firmaram como algo que passou a dar um sentido à minha existência. Sempre me chamou a atenção, nas atitudes dessas referências, a eterna disponibilidade para com as pessoas, a despreocupação com formalidades desnecessárias, que apenas confirmam assimetrias, inúmeras ações, enfim, que deram sentido a tudo que eu via e sentia.

Experimentei e presenciei acontecimentos transformadores no curso de graduação em Psicologia, a mesma instituição que me recebe no Doutorado. Iniciei o curso em 1993; vale ressaltar que, como todo primeiro ano de faculdade, possuí uma sobrecarga de matérias básicas e principalmente voltadas para um olhar do ser humano de caráter biológico. Passei durante todo esse primeiro ano me questionando se aquela era realmente a formação profissional que eu tinha tanto desejado. Nada fazia sentido. Não via pessoas, via sistemas desagregados, números, fórmulas, cadáveres, enfim, nada fazia sentido naquilo. No segundo ano de faculdade, tive o privilégio de ter disciplinas sobre Psicologia Social. E eis que algo começou a fazer sentido: finalmente falava-se de gente, daquelas que eu conseguia reconhecer, lembrando de mim e de quem eu conhecia. Além disso, as disciplinas exigiam contato com pessoas, especificamente velhas e trabalhadoras, tive acesso a textos que falavam de etnias indígenas, de classe operária, bairros periféricos, pessoas com sofrimento mental, enfim, segmentos que sofriam por sua condição de diferença, mas dentro da área da psicologia, não nas disciplinas de Sociologia ou Antropologia oferecidas pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH/USP. Era uma nova visão, que dava sentido ao que até então não tinha.

No início do ano seguinte, passei por um período de greve na universidade; foi uma experiência política que eu nunca tinha vivido e que deixou marcas, profundas e boas; tudo era intenso, era real. Talvez o relato dessa greve seja semelhante ou incipiente para quem vive ou viveu outras greves, mas destaco a importância de falar dela porque, para mim, foi o que deu concretude a tudo que apenas era mito e imaginário. Eu tentava participar de

¹ Ericka Marie Itokazu, Dona Olga, Lia Deborah Sztulman, Cica, Raphael Maia Negrão Caldas, Virginia Junqueira, minha orientadora Ianni Regia Scarcelli, Tereza Cristina Lara de Moraes, Lauro Cesar Ibanhes, José Moura Gonçalves Filho, os moradores da Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula, Expedito, Orlando, Benedito, Arlindo, Ludovico e tantos outros que me emprestaram um pouco de si para conformar o que sou.

tudo, tinha muitas dúvidas e o norteador era a relação que tinha com algumas/ns professoras/es e aluna/os referências, decisiva/os em minha motivação.

A greve estava tensa, havia uma reivindicação de aumento de repasse para as universidades estaduais na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – e, caso isso acontecesse, seria histórico. Aprendi o que era assembleia de alunos, de professores e de ambos; no início, esta última me parecia estranha, pois para mim eram dois polos opostos que se encontravam por terem um interesse comum. Aprendi o que era o Fórum das Seis², pela primeira vez fui à Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, vi tensão entre professores que discordavam em relação à participação na greve, vi, pela primeira vez, o que eram “aulas de greve”. Para mim, greve era simplesmente *não trabalho*, jamais imaginei que fosse algo tão ativo. Fui pela primeira vez à Assembleia Legislativa de São Paulo – ALESP – e comecei a compreender o que é o espaço público e como o público não usa seu espaço. Senti o peso de estar próxima de um caminhão de som, do poder de uma fala em uníssono, da importância de caminhar junto com tantas pessoas, algumas delas carregando bandeiras e com os pés no chão. Senti arrepio ao ver um deputado “torturador” (*sic*) discursar e todo o plenário virar de costas gritando “assassino!”, inclusive eu, depois que soube de sua história. Senti o que era decepção ao presenciar a falta de compromisso de uma bancada partidária do movimento democrático brasileiro, que tinha grande expressão numérica, negociar com representantes dos estudantes, professores e funcionários, se comprometendo a votar a favor do aumento do repasse e se retirar no momento da votação, impedindo que totalizasse *quórum* suficiente em meio à madrugada, desanimando totalmente quem já estava ali com sono, fome, cansaço. Entendi que há artifícios poderosos para dissipar as pessoas, como simular algo queimando na tubulação de ventilação para que se evacuasse o plenário.

Inquieta com diversas situações que presenciava, orientei minha formação para a busca de respostas para a questão da participação, que sempre se apresentou como dilemático. Realizei pesquisas, observações e participei da formulação de movimento de reivindicação de direitos. Passei a fazer parte de um grupo que refletia uma prática coletiva e, nesse sentido, posso dizer que este trabalho foi feito com vários outros que hoje fazem parte de mim, o que me provoca medo dada a responsabilidade para com eles.

² Fórum que congrega as associações de docentes e sindicatos de funcionários das três universidades públicas estaduais de São Paulo: UNESP, UNICAMP e USP.

Após a graduação, a aproximação com militantes da reforma sanitária e do movimento de luta antimanicomial me permitiram acompanhar, e também viver, experiências de ligação e pertencimento, que se mostravam potentes; ao mesmo tempo, de rompimentos e incomunicabilidade, que traziam sofrimentos e, por vezes, culminavam em afastamentos definitivos.

Fazer esta breve digressão se justifica por estarem essas situações próximas da compreensão trazida por Daneluci (2016), e também por Pichon-Rivière (2005), quando entende que o envolvimento de uma pesquisadora com seu objeto de estudo é um entrecruzamento da história pessoal com a vida acadêmica. Há um posicionamento de quem pesquisa inerente à construção do problema da pesquisa, ao desenvolvimento desta até o resultado final e, por isso, se faz necessária a explicitação dos referenciais e de qual lugar o pesquisador discursa.

Considerando as aproximações que tive com militantes de diferentes movimentos sociais, vou me centrar, neste estudo, naqueles ligados à saúde mental, articulados a partir de princípios antimanicomiais. No movimento antimanicomial, questões ligadas à subjetividade se fazem presentes na crítica às instituições normalizadoras e nas práticas criativas que incentivem o potencial dos sujeitos. O campo da saúde mental aborda temáticas que desenvolvem uma “crítica à razão iluminista e inclusão da desrazão na proposta de novo paradigma, recupera a questão da subjetividade como essencial para a construção de uma concepção de saúde mais abrangente” (SCARCELLI, 2016, p.20), configurando-se como campo fértil para o estudo aqui proposto, cujo objetivo, que foi se conformando ao longo da pesquisa, encaminhou-se no sentido de identificar e refletir sobre aspectos que compõem processos associativos e desagregadores nas relações estabelecidas entre participantes dos movimentos sociais de saúde mental no Brasil, em especial aqueles que se articulam em torno dos princípios da Luta Antimanicomial. Para isso, partiu-se da compreensão sobre a relação entre os sujeitos, sua organização em grupos, sua prática política por meio dos movimentos sociais, bem como da compreensão dos processos de mútua determinação sujeito/contexto social, particularmente sobre as transformações que se processam na constituição dos sujeitos que participam dos movimentos e no âmbito social.

Assim, considerando as temáticas e problematizações levantadas até aqui, foram organizados os capítulos em que são apresentados e contextualizados alguns conceitos

importantes para a compreensão dos processos de associação e desagregação e, também, o modo como esse trabalho foi construído, tal como segue.

No Capítulo 1, intitulado *Para afinar discursos e pensamentos*, busco apresentar questões referentes ao campo de disputas político-ideológicas entre direita e esquerda como modo de explicitar as características e justificar a escolha de estudar de movimentos sociais que podem ser considerados dentro de um campo denominado como esquerda. No trajeto da pesquisa, observei que existem atores sociais que compõem movimentos que se autodenominam como pertencentes à direita e que possuem demandas que consideram tão relevantes quanto às consideradas por outros movimentos sociais que não podem ser classificados como pertencentes ao campo da direita. O histórico trazido neste capítulo procura configurar esses dois campos e eleger um movimento social de esquerda para melhor compreensão dos processos de subjetivação e de associação e desagregação, a saber, o movimento da luta antimanicomial.

No capítulo 2, *O percurso traçado na pesquisa*, detalho o método usado e as construções realizadas por meio das descobertas que o caminho das observações, análises e discussões trouxe, revelando uma diversidade de termos possíveis para a pesquisa e a necessidade de fundamentar teoricamente de onde partiria o olhar para compreender todos esses processos e suas determinações, amparado pelo método dialético e pela psicologia social concreta formulada por Enrique Pichon-Rivière. As concepções dessa perspectiva teórica auxiliaram no olhar sobre as falas dos sujeitos, indicando relações possíveis entre os modos de subjetivação e a realidade construída.

No capítulo 3, *Movimentos sociais: agentes da transformação social versus desagregação no projeto neoliberal*, apresento diversas análises de diferentes autores sobre os movimentos sociais e a participação, indicando processos intencionais na formulação desses conceitos, dentre outros, que podem ser constitutivos de subjetividades e da própria ação dos participantes dos movimentos. Nesse capítulo também apresento um breve histórico sobre a constituição do movimento da luta antimanicomial e a consequente transformação das práticas em saúde mental e dos processos de subjetivação.

No capítulo 4, evidencio *A voz dos sujeitos militantes*, momento em que são apresentadas as entrevistas de participantes dos movimentos de saúde mental.

Por fim, no Capítulo 5, *As portas e as janelas: reflexões, possibilidades e desfechos*, apresento a discussão e reflexões sobre os processos de associação e desagregação a partir, principalmente, das entrevistas presentes no capítulo 4.

CAPÍTULO 1 - PARA AFINAR DISCURSOS E PENSAMENTOS

Quem é de esquerda não vende a alma ao mercado
Frei Betto

Quem e o que são os movimentos sociais? Movimentos sociais são sempre de esquerda? Mas o que se considera esquerda e direita no Brasil? No decorrer da pesquisa, alguns assuntos ficaram evidentes e identificou-se a necessidade de explorá-los, como é o caso das concepções de “esquerda” e “direita”, especialmente se considerarmos as expressões de ódio e a disputa que envolve o significado de ser de esquerda vivenciados no país no momento em que esta tese é escrita. O processo de construção da pesquisa exigiu uma escolha sobre como iniciar a reflexão proposta no início do trabalho, o que levou à necessidade de observação de reuniões realizadas por alguns movimentos sociais.

Uma das observações realizadas foi em uma roda de conversa de caráter sindical realizada por docentes universitários, logo após as manifestações de julho de 2013. Estiveram presentes vinte e cinco participantes, entre os quais professores, alunos de alguns cursos e um professor/palestrante convidado, que fez algumas considerações, discutidas por todos. Nessa reunião foi feita uma análise de conjuntura política, consideraram que o Movimento Passe Livre³ – MPL – tinha uma marca de esquerda, um viés anticapitalista por desejar a tarifa zero, entender transporte como um bem público, bem como outras áreas, como educação e saúde, ou seja, por entender que são necessários os direitos de cidadania. Consideravam que havia diversos movimentos nas ruas à época, mas de linhas contrapostas. Importante lembrar que foi o momento do aparecimento dos movimentos *black bloc*, que tiveram como ação a depredação de instituições públicas e privadas e se consideravam anarquistas, além de manifestações realizadas por grupos de direita que criticavam a gestão do governo de Dilma Rousseff. A partir desse relato, é possível dizer que havia uma percepção contrária à de que não existiam movimentos sociais em ação.

³ Este movimento foi responsável pela organização de diversas manifestações em 2013, que teve início com a reivindicação da redução da tarifa de ônibus em São Paulo de R\$3,00, uma vez que tinha sido aumentada para R\$3,20. Após diversas manifestações, a tarifa foi reduzida para R\$3,00. Conferir documentário *20 centavos*, de Tiago Tambelli, 2014.

Na reunião observada, os participantes consideravam que as manifestações ocorridas no mundo eram em decorrência de uma crise do capitalismo, uma insatisfação geral. Mas essa crise acabava se manifestando de forma diferente em cada país, devido suas particularidades. Essa crise acometia também o Brasil. Compreendiam que o MPL ganhou aderência antes da repressão policial e isso foi considerado um fato significativo, pois poderia indicar uma reascensão dos movimentos de massa, potencializada pela repressão policial.

Os participantes chamaram a atenção para eventos ocorridos em 17 de junho de 2013, em que o MPL ganhou adesão não somente da esquerda – como tinha sido até aquele momento, como, por exemplo, de eleitores de Marina Silva, que se distinguiam dos militantes de movimentos de esquerda, mas não podiam ser considerados exatamente com um grupo de direita –, mas também participaram setores conservadores, fato evidenciado pela quebra/queima das bandeiras dos partidos de esquerda, o que até aquele momento não havia acontecido.

Na reunião, os participantes diziam ter a sensação de que as depredações de prédios públicos e da prefeitura foram promovidas por grupos da direita, pois pareciam ter ocorrido após a inserção desses grupos nas manifestações. Relembrou que, no dia da comemoração pela redução da tarifa de ônibus na Avenida Paulista, na cidade de São Paulo, naquele ano, grupos de esquerda foram expulsos do local, o que indicava que os grupos de direita estavam, de alguma maneira, organizados e preparados e, se num primeiro momento as canções e gritos eram por ideias anticapitalistas, neste segundo momento ficaram claras palavras fascistas, pois a predominância era de bandeiras do Brasil e a música era o hino nacional, caracterizando uma vertente nacionalista. Apesar de opiniões contrárias a essa ideia, consideravam como importante a maneira como a mídia tratou os manifestos àquela época, enfocando mais a questão da corrupção do que a posição contra o capitalismo e a luta por direitos de cidadania. Na discussão, consideraram isso como demonstração do interesse da mídia em enfraquecer o governo federal.

Os participantes também observaram que a classe média, influenciada pela mídia, teve uma reação de que havia uma revolução nas ruas; no entanto, os presentes entendiam que não se tratava de uma revolução, viam mudanças, mas num processo mais lento do que seria uma revolução. Consideraram que todas as manifestações "destamparam" (*sic*) um processo de mobilização das pessoas.

Ainda no debate, houve relato de um participante do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST –, que sempre foi às ruas para manifestações, “tomou” balas de borracha da polícia, considerou que não se podia dizer que não havia movimentos antes do MPL. Entendia que declarações feitas pela presidenta Dilma foram claras em pedir uma *pauta* de temas para discussão, não apenas ter o tema "contra a corrupção" como foi bradado nas manifestações recentes àquela época, entendendo que não deveria haver corrupção, significando que se trata de um princípio sem negociações. Segundo o participante, havia necessidade de negociar os *direitos* que não estão sendo cumpridos, tema que os movimentos sociais estavam discutindo, voltando para a questão dos direitos dos trabalhadores, da manutenção dos serviços públicos, Educação, Saúde, Moradia.

Outro participante afirmou que não se podia negar as mudanças na forma de organização dos movimentos na atualidade. Além de haver uma convocação mais rápida pelas redes virtuais, a movimentação nas ruas parecia ser dispersa, não havia um ponto de encontro específico, as pessoas iam por todos os lugares, não havia falas de lideranças em caminhões de som e não tinha um carro de comando, as pessoas seguiam andando. Ressaltou que a cobertura da mídia sobre o caso do mensalão foi sem precedentes e teve a sensação de que, através das imagens, a população "queria sangue!" (*sic*). Entendia que a forma como a mídia tratou o caso teria estimulado o mote "contra a corrupção". Todos os eventos o fazia refletir sobre as formas de mobilização, sobre a própria organização sindical, considerando que naquela roda de conversa havia mais participantes do que nas reuniões ordinárias. Outros temas foram abordados, como a credibilidade das pesquisas de opinião e a inclusão deste tipo de discussão em sala de aula, pois este seria o papel da universidade.

Essa foi uma das primeiras observações da pesquisa na tentativa de investigar como se processavam aspectos psíquicos e subjetivos dos participantes dos movimentos. E foi nesse contexto que se observou a necessidade de aprofundar a dicotomia e a dificuldade em se definir o que se considera esquerda/direita, pois os movimentos sociais podem ser considerados de esquerda e de direita. Este foi o ponto de partida para a seleção dos movimentos sociais de esquerda como objeto de atenção desta pesquisa.

Atualmente, há uma dificuldade em definir o que seria uma posição de “direita”, “centro” e “esquerda”, particularmente no Brasil. Alguns autores (FIORI, 2006; SEGRILLO, 2004; TAROUCO e MADEIRA, 2013) que analisam os termos concluem que

há uma polissemia nesse caso, ou seja, há uma complexidade em estabelecer ou *conter* ações e ideários políticos apenas nessas categorias.

Historicamente, os termos “esquerda” e “direita” foram cunhados no decorrer da Revolução Francesa, no século XVIII. Durante as Assembleias para elaboração da Constituição francesa, os ricos sentavam-se à direita, enquanto os pobres sentavam-se à esquerda. Do lado direito estavam os que não concordavam em dividir suas riquezas, enquanto que do lado esquerdo situavam-se os que faziam propostas de mudança que implicavam divisão de riqueza e poder. Hobsbawn (1996) compreende a Revolução Francesa como constituinte da política e ideologia do mundo no século XIX, fornecendo assim vocabulário e temas para liberais, democratas e nacionalistas. As consequências dessa constituição são profundas e reverberam ainda nos dias atuais, especialmente por ter ocorrido no Estado mais populoso e poderoso da Europa em 1789. Esse fato histórico marcou época por se caracterizar como uma revolução social de massa, mais radical do que as que a precederam. Há, portanto, um legado para outros países deixado pela Revolução Francesa, especialmente no que se refere aos termos e na concepção de “direita” e “esquerda”.

Hobsbawn (1996), por exemplo, atribui os levantes ocorridos no mundo islâmico, hindu e na América Latina, após 1808, à Revolução Francesa. Compreender o sentido e o contexto desta revolução permite recuperar o significado histórico dos termos “direita” e “esquerda” e identificar as mudanças de sentido e seus usos ainda nos dias atuais.

A inclinação à direita seria o compromisso com o rei e com a aristocracia, enquanto que o compromisso com a revolução ou com as massas seria uma inclinação à esquerda. Mesmo nesse período, Hobsbawn (1996) descreve uma “dança dialética” (p. 26) em que a burguesia, a classe média, os liberais ora inclinavam-se mais para um lado ora para outro.

Veremos repetidamente moderados reformadores de classe média mobilizando as massas contra a resistência obstinada ou a contrarrevolução. Veremos as massas ultrapassando os objetivos dos moderados rumo às suas próprias revoluções sociais, e os moderados, por sua vez, dividindo-se em um grupo conservador, daí em diante, aderindo aos reacionários; e um grupo de esquerda, determinado a perseguir o que restou dos objetivos moderados, ainda não alcançados, com o auxílio das massas, mesmo com o risco de perder o controle sobre elas. E assim por diante, com repetições e variações do modelo de resistência – mobilização de massa – inclinação para a esquerda – rompimento entre os moderados – inclinação para a direita – até que o grosso da classe

média passasse, daí em diante, para o campo conservador, ou seja, derrotado pela revolução social (HOBSBAWN, 1996, p. 26).

Direita e esquerda não podem ser consideradas, portanto, posições rígidas e fixas, ainda no contexto em que surgiram. No entanto, pode-se afirmar que ser de *esquerda*, historicamente, significou ser contra as injustiças provocadas pelas desigualdades entre ricos e pobres. Ser de esquerda não significa simplesmente *ser do contra*, estar contra um governo de situação, uma vez que um governo de esquerda pode ocupar posição de poder e de comando e continuar sendo de esquerda. Mas significa ser contra a desigualdade e a injustiça. Esta é a noção de esquerda a ser usada neste trabalho.

Mas o que teria provocado tamanha confusão em relação a essas denominações que dificulta nomear atualmente o que seria de esquerda ou direita? Alguns fatos históricos: no fim do século XX, desde o ano de 1989, a queda do Muro de Berlim, o desaparecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS – e consequentemente o fim da Guerra Fria, fez com que a linha que dividia *esquerda* e *direita* se tornasse menos nítida (SEGRILLO, 2004). Esses acontecimentos teriam retirado o referencial mundial concreto, material, do que seria a esquerda, restando apenas Cuba, que a partir desse momento enfrentou um processo de escassez de recursos. Para Fiori (2006), o que preservou a vitalidade da esquerda internacional entre os anos de 1968 e 1991 foi a existência de uma “arquitetura político-ideológica global”. No momento em que esse cenário deixa de existir, a esquerda passa a sofrer de uma crise de identidade.

Segrillo (2004) cita que, com esses fatos, ressurgiu e toma forma a ideia de que teria ocorrido “O Fim da História”⁴: numa breve síntese, pode-se dizer que se trata de uma teoria derivada de Hegel, que decreta o fim dos processos históricos como potenciais transformadores sociais; isso significaria que a humanidade teria atingido um equilíbrio pela consolidação do liberalismo e da igualdade jurídica; isto levaria à teoria de que capitalismo e democracia burguesa seriam o encerramento da história da humanidade, “que talvez fosse a forma última e mais avançada na progressão das sociedades humanas” (p. 616), o que Segrillo (2004) critica. Nessa linha de pensamento, o “outro” do capital teria deixado de existir (OLIVEIRA, 2003, p. 104). Essa teoria sobre o fim da história acabou se tornando uma justificativa para, por exemplo, tentar invalidar o pensamento marxista e retirar o sentido da existência do que então se denominava *esquerda*.

⁴ O principal representante desse pensamento foi Francis FUKUYAMA (1992), que coloca o sistema capitalista como o auge da evolução humana.

Ocorre que partidos políticos tradicionalmente de esquerda assumiram posturas de direita e vice-versa, mas não se pode dizer que deixou de existir um pensamento de esquerda, ou seja, uma inconformidade com a desigualdade, a pobreza e a injustiça social. Nas análises feitas por Segrillo (2004), o que se chama de direita são os movimentos (sociais, políticos) que tendem a manter o *status quo*, ou seja, a manutenção do sistema num equilíbrio aceitável pela classe dominante; por sua vez, a esquerda seria constituída pelos movimentos que tentam modificar esse sistema; no centro estaria uma mediação dos opostos. É da *natureza* da esquerda, portanto, primar pelas transformações, por um mundo diferente, tendo como objetivo uma menor assimetria entre classes, grupos, pessoas.

Augusto Oliveira (2003) faz uma análise e mostra que o processo ocorrido a partir da queda do muro seria não o fim da história, mas um sinal da onipresença do capital frente à luta dos trabalhadores, promovendo uma fictícia invisibilidade da luta de classes, que representa a hegemonia exercida por um dos lados da luta, mas não se pode dizer que essa foi extinta: seria reflexo de “duzentos anos da tática de sempre varrer a sujeira para debaixo do tapete mais escondido da casa” (OLIVEIRA, 2003, p. 108). Importante ressaltar que, de acordo com esse argumento, as forças pró-sistema sempre estariam no auge do poder, intensificando uma *ilusão* de mudança e de futuro necessárias à manutenção do *status quo*, o que inclui movimentos antissistema e suas demandas e, porventura, vitórias. O período da queda seria, assim, o sinal de um limite da acumulação capitalista e da habilidade em apagar seus rastros e cooptar os descontentes, ou as “forças perigosas”. Aqui, a pesquisa desta tese necessitou de um aprofundamento sobre a questão da ideologia, apresentada mais adiante.

À medida que as classes descontentes se veem sem perspectiva de alterar o seu futuro, ou seja, quando não há mais algo concreto em que se ancorar, cai a ilusão de um futuro melhor, a possibilidade de recuperar algo que não se tem hoje, em outro momento: a esperança (OLIVEIRA, 2003). Dessa forma, o autor dimensiona outro olhar sobre o fim da esquerda. Isso se constitui como um fenômeno mortal para a manutenção do *status quo*, pois, na medida em que as condições concretas do mundo (como a urbanização em escala mundial, as possibilidades de comunicação e a educação) impedem a “teatralização” dos Estados nacionais, deslegitima-se qualquer condição desigual. Cai assim a farsa necessária para a manutenção dos processos de alienação e ideologia; para sustentação das estruturas de poder, simbolicamente, é imprescindível deixar nas entrelinhas das relações sociais a

possibilidade de alcançar o topo na escala hierárquica social, o que justificaria o sempre presente discurso da meritocracia.

É da mesma maneira que o termo “globalização” chega ao Brasil, naturalizada: além de ser um anglicismo, tende a induzir a uma concepção de que seria um efeito natural do desenvolvimento mundial, como se não houvesse outra escolha de modelo político e econômico. Oliveira (2003) analisa autores que compreendem que isso é um disfarce para mais uma forma de expansão do capitalismo e das dimensões imperialistas de seu desenvolvimento. O que fundamenta esse modo de produção é a mercantilização dos processos sociais, tendo efeitos sobre toda a sociedade e a maneira como se dão as relações sociais.

Compreende-se, assim, como se produz um discurso que tenta eliminar, do pensamento e da esfera do simbólico, forças antagônicas ou indesejadas, como se isso impedisse a prática ou a existência da esquerda. Cria-se uma noção de que ser de esquerda é algo não viável, impraticável e, portanto, inexistente e desnecessário.

Voltando-nos para a América Latina, Fiori (2006) aponta que, com o fim da Guerra Fria na década de 1990, houve uma indução estadunidense das políticas econômicas nesses países. Isso consistiu numa negociação de parte das dívidas externas, adotando, assim, programas de políticas e reformas liberais, “[...] que abriu, desregulou e privatizou suas economias nacionais, ‘clonificando’ os governos neoliberais” (FIORI, 2006, p. 2) no México, Venezuela, Argentina, Brasil e Peru, apenas a título de exemplo.

No entanto, a promessa de crescimento econômico e a redução das desigualdades sociais não se cumpriram com a implementação dessas políticas, fazendo com que, segundo Fiori (2006), houvesse uma virada democrática à esquerda. Para entender o que isso significa, cita a eleição do líder socialista Evo Morales na Bolívia, em 2005, da militante socialista Michele Bachelet, no Chile, em 2006 e do ex-metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, no Brasil. Essas vitórias à esquerda na América Latina tiveram como desafio governar democraticamente junto com a hostilidade do poder econômico e da grande imprensa, no mesmo momento em que a esquerda europeia sofria com divergências políticas, incluindo países da Europa Central e Leste Europeu.

Fiori (2006) compreende que não se pode falar em uma “esquerda” da mesma maneira que há, pelo menos, cinco décadas:

Ninguém duvida que o ‘mundo das ideias’ de esquerda tem estado na defensiva e não existe, neste momento, em lugar algum, novas ‘sínteses teóricas’, ‘utopias empacotadas’, ou projetos acabados, como gostariam de ter alguns intelectuais. Talvez por isso, na América Latina, quem está agora abrindo ou tentando abrir novos caminhos são homens que não pertencem às elites intelectualizadas e que não estão em geral familiarizados com os debates clássicos da esquerda socialista ou marxista europeia (FIORI, 2006, p. 2-3).

Ainda assim, também não se pode dizer que não existe esquerda. Esse cenário da América Latina destacou atores que defendiam valores éticos, sociais e políticos populares e igualitários, criticando desigualdades, as políticas neoliberais e o intervencionismo dos Estados Unidos. Importante ressaltar que esses atores são descritos e nominados como pertencentes à “esquerda”, apesar da ressalva de Fiori (2006).

Os projetos políticos exercidos por esses governos eleitos demonstraram, na prática, uma fluidez nas fronteiras ideológicas (SEGRILLO, 2004). Alianças com partidos considerados de *direita*, privatizações e a adoção de reformas trabalhistas e previdenciárias – nem sempre priorizando o interesse dos trabalhadores – mostram que a divisão entre direita e esquerda, no Brasil, não permaneceu tão definida, mesmo com a assunção de lideranças historicamente consideradas de esquerda; a despeito disso, essas lideranças recorrentemente foram e são nominadas pela grande mídia como sendo de esquerda. Essas concessões teriam como função a própria sobrevivência dos partidos políticos de esquerda, tal como ocorrido na antiga União Soviética, quando as barreiras entre esquerda e direita foram sutilmente suprimidas, forçando a convivência de projetos antagônicos pelo único e exclusivo interesse de se manter no poder.

Como vimos nesse percurso, historicamente, direita e esquerda – ou inclinar-se à direita ou inclinar-se à esquerda – constituíram-se como *ações*, processos, não como posições estanques e independentes de contexto, de história. Isso significa que direita e esquerda possuem uma característica dialética que implica compreender, nomear e distinguir projetos *políticos* de esquerda e direita, em que o primeiro propõe, mais do que um fundamento marxista, a necessidade de mudanças no cenário de desigualdades sociais e de manutenção dos direitos sociais, modificando assim o estabelecido, o *status quo*.

Mas, e no Brasil, como se configurou essa disputa entre direita e esquerda? Considerando um cenário latino-americano, sendo o Brasil parte geográfica e simbolicamente pertencente a esse pedaço de terra, uma das primeiras experiências à

esquerda ocorreu no México, por meio do líder camponês da revolução Emiliano Zapata, que elaborou o Plano Ayala ainda em 1911, inaugurando uma forma de *comunismo* agrário: propunha a coletivização da propriedade da terra e sua devolução aos nativos e camponeses mexicanos (FIORI, 2006).

Apesar de morto em 1919, seu ideário foi retomado em 1934 pelo presidente Lázaro Cárdenas, que – além de dar apoio ao movimento operário e à realização de greves, criar sindicatos, garantir direitos trabalhistas e sociais e elaborar políticas de proteção ao mercado interno mexicano – nacionalizou a exploração de petróleo, criou bancos estatais e deu grande incentivo à educação da população mexicana. Nesse mesmo sentido foram os governos da década de 1930 na Argentina, Brasil, Equador, Bolívia, e nas décadas de 1950 e seguintes, na Bolívia, Guatemala, Peru e Chile. Fiori (2006) ressalta que nenhum desses governos pode ser considerado como socialista, comunista ou ainda social-democrata, mas esses ideários foram tomados como programas básicos de governos apoiados por “toda esquerda reformista latino-americana” (p. 9) até a década de 1980, influenciando as práticas desses grupos.

A Revolução Russa de 1917 ocupou lugar central no imaginário político comunista (GROPPO, 2008). Foi o anúncio de uma nova era, propunha a formação do novo homem e a instauração de um novo sistema político e social. O movimento comunista na América Latina teve sua estrutura dada por esse fato. Para Losurdo (1998), “o outubro bolchevique imprime uma virada radical ao desenvolvimento da subjetividade entre os povos coloniais e ex-coloniais” (p. 78).

Os partidos comunistas em geral, apesar da fragilidade, foram a referência organizadora da esquerda latino-americana entre as décadas de 1920 e 1960 (FIORI, 2006). Esses não tiveram uma estratégia tão autônoma como os partidos comunistas europeus; sua criação teórica foi pouco inovadora quando comparada aos países do leste europeu, e mantiveram-se nos limites da teoria militante do anti-imperialismo, com base nas referências de Lênin e Kautsky⁵.

O grande diferencial da América Latina foi a adesão dos partidos comunistas à lógica de transição para o socialismo e para a igualdade, associado ao crescimento

⁵ Algumas características do pensamento de Lenin: recusa da condição da burguesia e a necessidade de colocar o poder nas mãos do proletariado e do campesinato. A teoria de Kautsky fundamentou o programa do Partido Social-Democrata Alemão; opôs-se à Revolução Russa, defendia um caminho pacífico para o socialismo e a democracia.

econômico e ao desenvolvimento capitalista, ou seja, a esquerda latino-americana considerava que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas seria um caminho de transição para o socialismo, sendo este seu objetivo final (FIORI, 2006).

A maneira como a esquerda se consolidou no Brasil definiu um campo de atuação para os movimentos sociais e a compreensão do que se tornaria, posteriormente, a *esquerda*. Em 1922, surgiu o Partido Comunista do Brasil (então com a sigla PCB). Em 1962, há uma cisão no partido e é fundado o PC do B; essa divisão foi motivada por uma decisão do PCB de modificar os estudos do partido, retirando as referências ao marxismo e leninismo para estabelecer melhor diálogo com a burguesia nacionalista. O PCB mudou seu nome para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla (MECHI, 2014). Pode-se compreender essa primeira cisão como uma inflexão e renúncia de uma posição mais à esquerda em nome de uma maior visibilidade e aceitação do PCB pelas classes então dominantes.

A história do PCB e PC do B pode ser considerada como indicativo da consolidação não homogênea da esquerda no Brasil. Importante ressaltar que a origem do PC do B é controversa: há os que atribuem sua fundação ao partido de 1922 e outros que consideram que ele surgiu somente em 1962. O fato é que os membros deste partido viram, nesse momento em 1962, a possibilidade de legalizar-se, dentro do então governo de João Goulart. Os motivos da cisão e criação do PC do B são a mudança ideológica de que estaria sofrendo o PCB a partir da figura e coordenação de Luís Carlos Prestes, incluindo a aproximação com os governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, o que desvirtuaria a proposta inicial que culminou na criação do partido. Mechi (2014) descreve que, em 1960, o V Congresso do PCB expressou uma nova orientação política, compreendendo que o Brasil mostrava condições de adotar um caminho pacífico para a revolução brasileira, combatendo como inimigos o imperialismo estadunidense e os latifundiários. Ideologicamente isso significou a necessidade de formação de uma frente única que criasse um governo de coalizão, representando forças nacionalistas e democráticas, fortalecendo o partido na organização e *direção* das lutas populares, que, com caráter imperialista, seriam o passaporte de entrada para os trabalhadores participarem deste governo, o que fortaleceria a burguesia nacional e democrática, considerada como incapaz de enfrentar sozinha o imperialismo. Isso o tornaria um partido de massas, abandonando a ideia de tomada violenta do poder e propondo a participação dos

comunistas no jogo eleitoral e no governo, política combatida pelos dissidentes do PC do B.

Dessa forma, Mechi (2014) mostra como o PC do B se coloca como um partido de revolução, enquanto o PCB fica como o partido das reformas, porém mantendo críticas ao governo João Goulart. Com o golpe de 1964, o debate público entre os comunistas foi interrompido. Essa trajetória ilustra a maneira como a esquerda se consolida no Brasil e a diversidade de propostas que caminhavam conjuntamente, não sem conflitos, mas que tinham como objetivo reestruturar a prática política no país, reverberando, posteriormente, na consolidação dos movimentos sociais.

Outro ator institucional que exerceu influência na reformulação da linha política do PCB e na formação de uma ideologia nacional desenvolvimentista foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros⁶ – ISEB – e seus teóricos, que disseminaram sua concepção (MECHI, 2014). A mudança na linha de pensamento do PCB derivou-se do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) realizado em 1956, quando Nikita Krushev divulgou um relatório secreto denunciando os crimes de Stálin, como perseguições aos opositores e o culto intensivo à personalidade (com imagens, discursos e propagando intensa de um governante), com um discurso para consolidar a paz e diminuir as tensões internacionais. Como efeito no Brasil, isso levou o PCB a mudar sua estratégia de revolução para coalizão com a burguesia progressista, visando a democratização como tendência permanente, o fortalecimento do capitalismo nacional e a legalidade constitucional. Isso permitiria que os comunistas atuassem dentro dos marcos legais, aproximando-os dos trabalhadores, especialmente a partir dos governos de Getúlio Vargas e João Goulart. Foi a partir das leituras do ISEB que se cristalizaram os ideários sobre a composição e o papel das classes sociais para o PCB e, conseqüentemente, para a esquerda no Brasil.

Um breve percurso histórico nos mostra que alguns sujeitos que ocuparam cargos executivos aproximaram-se de movimentos sociais e sindicais e tornaram-se

⁶ Criado em 1955 no Rio de Janeiro, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, visava o estudo, ensino e divulgação das ciências sociais; foi um núcleo irradiador de ideias e tinha como objetivo principal a discussão em torno do desenvolvimentismo. Extinto após o golpe militar de 1964, muitos de seus integrantes foram exilados do Brasil. Surgiu como um desdobramento de duas organizações: a Liga de Emancipação Nacional, composta por comunistas que, em função de suas proposições nacionalistas radicais, foi fechada por Juscelino Kubitschek assim que se tornou presidente da República; o Grupo Itatiaia, criado em 1952, que debatia a questão do petróleo e os rumos do desenvolvimento nacional, reunia intelectuais do Rio de Janeiro e São Paulo, defensores de um nacionalismo menos radical que o da Liga.

representativos no imaginário popular como pertencendo ao campo da esquerda, como João Goulart. As informações encontradas sobre esses sujeitos traduzem uma representação que se constituiu sobre a esquerda no Brasil, em especial, a que atribui como um perigo a aproximação às ideias desses atores.

Recuperaremos alguns aspectos da trajetória de João Goulart (Jango), apenas a título de exemplo: era considerado adepto do comunismo; era cunhado de Leonel Brizola; Getúlio Vargas era amigo de seu pai e filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; em 1953, assume o cargo de Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas e, neste cargo, promoveu aumento do salário mínimo, modificou a regulamentação da previdência e beneficiou algumas classes de trabalhadores (FAUSTO, 1995).

Jango sofre, em 1954, uma investigação para apurar o financiamento ilegal da campanha presidencial de Getúlio Vargas de 1950, denunciado pelo seu então Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, pertencente ao movimento tenentista. A acusação era que o recurso vinha da Argentina, governada por Juan Domingo Perón, que já tinha sido acusado de interferência no governo brasileiro. Perón tinha apoio do movimento sindical em seu país, nacionalizou diversos serviços e deu apoio aos trabalhadores. O interlocutor dessa negociação com o presidente da Argentina era João Goulart. A entrada desse recurso no Brasil foi supostamente usada para financiar Vargas e Jango⁷; essa aproximação com o governo da Argentina não era bem vista pela elite política e econômica brasileira. Jango foi vice-presidente de Juscelino e Jânio Quadros. Com a renúncia deste, Jango foi impedido de assumir a presidência por suspeitas de que fosse vinculado ao PCB. Após uma tensa negociação política, Jango assumiu a presidência em 1961 (FAUSTO, 1995).

Em 1962 Jango divulgou um plano trienal que continha as reformas de base, propondo: reformas agrária, educacional (valorização dos professores, do ensino público e redução do analfabetismo), eleitoral (em que pretendia a legalização do PCB e ampliação do voto para os analfabetos), urbana (fornecimento de moradia digna a todas as famílias), bancária (ampliação de acesso ao crédito para os produtores) e fiscal (limitação da remessa de lucros de empresas multinacionais para o exterior), além da nacionalização de setores industriais como energia elétrica, petróleo e químico-farmacêutico. Essa proposta de

⁷ Ver Anexo.

mudança do cenário brasileiro feria gravemente interesses econômicos então vigentes, culminando no golpe militar de 1964⁸.

João Goulart pretendeu fortalecer o país, os trabalhadores e reduzir as desigualdades sociais, mas também fortalecer a burguesia nacional industrial e combater o imperialismo estadunidense. O período anterior ao golpe de 1964 foi permeado por uma tendência de avanço das posições nacionalistas e de esquerda.

A tragédia dos últimos meses do governo Goulart pode ser apreendida pelo fato de que a resolução dos conflitos pela via democrática foi sendo descartada como impossível ou desprezível por todos os atores políticos. A direita ganhou os conservadores moderados para sua tese: só uma revolução purificaria a democracia, pondo fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e aos perigos do comunismo (FAUSTO, 1995).

Situações que ameacem o *status quo* foram historicamente tratadas como algo a ser eliminado, seja por meio de golpes de Estado, seja por meio do silenciamento. As repercussões do golpe de 1964, política e culturalmente no Brasil, também influenciaram a esquerda do país.

O golpe militar de 1964 teve como tarefa a garantia do capital e do continente contra o socialismo (SCHWARZ, 1978). Algumas consequências concretas: terror nos sindicatos, na zona rural, rebaixamento geral de salário, inquéritos militares nas universidades, invasão a igrejas, dissolução de entidades estudantis, censura, suspensão de *habeas corpus*. Interessante notar que, culturalmente – o que implica, neste trabalho, refletir sobre as relações sociais –, o país tinha uma efervescência descrita como sendo à esquerda: “apesar da ditadura da direita há uma relativa hegemonia cultural da esquerda no país” (SCHWARZ, 1978, p. 62). Schwarz (1978) compreendia, nesse período, que *esquerda* significava estar impregnada de “marxismo”: “nos santuários da cultura burguesa a esquerda dá o tom” (p. 62), ou seja, teatros, igreja e movimentos estudantis. O campo de atuação concentrava-se nos grupos diretamente ligados à produção ideológica (intelectuais, artistas, jornalistas, sociólogos, economistas, clero, arquitetos etc.). O autor mostra como se modificaram as relações sociais a partir de uma mudança cultural, que afeta as relações sociais.

⁸ Luiz Alberto Moniz Bandeira descreve o apoio dos Estados Unidos ao golpe no Brasil: <<http://www.espacoacademico.com.br/034/34ebandeira.htm>>; em reportagem do jornal *El País*, os Estados Unidos sugeriram intervir no Brasil para apoiar o golpe militar (VANINI e ROSSI, 2014): <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/06/politica/1389030526_116992.html>.

No cenário descrito por Schwarz (1978) entre os anos de 1960 e 1964, temos que, para além da luta, a esquerda brasileira tinha um *compromisso* com o ideário defendido. A hegemonia de esquerda concentrava-se nos grupos ligados à produção ideológica, mas não tinha condições de sair disso por questões de vigilância policial; isso provocou uma cisão na produção intelectual pois, ao mesmo tempo em que os pensamentos eram de esquerda, a produção a ser divulgada passava por comissões governamentais e pelo interesse do capital. Assim, era de esquerda apenas o material produzido para o próprio grupo. Aquilo que tivesse alguma visibilidade precisava de tradução ou de um disfarce em seu conteúdo, para que chegasse ao público.

A ação do Estado repressor, à época, foi a de cortar a ponte de comunicação entre os movimentos e os trabalhadores, a massa, por meio da tortura, prisão, morte. No entanto, até 1968, os intelectuais que não se expunham ao contato direto com as massas conseguiam continuar com sua produção de esquerda, o que acabou gerando uma nova massa crítica, capaz de fortalecer materialmente uma ideologia, a saber, os estudantes organizados em semiclandestinidadade:

[...] enquanto lamentava abundantemente o seu confinamento e a sua impotência, a intelectualidade de esquerda foi estudando, ensinando, editando, filmando, falando etc., e sem perceber contribuíra para a criação, no interior da pequena burguesia, de uma geração maciçamente anticapitalista. A importância social e a disposição de luta desta faixa radical da população revelam-se agora, entre outras formas, na prática dos grupos que deram início à propaganda armada da revolução (SCHWARZ, 1978, p. 62-63).

E assim vem o endurecimento, em 1968, para toda essa classe artística poupada até aquele momento.

No Partido Comunista – PCB – havia uma forte crítica ao imperialismo e pouca difusão e comunicação com as massas até 1964. No momento em que o PCB prega uma aliança com a burguesia nacional, formou-se um “desdentado e parlamentar” (SCHWARZ, 1978, p. 63) marxismo patriótico, ou seja, ao mesmo tempo combativo e conciliador de classes. O problema é que isso era facilmente combinável com o populismo nacionalista, dominante à época, fazendo com que se identifica, até os dias de hoje, a esquerda com o populismo. O PCB influenciava o movimento sindical para manter sua luta nos limites da reivindicação econômica. O aspecto combativo era reservado à luta contra o capital estrangeiro, à política externa e à reforma agrária.

A presença cultural da esquerda não parou de crescer até a década de 1980, mas com diferentes conformações e atuações. Mas entre 1964 e 1969 há uma hegemonia da esquerda no cenário cultural do país. Como já ressaltado, para Schwarz (1978), o domínio da esquerda está diretamente ligado aos produtores ideológicos, tais como artistas, intelectuais etc., e, conseqüentemente, esse domínio vai se conformando e difundindo para outros setores sociais.

A hegemonia da esquerda, entretanto, ocorreu em meio a contradições e ambiguidades, seja dos grupos que a compunham, seja da compreensão sobre o que era a esquerda. A literatura anti-imperialista foi traduzida em larga escala e as massas aprenderam sobre marxismo a partir desses tradutores (SCHWARZ, 1978) e de apostilas produzidas especificamente para atingir esse público, o que gerou diferentes compreensões sobre o ideário, por exemplo, marxista. “*Traduttore traditore*”: a compreensão dos textos de Marx deu-se de acordo com a compreensão dos tradutores sobre as interpretações do que viriam a ser suas ideias. E, como tal, os ideários do PCB foram propagados como se fosse a forma de fazer marxismo ou de executar a esquerda no Brasil.

A compreensão sobre o que representa ser de esquerda no Brasil, historicamente, constituiu-se como um processo permeado por contradições e por alternância entre os campos de direita e de esquerda e, nesse sentido, pode-se dizer que se constituiu como um processo dialético. No entanto, o incômodo com situações de desigualdades pareceu permear todo o processo e visualiza-se uma prática de combate que usa como parâmetro a violência para lidar com a esquerda e com quem fazia parte dela. Nesta pesquisa, será priorizada a reflexão de movimentos que se denominam como pertencentes a um campo de esquerda, compreendidos como aqueles que tem em seu horizonte a redução das desigualdades e injustiças sociais. Esta definição se faz necessária para este trabalho, mas não se tem a pretensão de conter todo um ideário e ação política circunscritas a um único termo.

CAPÍTULO 1.1

IDEOLOGIA E O LUGAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE ESQUERDA

No que se refere a uma produção ideológica sobre a esquerda e, também, sobre os movimentos sociais, é comum ouvir o termo “petista” para associar alguém à esquerda. Há um universo simbólico que permeia a representação de quem é considerado de esquerda. Em 2010, um aluno de graduação apresentou, num seminário que versava dentre outros temas, sobre ideologia, um trecho do filme *Tempos Modernos*, em que Chaplin caía, desavisadamente, numa manifestação onde as pessoas seguravam bandeiras “vermelhas” (*sic*). Quando repeti e perguntei ao aluno de que cor eram as bandeiras, ele respondeu mais uma vez, “vermelhas”. Foi então que eu o lembrei que o filme era em preto e branco. Perguntei o que o levava a supor que as bandeiras seriam vermelhas, ao que ele respondeu que, por se tratar de uma manifestação, as bandeiras só poderiam ser vermelhas. Há neste caso um estereótipo sobre quem se denomina de esquerda e sobre quem participa de manifestações e, mais recentemente, carregado de sentimentos de ódio. Para ampliar nossa compreensão sobre as representações e as repercussões sobre o que é *ser de esquerda* e como isso reverbera nos movimentos sociais, busco auxílio em uma breve discussão sobre ideologia.

Como referência inicial para refletir esse assunto, recorro à compreensão de ideologia descrita por Marx e Engels (1998) na obra *A ideologia alemã*. Ainda na introdução dessa obra, Jacob Gorender escreve que sua importância consiste em ter sido a obra fundante dessa discussão no campo do pensamento social, ou seja, ideologia enquanto consciência falsa, equivocada da realidade. No entanto, esta consciência é necessária aos homens em sua convivência e atividade social. Marx e Engels (1998) consideravam essa discussão como uma reconstrução científica da realidade social e, ao mesmo tempo, expressão dos interesses de classe do proletariado. Na interpretação de Gorender, Marx e Engels tinham o proletariado como única classe capaz de se libertar da consciência falsa da realidade e alcançar a visão objetiva correta da história humana e da sociedade existente. Assim, a ideologia socialista seria uma consciência verdadeira da sociedade.

Chauí (1985), ao analisar a concepção de ideologia de Marx e Engels, mostra que estes tiveram como substrato um determinado tipo de pensamento do qual divergiam: os

filósofos hegelianos alemães, os franceses que trabalham com a ideologia política e jurídica e os ingleses que trabalham com a ideologia econômica. Marx analisou esse fenômeno nos três países e fez uma crítica aos hegelianos, que explicavam a prática a partir da ideia. Para Marx, no entanto, os indivíduos criam-se uns aos outros no sentido físico e moral, ou seja, os indivíduos não se fazem por si mesmo ou por uma geração espontânea, mas pelo processo de produção. A mudança no *status quo* viria por modificações reais, concretas e não por deduções teóricas ou pela consciência se apossar de um fato.

Para Marx, na Alemanha, até então não havia uma concepção histórica que considerasse a base real da história. Sua crítica era sobre uma visão idealista de história. Para ele, os hegelianos não consideravam os homens em seu determinado contexto social, em suas reais condições de vida

[...] que deles fizeram o que hoje são; e o fato é que ele nunca chega aos homens que existem e agem realmente; fica numa abstração, ‘o homem’, e só chega a reconhecer o homem ‘real, individual, em carne e osso’ no sentimento; em outras palavras, não conhece outras ‘relações humanas’ ‘do homem para o homem’, que não sejam o amor e a amizade, e ainda assim idealizados [...] quando vê, por exemplo, em vez de homens saudáveis, um bando de famintos escrofulosos, esgotados e tuberculosos é obrigado a apelar para a ‘concepção superior das coisas’, e para a ‘igualização ideal no gênero’; recai por conseguinte no idealismo, precisamente onde o materialismo comunista vê a necessidade ao mesmo tempo de uma transformação radical tanto da indústria como da estrutura social” (MARX e ENGELS, 1998, p. 46).

É na direção oposta a esse pensamento que Marx analisa a ideologia, dando concreção ao fenômeno. A explicação de Marx sobre ideologia trata sobre a realidade: essa nada mais é do que os entes reais, as formas de nossas relações com a natureza, mediadas pelas relações sociais; esses entes – que Marx nomeia *indivíduos* – são seres culturais, dependentes da sociedade, da classe social, da posição na divisão social do trabalho, “dos investimentos simbólicos que cada cultura imprime a si mesma através das coisas e dos homens” (CHAUI, 1985, p. 18). Para esta tese, isso é o que será chamado de realidade social.

A realidade, para Marx, é considerada como um dado imediato (CHAUI, 1985): o real não é um dado sensível nem um dado intelectual, é um *processo*, movimento temporal de constituição dos seres e de suas significações. Esse processo depende, fundamentalmente, do modo como os homens se relacionam entre si e com a natureza. Essas relações entre os homens e deles com a natureza constituem as relações sociais como

algo produzido pelos próprios homens, ainda que esses não tenham consciência de serem seus únicos autores. E, portanto, para compreender *o que, como e por que* os homens agem e pensam de maneiras determinadas, precisamos partir das relações sociais. O homem é capaz de atribuir sentido às suas relações, conservá-las ou transformá-las. Mas não se trata de tomar essas relações como um *dado* ou um fato observável, mas de compreender a *origem* das relações sociais, suas diferenças temporais. Isso significa considerá-las como processos históricos.

Não se trata de tomar a história como sucessão de acontecimentos factuais, como evolução temporal das coisas e dos homens, nem como um progresso de suas ideias e realizações, nem como formas sucessivas e cada vez melhores das relações sociais. A história é o modo como homens determinados em condições determinadas criam os meios e as formas de sua existência social – portanto, real –, reproduzem ou transformam essa existência social, que é econômica, política e cultural (CHAUI, 1985).

O real, portanto, é um processo, um movimento temporal de constituição dos seres e, conseqüentemente, de suas significações, que depende do modo como os homens se relacionam entre si e com a natureza. Para Marx e Engels (1998), os indivíduos encontram condições reais para sua existência e para sua ação; as bases de sua existência são verificáveis empiricamente. A discussão sobre ideologia parte, portanto, daí. A condição de toda história humana é a existência e constituição corporal dos indivíduos e as relações entre eles e com a natureza, que é transformada pela ação dos homens. Os homens produzem sua vida material ao produzir um modo de existência. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete o que eles são; o *que* eles produzem e *como* produzem são reflexo de seu modo de vida.

Indivíduos que possuem uma atividade produtiva de acordo com um modo específico entram em relações sociais e políticas determinadas. Marx nomeia essa natureza e as relações entre homens como *estrutura social*:

A estrutura social e o Estado nascem continuamente do processo vital de indivíduos determinados; mas desses indivíduos não tais como aparecem nas representações que fazem de si mesmos ou nas representações que os outros fazem deles, mas na sua existência *real*, isto é, tais como trabalham e produzem materialmente; portanto, do modo como atuam em bases, condições e limites materiais determinados e independentes de sua vontade (MARX e ENGELS, 1998, p. 18, grifo dos autores).

Como exemplo pode-se tomar o capital. Marx pressupõe que foi o regime do capital que estabeleceu a separação entre o trabalhador e quem tem a propriedade das condições de realização desse trabalho: assim, o processo que gera o capitalismo redonda num processo de separação entre o trabalhador e o proprietário das forças produtivas. Aí nasce a base para a ideologia. Se, por um lado, esse processo converte em capital os meios sociais de vida e de produção, por outro, converte os produtores diretos em assalariados. São dois tipos de homem e duas faces do trabalho, divididas em duas figuras: o burguês, que determina os fins e possui o lado livre e espiritual do trabalho e o trabalhador, que fica com o lado mecânico e corpóreo do trabalho, um simples meio para fins que lhe são estranhos. De um lado, a liberdade, de outro, apenas a necessidade, ou seja, o trabalhador torna-se um autômato. Essa divisão social do trabalho torna-se completa quando os trabalhos material e espiritual se separam. A ideologia é, portanto, um sistema ordenado de ideias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, uma vez que seus produtores, os teóricos, ideólogos, intelectuais, não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência (CHAUI, 1985).

Uma vez que há divisão do trabalho, esses três momentos entram em conflito. A divisão entre trabalho material e intelectual – trabalho e gozo, produção e consumo – tem como resultado a destinação a indivíduos diferentes, o que gera necessariamente o conflito. Para que esse conflito não exista, seria necessário extinguir a divisão do trabalho, o que seria impossível numa forma de organização capitalista. Sendo assim, a divisão do trabalho implica necessariamente em contradição. Há uma oposição entre os interesses dos proprietários e assim há uma contradição entre os interesses de todos os proprietários e os não proprietários. Os conflitos entre os proprietários e a contradição entre proprietários e não proprietários *aparecem* para a consciência dos indivíduos como se fossem conflitos entre o interesse particular e o interesse comum ou geral. No entanto, o antagonismo existente entre as classes sociais impede que exista um interesse social comum (MARX e ENGELS, 1998).

Para Marx, a produção de ideias, representações e a consciência estão ligadas à atividade material e ao comércio material dos homens, “ela é a linguagem da vida real” (MARX e ENGELS, 1998, p. 18). Isso seria a *emanação* direta do comportamento material do indivíduo. Os homens produzem ideias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza, com o

sobrenatural. Essas ideias tendem a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. É a esse ocultamento da realidade social que Marx chama ideologia (CHAUI, 1985). O ideólogo, sendo assim, é aquele que inverte as relações entre as ideias e o real.

Dessa maneira, o modo de produção não é um dado, é uma *forma social* criada pelas ações econômicas e políticas dos indivíduos, independentemente de sua vontade e de sua consciência. Isso não significa que os homens representem nessas ideias a realidade de suas condições materiais, ao contrário, representam o modo como essa realidade lhes *aparece* na experiência imediata. Por esse motivo, as ideias tendem a ser uma representação invertida do processo real, colocando como origem ou causa aquilo que é efeito ou consequência e vice-versa (CHAUI, 1985). A ideologia tem como objetivo a subordinação das classes subalternas. O discurso produzido sobre a esquerda e os movimentos sociais no Brasil passou e vive atualmente sob um discurso ideológico que tem como objetivo manter a subordinação e a marginalização de quem atua nesse campo.

Para Marx, a ideologia não é sinônimo de subjetividade oposto à objetividade, não é preconceito ou pré-noção, é um “fato” social, porque, produzida pelas relações sociais, possui razões específicas para surgir e se conservar (CHAUI, 1985). Dessa forma, se a natureza acaba se humanizando pelas ideias, a sociedade se naturaliza, parece ser um dado natural, necessário e eterno, não o resultado de uma *práxis* humana.

Marx não usa o termo *sujeito*, mas indivíduos. Apesar disso, pode-se entender que essas são características que compõem a subjetividade. Não a subjetividade hegeliana, a qual ele faz crítica. A questão que Marx aponta e que merece destaque em nossa discussão, é que são homens reais e atuantes que produzem suas ideias e que esses homens são condicionados pelas forças produtivas e as relações correspondentes a elas: “o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX e ENGELS, p. 19).

É importante destacar que há outras compreensões sobre ideologia igualmente relevantes diante dos objetivos colocados neste trabalho. Bobbio (2004) afirma que não existe outra palavra comparada à ideologia, considerando os inúmeros significados que lhe são atribuídos e pela frequência com a qual é empregada. Assim, o debate acerca do conceito de ideologia é bastante vasto.

Para Marx, é na dimensão da realidade que se compreende que os processos ideológicos são parte da subjetividade. Segundo Marx e Engels (1998), não se parte do que os homens dizem ou imaginam ou do que eles são na imaginação dos outros, mas dos homens em sua atividade real. Assim, é a vida que determina a consciência:

E mesmo as fantasmagorias existentes no cérebro humano são sublimações resultantes necessariamente do processo de sua vida material, que podemos constatar empiricamente e que repousa em bases materiais. Assim, a moral, a religião, a metafísica e todo o restante da ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, perdem logo toda a aparência de autonomia (MARX e ENGELS, 1998, p. 19).

Marx considera os homens envolvidos em um processo de desenvolvimento real e em determinadas condições, o que considera empiricamente visível. Por outro lado, não se trata de fatos pura e simplesmente, eles possuem *vida* (MARX e ENGELS, 1998). A produção dos meios para viver constitui um fato histórico. Assim, a consciência não é algo puro ou imaculado, mas é “maculada” pela matéria; ele ressalta que isso ocorre por meio da linguagem tão antiga quanto a consciência. A linguagem só aparece a partir da carência, da necessidade de intercâmbio com outros homens. Com isso, a consciência também é um produto social.

Há uma *consciência* da necessidade de entrar em relação com os outros indivíduos, isso é o que marca o começo da consciência, consciência do fato de que o indivíduo vive em sociedade. No início, é uma simples consciência gregária ou tribal, é algo incipiente. Essa consciência se desenvolve e aperfeiçoa na medida em que há aumento da produtividade e, conseqüentemente, das necessidades e da própria população. Assim também é que se desenvolve a divisão do trabalho, que só é efetiva quando ocorre a divisão entre trabalho material e trabalho intelectual. É nesse ponto em que a consciência pode, de fato, imaginar que é algo mais que a consciência da prática existente, “que ela representa realmente algo, sem representar algo real” (MARX e ENGELS, 1998, p. 26). Nesse momento, a consciência está em condições de se emancipar do mundo, de formar uma teoria, filosofia, teologia, moral e outras. E quando estas entram em contradição com as relações existentes, é pelo fato das relações sociais terem entrado em contradição com a força produtiva existente.

Os pensamentos da classe dominante são os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante é também o poder intelectual dominante. E os

pensamentos dominantes são a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as ideias de sua dominação (MARX e ENGELS, 1998). Os indivíduos da classe dominante possuem uma consciência e determinam uma época histórica em toda sua extensão, são produtores de ideias e regulamentam a produção e distribuição dos pensamentos de sua época. A forma de dominação e a divisão de poderes são enunciadas como leis eternas. A classe dominante dá a seus pensamentos a forma de unicidade e universalidade e a proposta que colocamos aqui é que este processo interfere na constituição da subjetividade.

A criminalização, por exemplo, dos movimentos sociais, de ocupações e do direito de greve faz parte da tentativa do discurso ideológico de naturalizar a desigualdade e conformar o lugar de destino de quem não participa da classe dominante. Assumir a concepção de que não há uma participação política no Brasil ou de que há uma apatia dos movimentos sociais faz parte da adesão a um discurso ideológico que permeia a subjetividade. A construção do discurso sobre o que é ser de esquerda ou sobre o que é ser militante terá necessariamente um formato que é construído pela classe dominante, interessada em manter o *status quo*, portanto, ideológico. E assim se produz a ideia dominante sobre o que representam manifestações ou movimentos de esquerda.

Em texto produzido por Scarcelli⁹, é apresentada compreensão de Tassara e Ardans quando refletem o tema da ideologia a partir do campo híbrido, de fronteira e interdisciplinar que é a psicologia social. Esses autores incorporaram tanto a posição marxista quanto a foucaultiana para discutirem problemas emergentes na análise de ideologia, por eles estarem referidos ao desvelamento do que está interposto entre sujeito e objeto do conhecimento e, ao mesmo tempo, ao desvendamento do que se interpõe entre sujeito e objeto, relacionado à subjetividade e obstaculizador do conhecimento. Assim, entendem esses problemas ligados à necessidade de enfrentar tanto os véus do objeto quanto às vendas do sujeito para que a relação de conhecimento se torne dialética.

Nas próprias palavras desses autores:

[...] junto ao desvelar, o desvendar do sujeito significa o conhecimento das condições políticas da formação do próprio sujeito, sua socialização. Em outras palavras, permite a emergência da consciência do sujeito enquanto sujeito histórico que, ao desvelar ao sujeito a história social, desvenda a ele sua própria história, em um movimento que desfaz,

⁹ SCARCELLI, I. R. *A relação entre crítica e ideologia nas políticas públicas*. Texto a ser publicado, 2016. 8p.

concomitantemente, a falsa consciência e a ilusão” (TASSARA e ARDANS, 2008, p. 11-12).

Ainda segundo Scarcelli (2016), no campo da psicologia social, Pichon-Rivière, ao reivindicar uma crítica da vida cotidiana, propõe uma atitude analítica e científica que faça frente à consciência ingênua e à valorização do cotidiano como autoevidente e inquestionável, pois isso diz respeito a um sistema social de representações ou ideologias que encobre e distorce o cotidiano, que mistifica o cotidiano enquanto oculta sua essência segundo os interesses dos setores hegemônicos da sociedade, ou seja, oculta seu caráter de manifestação concreta das relações sociais, de organização social das relações entre necessidades dos homens e recursos disponíveis. O encobrimento ocorre por um mecanismo característico da ideologia dominante, pelo qual se ‘naturaliza’ o social, universaliza-se o particular e se atemporaliza o que é histórico. E essa crítica pode ser realizada experimentando e vivendo essa cotidianidade e estabelecendo uma ruptura com a familiaridade acrítica, com o mito do óbvio e do natural. Na perspectiva da psicologia social, essa crítica implica o estudo das leis que regem, em cada formação social concreta, a emergência e decodificação das necessidades dos homens, a organização e as modalidades de resposta social, além de vincular essas necessidades a cada estrutura interacional. Em síntese, fundamentada em Pichon-Rivière e Quiroga, a autora afirma que “a psicologia social deve indagar as leis que regem a configuração do sujeito, a partir do interjogo entre ‘necessidades e satisfação’ e ‘sujeito e contexto’, já que é nele que se organizam o sistema perceptivo, o universo de conhecimento e as formas de acesso a essa ordem de significação que é histórico-social e simbólica” (SCARCELLI, 2016, p. 56-57).

Do ponto de vista da compreensão dos grupos, tal como proposta por Pichon-Rivière, faz parte da tarefa que investiga as atitudes, a análise das ideologias, que ele afirma serem

[...] pensamentos mais ou menos conscientes ou inconscientes, com grande carga emocional, considerados por seus portadores como resultado de um puro raciocínio, mas que frequentemente não diferem muito das crenças religiosas, com as quais compartilham um algo grau de evidência interna, em contraste com uma escassez de provas empíricas. As ideologias são um fator fundamental na organização da vida. Podem ser transmitidas de pais e professores para filhos e alunos por processos variados de identificação. Na maioria das vezes, o próprio sujeito ignora sua existência; não estão explicitadas, mas são sempre operantes. A ideologia, tal como aparece em seu conteúdo manifesto, pode ser compreensível ou não; mas o que se faz necessário é analisar a infraestrutura inconsciente. As ideologias são formuladas em palavras;

portanto, a análise das palavras ou da linguagem, análise semântico-semanticista, constitui, além da análise sistêmica, uma parte fundamental na investigação das ideologias. Estas não costumam formar um núcleo coerente, e até pelo contrário, via de regra, coexistem várias ideologias de sinal contrário, que determinam diferentes graus de ambiguidade (índice de ambiguidade). Essa ambiguidade manifesta-se sob a forma de contradição, e é por isso que a análise sistêmica das contradições (análise dialética) constitui uma tarefa essencial ao grupo. [...] Ao funcionar de uma maneira mais ou menos inconsciente, essas ideologias constituem barreiras que impedem a irrupção de soluções novas (PICHON-RIVIÈRE, 2005, p.130-131).

CAPÍTULO 2 - O PERCURSO TRAÇADO NA PESQUISA

*Assim sigo, com cuidado.
Henriette Tognetti Penha Morato*

Ao me deparar com a necessidade de fundamentar as reflexões presentes neste trabalho, surgiu a questão: como esse caminho se desenvolveu? Morato (1989), ao descrever o método usado em sua tese, narra que os passos dados na reflexão de um trabalho tentam dar forma a algo que é sentido, mas que não está totalmente visível. Essa reflexão possibilita a compreensão de momentos vividos que anteriormente não foram notados, como as experiências descritas no início desta tese, que trouxeram muitas indagações, reflexos de questionamentos não resolvidos não somente desta pesquisadora, mas dos próprios participantes de movimentos sociais. A tentativa é de conformação de um conhecimento de algo que não está explicitado. Nesse sentido, a apresentação de uma tese configura uma possibilidade de trocar experiências, partilhar valores e exibir novas posições e reflexões.

[...] se quero falar do meu trabalho, da minha atividade, devo envolver-me nas lembranças de minha história pessoal, bem como das condições dessa atividade, do lugar onde a desenvolvo; do lugar onde a ação se desenrola, onde a minha história pessoal se entrelaça com outras histórias [...]. Até onde minha história é realmente pessoal? (MORATO, 1989, p. 46).

Isso reflete um pertencer a um grupo, refletindo uma *práxis* coletiva, em que “ser é ser no mundo, é estar aí no mundo, num interminável separar (ser) e pertencer (estar participando)” (MORATO, 1989, p. 47).

Escreve Morato (1989): “a condição de existência não é simples, mas dual, diacrítica” (p. 48). Quando vivenciamos, experimentamos algo que nos afeta, não é mais possível retornar à antiga condição. Outras formas de pensar e fazer o mundo que tomaram “corpo” e ganharam consistência e inauguraram um outro modo de viver. Há nesta tese um movimento que expressa a dificuldade e a passagem do que seria um formato mais fragmentado de ver o fenômeno para uma maneira mais dialética, que pudesse contemplar

contradições e suportá-las. Contradições que perpassam as pessoas, os movimentos e as práticas.

Refletindo sobre a própria resposta que teria que dar às perguntas da pesquisa, reformulei-a: o que mobiliza e leva as pessoas a participarem de movimentos são inúmeros acontecimentos, sentimentos etc., que possuem relação com sua história de vida, com sua forma de compreender o mundo, com os acontecimentos a seu redor. No entanto, é possível perguntar sobre *como* ocorrem os processos de mobilização e desmobilização, como se formam as resistências, como as pessoas participam dos movimentos, como pessoas e instituições reagem a essa participação e o que ocorre a partir disso. Foi necessário, portanto, modificar a pergunta da esfera do “por que” para o “como” e, antes disso, verificar que elementos estão presentes nesses processos de associação e desagregação.

Mas o que significa dizer processos de associação e desagregação? Inicialmente, pesquisei a questão da militância, seus sinônimos e, posteriormente, seus antônimos: participação popular, participação social, controle social, apatia, resistência e desistência, aglutinação e dispersão, adesão e não adesão, permanência e desânimo, dentre outros. A ideia de pertencimento e separação, comprometimento e afastamento configuraram-se como possibilidades de fundamentar o olhar sobre os movimentos sociais, estabelecendo uma opção pelas palavras *associação* e *desagregação* em função de seu significado e como forma de chegar ao objetivo da pesquisa. No leque de expressões que se utilizam no ato de participar de um movimento, os termos selecionados contemplam dois polos de natureza dialética em que estão subjacentes as contradições de um processo de interação, são complementares.

Com o uso desses termos, procura-se enfatizar a ação de aproximação com comprometimento e de afastamento. De acordo com o dicionário Houaiss (2001), *associação* designa:

[...] agrupamento permanente de pessoas com objetivos que não sejam especificamente de ordem patrimonial; grupo de indivíduos que se unem para uma finalidade específica e se mantém coesos graças a procedimentos, rotinas e também sanções que aceitam e aprovam de forma consciente e racional; entidade que congrega pessoas que têm interesses comuns.

Desagregação, por sua vez, indica algo que deixou de ser organizado, uma fragmentação. O par associação/desagregação contempla um potencial de transformação e superação de contradições geradas, seja no âmbito do sujeito e sua subjetividade, seja no âmbito institucional ou contextual como, por exemplo, as originadas por meio das desigualdades sociais. A reflexão, portanto, detém-se aqui sobre quais aspectos compõem os processos associativos e desagregadores dos sujeitos nos movimentos sociais, tornando-se, portanto, o objetivo da pesquisa.

Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema mais geral que se desejava pesquisar, a saber, a participação e a subjetividade dos integrantes dos movimentos sociais, usando as palavras-chave: participação, participação popular, participação social, controle social, movimentos sociais, subjetividade, resistência, militância, militantes, associação, desagregação, saúde mental, luta antimanicomial. As bases de dados usadas foram o *Scielo* e a produção científico-acadêmica da USP. Cada uma dessas palavras-chave leva a uma ampla discussão sobre seus significados e as relações entre elas, mas não se constitui como alvo desta pesquisa e exigiria um outro tipo de trabalho.

Na base *Scielo*, a pesquisa sobre o assunto “participação” gerou 756 resultados. Os artigos encontrados tratavam sobre movimentos de participação em regiões ou temas específicos (Rio Paraíba, favelas, informação e suas tecnologias, educação, estudantes, idosos, mulheres, trabalhadores, questões urbanas, saúde, dentre outros), participação como engajamento político, gestão democrática, assessoria popular, competitividade entre empresas, participação nos lucros. Os assuntos “participação popular” e “participação social” já estavam incluídos na pesquisa do assunto “participação”.

A palavra-chave “controle social” exibiu 112 artigos, que versavam sobre participação, controle do Estado, mídia e comunicação, gestão participativa, gestão empresarial, segurança privada, questões jurídicas, formação de conselheiros, educação popular, empoderamento. Interessante observar que o termo “controle social” é tema de extrema relevância na área da saúde; no entanto, ao fazer a pesquisa de artigos científicos sobre o assunto, não se encontram produções apenas nessa área e em número expressivo, configurando a participação como melhor termo a ser usado nas pesquisas sobre saúde.

“Movimentos sociais” foi outro assunto que se realizou a busca por artigos no *Scielo*, exibindo 181 resultados, que se referiam a experiências de lideranças, movimentos de mulheres, negros, estudantes, indígenas, agrário, GLBT, urbanos, ambientais, redes, direitos humanos, questões sobre identidade dos movimentos, cidadania, justiça, criminalização dos movimentos, luta de classes, democracia, solidariedade e constituição dos sujeitos, trabalho escravo, transformação social e mobilização.

O termo “subjetividade” levantou 610 artigos. A busca foi refinada pelas palavras descritas anteriormente, resultando em 6 artigos, já selecionados anteriormente.

A palavra-chave “resistência” levantou 2.517 artigos, muitos relacionados à resistência de materiais e de micro-organismos, o que levou ao refinamento por meio das palavras usadas anteriormente. Da combinação “resistência” e “participação” foi obtido um artigo sobre mudanças sociais em Cuba; “resistência” e “controle social” resultou em um artigo sobre uma análise foucaultiana das manifestações ocorridas no momento atual; “resistência” e “movimentos sociais” trouxe artigos levantados anteriormente e “resistência” e “subjetividade” trouxe 6 artigos, sobre biopolítica, comparação entre Freud e Foucault, trabalho docente e interdisciplinar e arte.

O termo “militância” levantou 31 artigos que versavam sobre movimentos específicos (travestis, educação, rural, feministas, ambientalista, dentre outros), institucionalização dos movimentos, sindicalismo, cidadania, direitos humanos, bases de deputados, engajamento, ditadura, trabalhadores da reforma psiquiátrica.

“Militantes” como assunto no *Scielo* levantou dois artigos, um sobre o estudo das vivências de filhos de militantes da ditadura militar e outro sobre um militante da África do Sul.

O termo “associação” levantou 169 artigos, que tratavam de associação de elementos fisiológicos, influência genética, hábitos, aspectos de plantas, redes virtuais, educação ambiental, saneamento e saúde, acordos entre países, inconsciente, depressão, psicanálise, fascismo, organizações, sindicatos, movimento negro.

Ao buscar artigos com a palavra “desagregação” no campo *assunto* no *Scielo*, foram encontrados 14 registros, que abordavam temas como o clima e questões agrícolas e psicopatologia. A combinação dos termos “associação” e “desagregação” em todos os índices no *Scielo* gerou um artigo sobre constelação familiar e esquizofrenia.

O assunto “saúde mental” levantou 1.221 artigos, refinados pelas palavras-chave anteriormente buscadas, exibindo um total de 21 artigos com temas mais relevantes para esta tese.

O resultado para “Luta Antimanicomial” levantou 5 artigos, sem relação especificamente com o tema desta tese.

No banco de referências científicas da USP foram levantados trabalhos com as mesmas palavras-chave usadas no *Scielo*. O quadro abaixo mostra os resultados encontrados:

Tabela 1 – Levantamento de palavras-chave na base de dados da produção científica da USP (teses e dissertações), 2014.

Palavras-chave	Número de trabalhos
Resistência	822
Saúde Mental	290
Participação	233
Subjetividade	134
Movimentos sociais	85
Associação	67
Controle social	20
Luta Antimanicomial	5
Militância	5
Militantes	2
Participação e controle social	2
Desagregação	1
Movimentos sociais e saúde mental	1

As demais combinações entre as palavras-chave não resultaram teses ou dissertações.

Os artigos, teses e dissertações foram selecionados pelo título e pelo resumo que se aproximassem da temática desta pesquisa, totalizando 48 trabalhos, que serviram de base para algumas reflexões deste trabalho. Dessa forma, foi possível reformular o objetivo da tese e selecionar os referenciais teóricos que fundamentaram o trabalho. Não foram encontrados artigos, teses ou dissertações que se referissem especificamente ao objetivo desta tese.

Este levantamento auxiliou na seleção dos termos a serem usados como análise, na configuração do objetivo da pesquisa e na identificação da inovação de um tema que estudasse a subjetividade dos participantes dos movimentos sociais à luz da Psicologia Social.

Nesse percurso, também apareceram possibilidades de participação em reuniões de alguns movimentos sociais, nas quais foram realizadas observações de campo, tais como a reunião já citada da associação sindical de docentes e outras compostas por militantes da área da saúde mental.

Também foram levantados relatos de lideranças de movimentos em vídeos publicados na internet, disponíveis em www.youtube.com, a partir de indicações de participantes de movimentos sociais e de busca neste sítio eletrônico por nomes de lideranças e das seguintes palavras ou expressões: Depoimento; Movimentos Sociais; Saúde Mental; Saúde Mental e Movimento; Movimento Antimanicomial; Luta Antimanicomial; Reforma Psiquiátrica; Movimento de Saúde Mental; Universidade Popular dos Movimentos Sociais; Entrevista Saúde Mental; Entrevista Participação Popular; Líder; Liderança; Liderança Saúde Mental; Liderança Luta Antimanicomial; Depoimento Luta Antimanicomial; Dia da Luta Antimanicomial; Militância Saúde Mental; Militantes Saúde Mental; Depoimento Militantes; Mobilização; Participação Popular; entre outras consultas isoladas.

Conforme os vídeos foram encontrados, outras palavras apareciam e eram usadas para procurar novos vídeos. Foram encontrados diversos vídeos sobre a “operação Lava-Jato” com a palavra depoimento, sobre o observatório dos movimentos sociais de Viçosa, histórico e projeto de saúde mental, vídeos sobre “como relaxar”, sobre a liderança de

empresas no mercado da psiquiatria, algumas notícias sobre saúde mental, dois vídeos com depoimento de Austregésilo Carrano e uma infinidade sobre o filme *Bicho de Sete Cabeças*.

Nesse percurso, abre-se aqui um parêntese para descrever alguns relatos encontrados no endereço eletrônico *Youtube* e que também poderiam ser analisados de acordo com os processos de associação e desagregação. No entanto, esses vídeos contêm relatos que se vinculavam a movimentos com demandas distintas daquelas que primam pela redução das desigualdades ou das injustiças sociais, constituindo-se como proposta para a manutenção do *status quo*, voltadas para o autoritarismo, a imposição de decisões pautadas em necessidades privadas que afetam o coletivo e para uma lógica da violência contra todos que "ousem" pensar de forma diferente.

Um deles, a título de exemplo, mostra algumas manifestações ocorridas no segundo semestre de 2014¹⁰, em que participantes foram armados para os eventos, exaltavam a contenção à base da força pela polícia e usavam termos como "gente de bem". Uma primeira questão a ser colocada é sobre quem é a referência sobre "gente de bem" e, por consequência, quem seria, então a "gente do mal", ao que podemos inferir que seria todo aquele que difere dessa forma de pensamento e ação. Outro vídeo mostra Antonio "Vulto" da Silva¹¹, líder da "resistência nacionalista" (grupo de *skinheads*) que é nordestino e filia-se a um movimento declaradamente preconceituoso em relação a nordestinos. Apesar de ser intrigante refletir sobre o que leva um nordestino a participar de um movimento que é contrário à sua própria origem, sobre indagar de que forma esse sujeito mantém-se filiado a esse movimento, não cabe a esta pesquisa responder a essa questão, uma vez que o objeto de estudo se restringe ao campo da esquerda. Historicamente, observou-se que a forma como se lida com a diferença de pensamento em nosso país é com violência, física, verbal, simbólica, subjetiva. A todo aquele que não concorde com a "gente de bem" exclui-se a possibilidade de diálogo. Esse tipo de movimento não está relacionado à demanda por uma mudança no *status quo* e pode ser classificado como pertencente ao campo da direita, conforme definido inicialmente neste trabalho, implicando sua exclusão do campo de nossa análise. Fecha-se o parêntese.

¹⁰ <<https://www.youtube.com/watch?v=L6PV0A-5Evw>>

¹¹ <https://www.youtube.com/watch?v=8PvGs_BmVd8>

Outras entrevistas foram encontradas em um projeto intitulado “Projeto Memória da Reforma Psiquiátrica do Brasil”, coordenado por Paulo Amarante dentro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial – LAPS –, vinculado à Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – ENSP – da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Esse projeto tem como proposta narrar a história que não foi contada oficialmente sobre o processo da reforma psiquiátrica, as mudanças de atendimento pré e pós-reforma. Há depoimentos de médicos, usuários e militantes reconhecidos, em sua maioria, nacionalmente no contexto do movimento de luta antimanicomial. São depoimentos que possibilitam recorrer à concepção de Porta-Voz na perspectiva da Psicologia Social pichoniana.

Segundo Pichon-Rivière (2005), o membro de um grupo que, por sua história pessoal e suas características, pode expressar algo que permite decifrar o processo latente, é chamado de porta-voz. “Ele não fala só por si, mas por todos; e é nele que se conjugam o que se chama verticalidade (história pessoal) e horizontalidade (processo que se expressa no aqui- agora, na totalidade do grupo) e que permite a emergência dos aspectos que serão interpretados” (SCARCELLI, 2016, p. 83).

Em outros termos, o porta-voz não tem consciência de que enuncia algo de significação grupal e é o emissário de uma situação dada. Com sua história, experiências e circunstâncias pessoais (verticalidade) ele se articula com aquilo que é compartilhado por todos do grupo, seja consciente ou inconscientemente (horizontalidade) (PICHON-RIVIÈRE, 2005). Fundamentada em Pichon-Rivière, Scarcelli (2016) afirma que esse conceito é muito importante, porque é o aspecto da situação grupal que emerge através de um processo concreto que lhe dá possibilidade de trazer um fato novo.

Nas formulações de Pichon-Rivière (2005), o grupo estrutura-se com base em um interjogo de papéis, no qual os mecanismos de adjudicação e assunção desses papéis são fundamentais. E a noção de papel que traz contribuição importante na construção de sua psicologia social, que bebe também na fonte da psicanálise, por expressar “a concretude das relações sociais internalizadas como cenas que estruturam os objetos externos e que são determinantes na constituição da subjetividade” (SCARCELLI, 2016, p. 94), do mundo interno que se configura como um cenário no qual é possível reconhecer o fato dinâmico da internalização dos objetos e relações (PICHON-RIVIÈRE, 2005).

Vertical do sujeito e horizontal do grupo articulam-se no papel, tornando compreensível a dialética indivíduo-grupo, pela expressão do porta-voz. Com isso, a construção de interpretações sobre as relações grupais leva em conta a verticalidade e a horizontalidade, abarcando, assim, o individual (vertical do porta-voz) e o grupal (horizontal do grupo), o passado (pela história pessoal e fantasias do porta-voz) e o presente (no aqui e agora do grupo).

Nessa construção, atenta-se, além do interjogo de papéis, às ideologias presentes no grupo, ao rompimento da comunicação, à estereotipia no processo de aprendizagem, aos momentos de superação dos processos paralisantes. Ao considerar tais aspectos nas situações de grupo, podemos nos encaminhar para uma análise que nos permite ir, de forma mais sistematizada, dos pequenos para os grandes grupos, para a dimensão institucional que é inerente a todas as relações (SCARCELLI, 2016, p. 98-99).

Pichon-Rivière, a partir da Psicologia Social que propõe, indaga a complexa relação existente entre “a configuração do mundo interno do sujeito e a ordem social e histórica; as mediações, os processos e as esferas nas quais essa relação se concretiza também são interrogadas” (SCARCELLI, 2016, p. 99).

Segundo Scarcelli (2016), a investigação dos condicionantes da atitude de um sujeito é feita no momento em que algo acontece, ou seja, no momento em que um grupo está reunido, no aqui e agora de um grupo. Contudo, baseada nos estudos de Bleger (1984), propõe a utilização desse referencial em âmbitos que transcendem os limites de práticas que se fundamentam no grupo operativo e da própria prática clínica. Segundo a autora, na proposta de Pichon, investiga-se a conduta de um sujeito no momento em que ela acontece. Se não for assim, será feita história e reconstrução, que pode ser considerado um modo de aplicação desses conhecimentos para fenômenos sociais que transcendem o acontecer de um pequeno grupo. Nessas condições, não é possível se ater à investigação das motivações que podem atuar na modificação de um campo psicológico operacional; contudo, podem trazer contribuições para elaborar compreensão de situações que ocorrem nos grandes grupos.

A nenhuma técnica de investigação (do método clínico ou do método experimental), em nenhuma disciplina científica, se lhe exige que resolva um problema sobre o plano social. O único que se espera é que contribua com conhecimentos sobre os quais possa se basear uma planificação científica de alcance e extensão social. Reconhecer as limitações sociais de um procedimento de laboratório não é nenhum desmérito para nenhuma técnica, porque, justamente, seria questionar as condições básicas nas quais resulta factível levar a cabo uma investigação de laboratório (BLEGER, 1984, p. 112).

Bleger (1984) afirma ainda que não é possível ser investigador se os problemas não puderem ser extraídos da prática e da realidade social que está sendo vivida em um dado momento. E Scarcelli (2016) recorre a esse autor para fazer uma reflexão, no campo da psicologia social pichoniana, similar àquela que Bleger faz em relação à psicanálise. Ou seja, que a transcendência social da psicanálise reside fundamentalmente em sua capacidade de ser um método de investigação dos fenômenos psicológicos que, como tal, contribui com conhecimentos valiosos sobre as leis psicológicas que regem a dinâmica tanto da saúde como da doença e nos permite também compreender e valorizar os efeitos de determinados acontecimentos sobre a formação e evolução da personalidade. Nessa mesma perspectiva, entende que as concepções que fundamentam o grupo operativo, como Porta-Voz, podem ser aplicadas ao ensino, na constituição de grupos de elaboração de aprendizagem e, também, oferecer subsídios valiosos para práticas de natureza diversas.

Reflexão similar pode ser feita em relação à psicologia social pichoniana e compreender, de acordo com Bleger, que não é possível ser investigador se os problemas não puderem ser extraídos da prática e da realidade social que está sendo vivida em um dado momento.

Nessa perspectiva, os depoimentos públicos foram considerados relevantes para serem usados nesta pesquisa, como possibilidade para compreender melhor esse fenômeno de associação/desagregação.

Os movimentos sociais da área de saúde mental historicamente compõem um campo heterogêneo de atuação e, nesse sentido, passou por rearranjos e fragmentações, sendo permeado por diferentes concepções e propostas, por vezes antagônicas. A partir das observações realizadas, identificou-se que são afetados pelos processos de associação e desagregação. O campo da saúde mental agrega diversas lideranças reconhecidas e com visibilidade enquanto tal. Elas participam de conferências de saúde e de saúde mental, congressos, entrevistas e outros eventos em que descrevem o histórico da área e também sua participação no movimento. Essas informações, aliadas ao levantamento bibliográfico forneceram o material que subsidiou a pesquisa e que nos levou a optar pela não realização de entrevistas. O discurso produzido por esses atores influencia concepções e práticas em saúde mental. Há um reconhecimento de divergência nas linhas de pensamento internamente aos movimentos de saúde mental; além disso, há lideranças que ocuparam cargos públicos na esfera estatal e o próprio movimento exibe um processo que se amplia e

reduz, resiste e avança, associa e desagrega, historicamente, o que justifica sua escolha para este trabalho.

A partir de uma primeira observação sobre o material pesquisado, foi necessário levantar algumas definições importantes para a compreensão dos processos de associação e desagregação, tais como ideologia, cidadania, movimentos sociais, subjetividade e a Luta Antimanicomial.

O método dialético materialista orienta a construção deste trabalho, embora seja um método problemático (PAULO NETTO, 2002), pois há divergências na compreensão do que ele signifique. Marx (1996) mostra que, quando estudamos algo, é necessário começar pelo real e pelo concreto e, por meio de uma análise, chegamos a conceitos cada vez mais simples: “do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples” (p. 39). Ao chegar a esse ponto, deveríamos voltar e fazer a viagem de modo inverso até o início, mas agora com “uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (p. 39).

Para Marx (1996), o concreto é algo que se constitui como a síntese de muitas determinações, que ele nomeia como “unidade do diverso” (p. 39). Para se conhecer algo, é necessário, além das relações e determinações, conhecer a existência histórica do que se quer compreender. Um conceito simples expressa relações

[...] nas quais o concreto pouco desenvolvido pode ter se realizado sem haver estabelecido ainda a relação ou o relacionamento mais complexo, que se acha expresso mentalmente na categoria mais concreta, enquanto o concreto mais desenvolvido conserva a mesma categoria como uma relação subordinada (MARX, 1996, p. 41).

Isso significa que categorias mais simples podem expressar tanto relações dominantes de um todo menos desenvolvido quanto relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, sendo que essas relações existiam antes que o todo tivesse se desenvolvido, “no sentido que se expressa em uma categoria mais concreta. Nessa medida, o curso do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo corresponde ao processo histórico efetivo” (MARX, 1996, p. 41). As categorias ou os conceitos são produto de condições históricas. Essas categorias exprimem “formas de modos de ser, determinações de existência” (p. 44) e levar isso em consideração oferece uma direção decisiva ao como se pretende compreender algo.

Para José Paulo Netto (2002), nesse método, há a elevação, por meio das operações racionais, do abstrato ao concreto. O ponto de partida é um fato, ou conjunto de fatos, ou seja, a expressão factual, empírica, fenomênica da realidade. Assim, para se conhecer algo, é necessário partir de um fato, do que aparece, da aparência. Isso não significa que se chegue à essência desse fato, é apenas um ponto de partida. Essa aparência é capaz de revelar, mas também de esconder a realidade. Para conhecer, é necessário ultrapassar essa aparência. Sendo assim, é necessário descrever e sistematizar os fatos, historicizá-los para se iniciar o caminho do conhecimento. A aparência é a expressão de processo ou de processos, toda expressão de um fato é processo. Cabe à racionalidade, ou à abstração, identificar esses processos. É necessário abstrair-se do fato, descolar-se do dado para identificar os processos sinalizados pelos fatos; isso levará à possibilidade do conhecimento. Ao dar esse passo em direção aos processos, é possível abandonar a aparência dos fatos. No entanto, os processos não estão isolados, mas em relação a outros processos. Essas relações devem ser analisadas pelo pesquisador. Os processos também possuem sua factualidade, formas empíricas que sinalizam esses outros processos. Com isso, o pesquisador retorna à forma empírica de onde partiu. Mas esse fato assume outras formas de pensamento, diferentes de quando se estava no ponto de partida. A partir disso, o investigar pode ver aquilo que, inscrito no fato, não é evidente inicialmente.

Nesse sentido, é fundamental contextualizar historicamente os processos que se deseja investigar, que passam a ser determinados, imbricados, perpassados por relações e processos. A investigação passa a ser o trabalho de identificação das determinações e a saturação dessas determinações (PAULO NETTO, 2002). É dessa forma que se faz a passagem do concreto ao abstrato e do abstrato ao concreto. O pensamento reproduz o processo de constituição do concreto, não se trata de constituir o concreto a partir do pensamento, mas é apenas a reprodução, por meio do pensamento, do que está dado pela realidade.

A perspectiva pela qual se toma o fenômeno é a simultaneidade dos processos no momento em que ele ocorre e ao mesmo tempo o desenvolvimento histórico a partir de sua gênese. O fenômeno é o mesmo, mas o significado social ao longo do tempo é distinto. Por isso é necessário combinar ambos os métodos, ou seja, analisar o fenômeno no momento atual e ao longo da história, que permitirá compreender a estrutura do fenômeno no momento atual (PAULO NETTO, 2002).

Como exemplifica Gramsci (2001), um raio luminoso que passa por prismas diversos nos oferece diferentes refrações de luz, o que nos permite reescrever a compreensão sobre um fenômeno. A tarefa necessária a uma investigação é complexa e deve ser articulada, graduada, ou seja, deve haver dedução e indução, identificação e distinção, demonstração positiva e destruição do velho, não de modo abstrato, mas concreto, com base no real e na experiência efetiva.

Este trabalho construiu-se, assim, considerando uma proposta de compreensão do fenômeno da associação e desagregação nos movimentos sociais de saúde mental na perspectiva materialista dialética, como também o faz a psicologia social pichoniana. Seguindo essa compreensão, perpassaremos por uma contextualização histórica, levantamentos de conceitos e descrições de observações feitas no momento atual, pretendendo formular compreensões do fenômeno a que esta pesquisa se propôs investigar.

E é nesse contexto que a pesquisa indicou a necessidade de compreender o processo ideológico que permeia as concepções sobre esquerda, movimentos sociais e a própria participação.

CAPÍTULO 2.1

NOTAS SOBRE A PSICOLOGIA SOCIAL CONCRETA: SUBJETIVIDADE E CONTEXTO SOCIAL

A partir da Psicologia Social de Pichon-Rivière (2005), é possível buscar uma compreensão acerca da subjetividade que se manifesta na interação entre sujeitos no contexto social.

Antes de focar a atenção para as formulações do autor, é importante lembrar que, conforme discute Scarcelli (2016), no campo da teoria do conhecimento, a subjetividade possui uma trajetória que remonta à Antiguidade Clássica e atravessa a história do pensamento ocidental. Na sociedade moderna, a concepção de sujeito passa a se impregnar progressivamente na cultura, tornando-se categoria central nos discursos e saberes. Pode-se dizer que, no pensamento ocidental, a produção da subjetividade é um conceito

relativamente novo, usado na reflexão sobre a sociedade atual e as questões políticas decorrentes. Nesse sentido, refletir sobre a produção da subjetividade significa sair apenas do campo da interioridade para compreendê-la como emergência histórica de diversos processos.

Fernandes (1994, 2004a, 2004b) questiona, por exemplo, se os modos de produção alcançariam um modo de controle sobre a subjetivação e se a sociedade capitalista e globalizada em que vivemos traria uma tomada de poder sobre a subjetividade. A autora referencia-se em Pichon-Rivière para analisar a mútua determinação entre sujeito e realidade. Na relação entre o homem e a trama histórica e social haveria uma atividade transformadora de si e do mundo, relação de reciprocidade dialética cujo catalisador é a necessidade.

A concepção pichoniana de sujeito representa uma dialética “que se desenvolve pela interpenetração dos pares contraditórios necessidade/satisfação e sujeito/contexto vincular-social, na qual a necessidade comparece como fundamento motivacional” (SCARCELLI, 2016, p. 66). Há influência marxista nesse conceito de necessidade que Pichon oferece. Na discussão apresentada sobre consciência para Marx, a necessidade é um motor para a ação e para as relações sociais. Na perspectiva pichoniana, segundo Scarcelli (2016), “a necessidade é ‘motor’ dessa relação dialética, ‘abre o jogo’ entre sujeito e contexto e determina a primeira contradição experimentada pelo sujeito” (p. 66).

Dessa maneira, a vida psíquica constitui-se a partir da experiência e das relações concretas. Faz parte desse processo de constituição do sujeito a alternância das posições instrumental e depressiva, que se expressa como movimento dialético de constituição da subjetividade e do processo de conhecimento (SCARCELLI, 2016). O psiquismo e, portanto, a subjetividade se desenvolvem a partir das relações sociais.

Então o que permite definir a psicologia como social? Para a teoria de Pichon é a concepção de mundo interno, constituído como processo de uma progressiva internalização dos objetos em interação. Dessa maneira, é por meio da diferenciação entre mundo interno e externo que o sujeito adquire identidade e autonomia (SCARCELLI, 2016). Ao se configurar a partir da dinâmica da internalização de objetos e relações, o mundo interno constitui-se como tentativa de reconstrução de uma realidade exterior que pode ser comparada a uma representação teatral, ou seja, não apenas uma repetição idêntica de

textos, mas uma recriação. A partir dessa ideia é formulada a noção de *vínculo* como uma estrutura complexa que inclui um sujeito, um objeto e a mútua interrelação com processos de comunicação e aprendizagem.

A estrutura vincular é um veículo das primeiras experiências sociais e constitutivas do sujeito como tal e pode gerar gratificação ou frustração, de acordo com o tipo de internalização realizada. Dessa maneira, a psicologia é naturalmente social e seu objeto é o homem-em-situação, reintegrando sujeito, natureza e sociedade, ou seja, a relação entre a estrutura social e a configuração do mundo interno do sujeito pode ser tratada a partir dessa noção de vínculo (PICHON-RIVIERE, 2005). E é exatamente este homem-em-situação que nos interessa tratar, mais especificamente num contexto de atuação política a partir dos processos de associação e desagregação, considerados de maneira complementar e dialética, como formas de militância e resistência, com repercussões no mundo social e, conseqüentemente, nos modos de produção da subjetividade.

A forma como ocorre a constituição do sujeito como vimos para Pichon-Rivière (2005) indica que a maneira como os sujeitos agem politicamente depende, portanto, da dinâmica de internalização de objetos e relações, o que caracteriza um processo complexo que não comporta traduções simplistas como, por exemplo, imaginar que um sujeito oriundo de uma família autoritária e violenta necessariamente cresça exercendo autoritarismo violento; ou ainda que alguém que viva com pessoas anarquistas reproduza essa maneira de viver.

Para Pichon-Rivière (2005) o grupo é o campo operacional privilegiado onde ocorre a relação vincular e pode ser observado a partir das formas de interação do sujeito. Um grupo possui uma heterogeneidade, em que cada membro traz enfoques e conhecimentos relacionados a suas experiências, favorecendo a ruptura de estereótipos – que poderiam ser fortalecidos caso se trate de um grupo homogêneo, por ausência de confrontação. A noção de *adaptação ativa* representa a relação dialética modificante e enriquecedora entre sujeito e meio. Dessa maneira, o grupo operativo acaba sendo uma estrutura básica de interação e aprendizagem, que caracteriza toda tentativa de resposta coerente e significativa às demandas da realidade, ou seja, de adaptação. Caso esta não ocorra, podemos dizer que há resistência à mudança e o grupo não se desenvolve, pois há o que se pode chamar de um estereótipo no pensamento e na ação do grupo, designado como *estereotipia*. O grupo pode ser instrumento de investigação e intervenção; mas nem todo

grupo pode ser considerado *grupo operativo*. Para assim o ser, são necessários um enquadre e procedimentos específicos e um grupo, para ser operativo, tem de ter como objetivo chegar a um projeto, que teria dimensão de mudança, permitindo caminhar em uma nova direção, intenciona elaborar um futuro adequado de uma maneira dinâmica, por adaptação ativa à realidade, permitindo a superação das contradições. Não se trata aqui de chamar os movimentos sociais de grupo operativo, mas compreende-se que a relação dialética que ocorre no grupo operativo oferece um importante referencial para análise acerca do objeto de estudo desta tese.

Com esses referenciais abordados, surgem pontos de reflexão sobre as relações entre os sujeitos, suas práticas, as relações sociais e o contexto social. Para esta tese, consideraremos que as ações dos homens são resultado da interação entre as condições sociais e das escolhas de indivíduos, tal como proposto por Pichon-Rivière (2005). Os agora nomeados sujeitos e suas ações precisam ser compreendidos na interação entre fenômenos psicológicos e contexto social e histórico. Pensamento e conhecimento não são fatos individuais, como diz o autor, mas *produções* sociais, o que nos permite encontrar, nos sujeitos, a interação entre o que se designa como mundo externo e mundo interno ou, ainda, a interrelação dialética entre o homem e seu meio.

Tratar a subjetividade como uma produção significa compreendê-la, ao invés de apenas interioridade, como emergência histórica de diferentes processos de transformação e de pluralidade de constituição. A psicologia de Pichon-Rivière propõe uma direção semelhante, em que o homem é um sistema aberto e incompleto e sua subjetividade é construída socialmente por seres contextualizados e históricos, ou seja, é um sujeito descentrado e intersubjetivo, é produzido no encontro e desencontro com o outro. A intersubjetividade significa que o homem é construído como ser em constante relação. E justamente por constituir-se como um ser histórico e em relação com outros homens, ao mesmo tempo em que se oferece uma gama de possibilidades em termos de representação simbólica, estas são também mediadas e podem ser estreitadas (SCARCELLI, 2016).

Enfim, como já enunciado, Pichon-Rivière fundamenta uma teoria que coloca o social como uma nova questão, que considera o sujeito “remetido” a uma dialética entre mundo interno e externo. E o que conforma esses dois mundos é a forma de relação do sujeito com o contexto que o cerca, que determina a relação constitutiva da subjetividade (SCARCELLI, 2016).

Dessa forma, há uma Psicologia Social que é inter e intrasubjetiva, portanto é necessário analisar o homem em seu meio e o produto dessa relação. O “‘sujeito da necessidade’ opera sobre a realidade, material e simbolicamente e se transforma, transformando também o contexto externo” (FERNANDES, 1989, p. 43). O psiquismo e, portanto, a subjetividade se desenvolvem a partir das relações sociais.

CAPÍTULO 3

MOVIMENTOS SOCIAIS: AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL *VERSUS* DESAGREGAÇÃO NO PROJETO NEOLIBERAL

Para o verdadeiro comunista o que importa é derrubar essa ordem existente.

Marx e Engels

Para tratar do tema movimentos sociais, além de contextualizá-los historicamente, é preciso descrever outros conceitos imbricados em sua definição. Já vimos um pouco sobre como se conformou a esquerda no Brasil e como a ideologia pode se constituir em um instrumento para a conformação de uma representação de esquerda como perigoso para a manutenção do *status quo*. Será trazida agora uma breve discussão sobre concepções de sociedade civil e movimentos sociais, tal como compreendidos por autores da ciência política e algumas indicações de como essas concepções podem auxiliar nas reflexões no campo da psicologia social, articulando essas áreas de conhecimento.

Não se pode tratar dos movimentos sociais sem uma compreensão de sociedade civil, que também está relacionada com os conceitos de democracia e cidadania. No Brasil, sociedade civil é um conceito trabalhado a partir da luta dos movimentos sociais e do estabelecimento do processo democrático a partir da década de 1970. Para Coutinho (2000), “democracia é sinônimo de soberania popular”, esta compreendida como “a construção coletiva do espaço público, como a plena participação consciente de todos na gestação e no controle da esfera política” (p. 50). A cidadania é a capacidade conquistada pelos indivíduos de se apropriarem de bens socialmente criados e de atualizarem as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto histórico. A cidadania não é uma *coisa* dada aos indivíduos, mas resultado de lutas permanentes num processo histórico de longa duração.

Para Dagnino (2004), um determinado significado atribuído aos termos cidadania, democracia e sociedade civil representa uma disputa entre projetos políticos diferentes, ou seja, são realizados deslocamentos semânticos que permitem que cidadania, por exemplo,

seja associada à ideia de voluntariado, entendido como uma ação particularmente definida e exercida de modo individual, sem que isso se reporte à discussão de direitos ou questões sociais mais amplas. Fato é que falar em democracia no Brasil a partir da década de 1970 não se restringia apenas às instituições e ao sistema político, era necessário ampliar o debate sobre o termo e suas acepções (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA – GECD, 1998-1999). A construção da democracia só se tornaria viável quando, para além das instituições, houvesse uma mudança nas relações sociais, houvesse a criação de novos valores e relações no tecido social, transcendendo a construção de um novo regime político. Nesse sentido, para a ciência política, amplia-se a própria noção de política, que compreende o cotidiano das pessoas, seus valores, cultura e atitudes:

Fator determinante para esta nova concepção de política foi a insurgência, nas décadas de 70 e 80, de novos atores sociais que resgataram o termo *sociedade civil* e inauguraram, através de um amplo processo reivindicativo, novas formas de práticas políticas e formatos de sociabilidade, fundados em bases mais igualitárias. Mais do que isso, os movimentos sociais além de trazerem suas reivindicações a público e ampliarem as fronteiras da política para além da sua dimensão institucional, recriaram as concepções de direitos e de cidadania enquanto “estratégia política” na luta pela transformação social em direção a uma sociedade efetivamente democrática (GECD, 1998-1999, p. 8-9).

Para o Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática¹³ – GECD –, os dois grandes obstáculos para a construção da democracia no Brasil são a hierarquização das relações sociais e a apropriação do público pelo privado (GECD, 1998-1999, p. 9).

Mas como isso se processa? As noções de participação, sociedade civil e cidadania refletem uma disputa no âmbito político-cultural a partir da implantação do projeto neoliberal, abordado mais adiante, em especial nas sociedades latino-americanas, a partir da década de 1990. Se, por um lado, temos um projeto político democrático-participativo, permeado por um processo de alargamento de práticas democráticas, como a criação e manutenção de espaços públicos de negociação e participação da sociedade civil na formulação das políticas públicas, por outro temos um projeto político que tende a isentar o Estado de seu papel garantidor de direitos e que visa restringir a participação da sociedade civil no processo de decisão das políticas públicas.

¹³ Grupo em atividade desde 1996, formado por pessoas ligadas ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH – UNICAMP), cujo objetivo é discutir a construção e consolidação da democracia. Alternativa para o isolamento dos pesquisadores, constituiu-se como um canal de diálogo e exposição de dúvidas, refinamento de análises, sistematização de discussões e produção de um trabalho intelectual coletivo.

Nessa linha de pensamento de DAGNINO (2004), foi a partir da noção de cidadania proposta pelo projeto democrático-participativo que houve um maior desenvolvimento político e cultural na sociedade brasileira, em especial no processo de redemocratização do país, pois foi nesse momento que a democracia começou a ser forjada pelos movimentos sociais e representou ganhos na luta pelos direitos humanos, inclusive ampliando sua significação e realizando de fato mudanças sociais, em especial nas relações entre pessoas e instituições.

Algumas dessas mudanças seriam a autonomia sobre o próprio corpo, o direito à diferença, a constituição de *sujeitos* políticos e o direito a participar da definição do sistema político que se desejava, afetando relações de poder tradicionalmente assimétricas na constituição histórica das relações políticas no Brasil.

Com isso, podemos entender que todo esse processo expressa a dinâmica entre as relações sociais e a subjetividade. A maneira como os sujeitos são afetados – sua própria constituição e suporte psíquico na continuidade de caminhar e ressignificar suas vidas – aparece como absolutamente importante no contexto deste trabalho. A cidadania não estaria confinada às relações entre Estado e às pessoas, mas se coloca como parâmetro para estabelecimento das relações sociais, implicando uma nova sociabilidade com um formato mais igualitário do que aquele expresso por regimes ditatoriais (DAGNINO, 2004).

Nossas relações sociais, portanto, políticas, possuem um legado de tradição escravocrata, interferindo em nossas ações cotidianas (SALES, 1994). Dessa forma, seriam consideradas “normais” atitudes de humilhação entre quem está no topo da estrutura de poder em relação aos segmentos menos privilegiados economicamente. É a lógica do senhor e do escravo, em que este sente como legítimo ser tratado de forma desigual. É a ideologia do dominador atuando sobre o dominado, sempre em direção à manutenção do *status quo*. Tal situação também pode ser compreendida, tal como cunhada por Bourdieu (1999), por *violência simbólica*, em que o dominado internaliza como legítimos os mecanismos de dominação contra si próprio, desvalorizando-se e tornando lenta uma mudança estrutural nessa relação arraigada entre dominantes e dominados. Nesse sentido, a participação em um movimento social pode ser transformadora na ordem das relações sociais instituídas.

Ellen Wood (2003) trata do conceito de sociedade civil como algo que se transformou numa expressão "mágica adaptável a todas as situações da esquerda, abrigando uma ampla gama de aspirações emancipadoras, bem como [...] um conjunto de desculpas para justificar o recuo político" (p. 205). Discutindo a relação entre Estado, sociedade civil e esfera política, a autora afirma que sociedade civil representa uma esfera diferenciada do Estado, não é pública nem privada, talvez seja as duas coisas ao mesmo tempo, e incorpora interações sociais que ocorrem fora da esfera do lar e do mercado; nesta concepção, o Estado é uma entidade abstrata que possui identidade corporativa.

A sociedade civil para Marx e Engels (1998) é a forma das trocas, condicionada pelas forças de produção existentes em todas as fases históricas que precedem a nossa e, por sua vez, as condiciona; que tem por condição prévia e base fundamental a família ou o clã. É a sede da história, compreende o conjunto das relações materiais dos indivíduos dentro de um estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas.

No pensamento de Marx, a instância que complementa o jogo de forças com a sociedade civil é o Estado, que nasce como ideia de um interesse geral ou comum que se encarna numa instituição determinada (CHAUI, 1985). Esse interesse comum encarna no Estado a resolução do conflito perpetrado pela separação entre os homens em classes sociais particulares com interesses particulares contraditórios, da mesma forma que da divisão entre trabalho material e intelectual surgiu a suposição de uma autonomia das ideias, como se fossem ou como se tivesse uma realidade própria independente dos homens. Assim, o Estado *aparece* como a realização do interesse geral, mas, na realidade, ele é a forma pela qual os interesses da parte mais forte e poderosa da sociedade ganham a aparência de interesses de toda a sociedade, caracterizando-se como instrumento ideológico da classe dominante.

Jacob Gorender, na Introdução de *A Ideologia Alemã* coloca Marx e Engels (1998) como os primeiros a indicar a vinculação do Estado aos interesses de uma classe social. Sendo assim, o Estado não é isento, ele não representa os interesses gerais de uma sociedade. O Estado sempre está vinculado a uma classe dominante e é seu instrumento de dominação por meio da ideologia. Para Marx, a sociedade civil cria o Estado, ela se condensa no Estado para evitar sua dissolução pelas contradições de classe; dessa forma, cria uma ilusão de um interesse comum que estaria sobreposto às contradições de classe. O Estado é a força multiplicada decorrente da cooperação entre os homens, que gera um

poder social; contudo, não aparece como poder desses homens, mas como poder alienado e fora de seu controle, num processo de alienação e ideologia.

Outro autor referenciado no estudo da sociedade civil é Antonio Gramsci, que trata da relação entre sociedade civil e Estado de maneira distinta de Marx:

[...] pode-se fixar dois grandes "planos" superestruturais: o que pode ser chamado de "sociedade civil" (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de "privados") e o da "sociedade política ou Estado", que correspondem à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio "direto" ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico". Estas funções são precisamente organizativas e conectivas (GRAMSCI, 1982, p. 10-11).

Carlos Nelson Coutinho (1992) nos oferece uma análise sobre os conceitos de Gramsci. Na Introdução dos Cadernos do Cárcere, vol. 1 (GRAMSCI, 1999), Coutinho alerta sobre a tradução da expressão "sociedade civil":

[...] quando Gramsci verte o termo marxiano '*bürgerliche Gesellschaft*', usa a expressão "sociedade burguesa" e não o consagrado termo 'sociedade civil', indicando com isso, provavelmente, a percepção de que seu próprio conceito de 'sociedade civil' tinha uma acepção diversa daquela que possuía em Marx (GRAMSCI, 1999, p. 10).

Coutinho (1992) compreende que, para Gramsci, o conceito de sociedade civil está relacionado ao problema do Estado, ou seja, sociedade civil seria o meio privilegiado pelo qual Gramsci enriquece e amplia a teoria marxista de Estado e reforça o método do materialismo histórico. Ainda segundo Coutinho (1992), Marx e Engels afirmam o caráter de classe de todo fenômeno estatal, desfeticizando o Estado, ou seja, sua autonomia e superioridade são aparentes e têm sua gênese e explicação nas contradições inerentes da sociedade dividida em classes. Nesse sentido marxista, o Estado tem função de conservar e reproduzir essa divisão de classes, garantindo apenas que interesses de uma classe particular se imponham como interesse geral da sociedade. E é por meio da repressão, coerção e violência que o Estado faz valer sua natureza de classe, identificando assim a máquina estatal com os aparelhos repressivos.

Mas o que nos interessa aqui é a diferença de análise que possibilita Gramsci ampliar os conceitos marxistas: se, por um lado, Marx observa um Estado com escassa participação política, clandestinidade e repressão, "era natural que esse aspecto repressivo do Estado burguês se colocasse em primeiro plano na própria realidade" (p. 75), por outro,

Gramsci está numa época e lugar em que se intensificaram a participação política (em especial nos países ocidentais no fim do século XIX), formação de grandes sindicatos e partidos de massa, enfim, uma esfera social com leis e funções relativamente autônomas e específicas. Gramsci parte dessa socialização da política nesse capitalismo desenvolvido, dessa “formação de sujeitos políticos coletivos de massa” (p. 75). Para Gramsci, a sociedade civil é composta por organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente e não se caracterizam pelo uso da repressão, sendo mais específico para o contexto desta tese.

O *Estado ampliado* denominado por Gramsci seria um equilíbrio entre a sociedade política e a sociedade civil; teria novas determinações, com duas esferas principais, a sociedade política, que seria o Estado em sentido estrito ou o Estado coercitivo, formado pelos mecanismos pelos quais a classe dominante deteria o monopólio legal da repressão e da violência, sob controle das burocracias executiva e policial-militar; ela atua quando não há consenso. A sociedade civil seria composta pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias – escola, igreja, partidos políticos, sindicatos, organizações profissionais e a organização material da cultura, como revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa (COUTINHO, 1992).

Sociedade civil e sociedade política servem para conservar ou promover uma base econômica de acordo com interesses de uma classe social; mas o modo de encaminhar essa promoção ou conservação varia, ou seja, no âmbito da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia e ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso; a sociedade política tem as classes exercendo uma ditadura ou uma dominação mediante a coerção. Por isso, para Coutinho (1992), Gramsci considera Estado coercitivo aquilo que Marx e Engels consideravam apenas como Estado. O consenso, para Gramsci, está na sociedade civil, mas que compõe o Estado ampliado.

A sociedade política e a sociedade civil de Gramsci também se diferenciam por sua materialidade: enquanto a primeira tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos de Estado, a sociedade civil tem como seus portadores os organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos diante da sociedade política, também chamados de “aparelhos privados de hegemonia” (COUTINHO, 1992, p. 78).

Gramsci (2001) identificou uma relação dialética entre sociedade civil e sociedade política, colocada como “identidade-distinção”, “unidade na diversidade” (COUTINHO, 1992, p. 78):

Assim, ao definir a ‘sociedade política’, ele (*Gramsci*) a mostra em relação de identidade-distinção com a sociedade civil; a sociedade política é o “aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção [nos aparelhos privados de hegemonia], quando fracassa o consenso espontâneo”. E, em outro local, ele explicita melhor ainda a dialética (unidade na diversidade) entre sociedade política e sociedade civil: “A *supremacia* de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a ‘liquidar’ ou a submeter também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados”. Nesse texto, o termo supremacia designa o momento sintético que unifica (sem homogeneizar) a *hegemonia* e a *dominação*, o *consenso* e a *coerção*, a *direção* e a *ditadura* (COUTINHO, 1992, p. 78, grifos do autor).

Ellen Wood (2003) comenta que o conceito de sociedade civil proposto por Gramsci reconhece a complexidade do poder político nos Estados modernos, em que o poder de classe não está concentrado no Estado, mas difundido pela sociedade e em suas práticas culturais, aqui compreendidas não somente como produção e consumo de bens culturais, mas como conjunto de significados que integram práticas sociais e, portanto, intrínsecas à política e ao social. Ou, como refere Wood (2003), é lugar de "pluralidade das relações e práticas sociais" (p. 208), âmbito de atuação dos movimentos sociais.

No contexto brasileiro, quando se aborda a questão da sociedade civil, tem-se como premissa a democracia como estruturação social, com práticas sociais e culturais (GECD, 1998-1999, p. 13). Nesse sentido, tratar da sociedade civil significa compreender um leque de experiências, um conjunto de experimentações de organização política com diferentes objetivos e projetos. O termo “sociedade civil” ganhou força durante a ditadura militar e a partir dos anos de 1970 passou a ser usado no vocabulário político e desenvolvido teoricamente. Até esse momento, era pouco ou fracamente abordado por intelectuais brasileiros¹⁴. O impulso dado ao uso do termo e seu desenvolvimento conceitual foi resultado do surgimento e generalização de um conjunto de organizações e associações civis, caracterizando as décadas de 1970 e 1980 como um marco na história da organização

¹⁴ Até a década de 1970, havia outras categorias que abarcavam parte do que entendemos atualmente de sociedade civil, especialmente aquelas influenciadas pelo paradigma marxista que estabelecia a classe trabalhadora como protagonista privilegiada de transformação social (GECD, 1998-1999, p. 16).

civil brasileira. É um quadro novo, nunca visto anteriormente que emerge com a questão da autonomia como o primeiro elemento articulador da noção de sociedade civil.

Nesse primeiro momento, o *uso* do termo sociedade civil constituiu-se como eixo de *identificação* de um vasto campo de atores que se organizavam coletivamente, tornando públicas suas carências e reivindicando mais liberdade e justiça social. Nesse cenário, a demanda comum de derrubada do regime autoritário e a construção da democracia promoviam uma unificação. Esse novo contexto de mobilização da sociedade civil foi o responsável pelas novas reflexões sobre o sentido de democracia no Brasil. Quem dava corpo à sociedade civil eram os movimentos sociais¹⁵, elevados à categoria de agentes por excelência de transformação social (GECD, 1998-1999, p. 19). Ao longo de toda a década de 1980, há uma intensa produção teórica sobre a sociedade e os movimentos sociais. A principal característica desses movimentos era o combate ao autoritarismo das relações sociais, resultado do autoritarismo político e cultural e da desigualdade econômico-social. Esses estudos sobre a sociedade civil e os movimentos sociais apontaram estes como *sujeitos* por excelência do processo de criação e generalização de uma cultura democrática, por meio de novas práticas políticas e novos formatos de sociabilidade, baseados em relações mais igualitárias, tendo como principal resultado a construção de identidades, projetos políticos e, portanto, relações orientadas por novos valores.

Dessa forma, os movimentos sociais inauguram novas práticas políticas, redefinindo o espaço de se fazer política, que não se restringia mais a uma atividade apenas do Estado ou dos partidos, mas de *toda* a sociedade, voltada para o conjunto do tecido social. O GECD (1998-1999, p. 20) identifica um autoritarismo social nas relações cotidianas – entre pessoas e entre governantes e governados – e é contra isso que a sociedade civil no Brasil se volta. Os movimentos estavam, portanto, pleiteando mudanças nos padrões das relações sociais e “potencializando a instituição de novos padrões de comportamento social [...], estes movimentos construíram um novo padrão de cidadania, no sentido do ‘direito a ter direitos’, numa referência à reivindicação ao acesso ao sistema político” (p. 21).

¹⁵ O GECD denomina como “movimentos sociais” ou “novos movimentos sociais” – para distingui-los de organizações/associações criadas anteriormente ao período da ditadura, como as Ligas Camponesas – nesse período, década de 1970 e 1980, aqueles considerados populares urbanos, como os de saúde, moradia e outros, ou os que reivindicavam demandas universais, como feministas, homossexuais, ecologistas, de igualdade racial.

A discussão de temas que anteriormente estavam apenas no domínio do privado e a construção de novas sociabilidades e de novos mecanismos de gestão de políticas públicas são conquistas obtidas por meio da ampla participação e articulação dos movimentos sociais e, assim, se constituíram como sujeitos ativos e políticos (GECD, 1998-1999). Ao mesmo tempo, essas articulações permitiram a troca de experiências entre atores diferentes, possibilitando a emergência de novas questões para os próprios movimentos sociais.

Dessa maneira, pode-se dizer que o desenvolvimento do termo sociedade civil está diretamente relacionado à ênfase nas iniciativas e manifestações vindas da base da sociedade (GECD, 1998-1999). No Brasil, entretanto, com seu histórico de Estado centralizador e uma longa ditadura, falar em sociedade civil significava pensar em tudo o que potencialmente surgisse da sociedade sem que passasse pelo controle do Estado. Esse primeiro momento, portanto, configurava-se como um campo de disputa em que tudo relacionado ao estatal era considerado autoritário e ditatorial. Num momento posterior, essa visão de um Estado prejudicial à sociedade civil acabou sendo usada para justificar, por exemplo, a necessidade de intervenções mínimas do Estado, tal como proposto pela Reforma do Estado nos anos de 1990, como veremos mais adiante.

Num contexto mais recente, especificamente no fim dos anos de 1990 e início dos 2000, a ação da sociedade civil não se situa necessariamente como oposição ao Estado. Os efeitos da abertura democrática nos movimentos sociais que, como vimos, são os atores por excelência que compõem a sociedade civil, pode ser analisado por meio dos trabalhos acadêmicos sobre os movimentos¹⁶ na década de 1990, em que diminuem as interpretações sobre o poder e enfatizam um refluxo dos movimentos, como se sua atuação pré anos 1990 fosse apenas uma reação à ditadura, sem que tivessem como atuar mais propositivamente no novo contexto de abertura democrática (GECD, 1998-1999). Entramos, no entanto, em novo campo de disputa ideológica sobre o significado e atuação dos movimentos sociais.

Outra vertente compreende que não houve um refluxo dos movimentos, mas uma redefinição em sua atuação, dadas as mudanças políticas e sociais. Há uma nova forma

¹⁶ Para maiores detalhes, conferir: DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002; DAGNINO, E. (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994; DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Anpocs, 1995; COSTA, S. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol. 12, n. 35. São Paulo fev. 1997.

associativista (GECD, 1998-1999), os movimentos sociais se transformaram e assumiram novas demandas, localizadas no âmbito da sociedade civil. Nesse momento, tratava-se de garantir a efetivação dos direitos sociais. Os procedimentos foram se modificando, uma vez que várias demandas manifestas em suas lutas acabaram sendo incorporadas por parcela significativa da sociedade e do Estado, por meio da conquista de direitos sob a forma de lei (GOSS; PRUDENCIO, 2004).

Uma nova dimensão se conforma, não só o julgamento do poder que se desloca, mas os movimentos questionam sobre os padrões de sociabilidade política praticados no modo, por exemplo, como se partilha a cidade, como se negociam as relações de trabalho, como se resolvem os conflitos no campo, na fluidez dos limites entre violência, solidariedade e civilidade que constituem as relações cotidianas no país. Uma grande mudança na sociabilidade foi a desnaturalização dos privilégios, anteriormente aceitos como atributo de quem tinha poder e riqueza e a publicização dos negócios políticos, o que anteriormente apenas ocorria nas eleições (PAOLI, 1991). No entanto, a naturalização dos privilégios constitui-se como instrumento ideológico para manter as estruturas de poder vigentes, e questionar essa prática teve implicações, como a que se passou a chamar de uma inatividade ou incapacidade de organização dos movimentos.

Scherer-Warren e Lüchmann (2004) identificam, na década de 1990, um ímpeto do processo de globalização e a realização de Conferências Mundiais das Nações Unidas que possibilitaram a interlocução entre os movimentos sociais e apresentaram novos desafios analíticos. Esses fóruns globais articularam os movimentos por meio de fóruns locais e nacionais na tentativa de participarem dessas conferências. Um exemplo foi a preparação para a Eco/92, que deu origem ao Fórum de ONGs e Movimentos Sociais, que teve continuidade para além do evento através da multiplicação dos Fóruns e de agendas locais. A participação em novos espaços de negociação incrementou a discussão sobre os limites e a efetividade da participação, além de ampliar e evidenciar a complexidade das análises feitas sobre os movimentos sociais.

A ampliação de espaços de participação na elaboração de políticas públicas e a elaboração de um conceito de espaço público diferenciado do Estado constituíram um motivo para a renovação dos movimentos, que foi interpretado como crise ou refluxo.

Apenas como exemplo, o Fórum Social Mundial realizado nos anos de 2001, 2002 e 2003 configurou não um refluxo, mas uma constatação da diversidade, amplitude e comprometimento dos movimentos sociais (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004). Nogueira (2004) cita o movimento negro, que demonstrou articulações em seu interior durante os anos de 1990 em direção à constituição de uma identidade pública com visibilidade nacional, incluindo a participação de outros atores sociais, como sindicatos e partidos políticos, visando fortalecer a denúncia contra o racismo e imprimir uma ação mais propositiva em direção à institucionalidade político-estatal. E, como resultado dessa pressão popular, as políticas de combate ao racismo, de saúde da população negra e de promoção da igualdade se tornaram pauta de agenda política no Brasil e em alguns estados. Nesse sentido, afirmar que os movimentos sociais passaram por um refluxo seria aderir a um discurso que não contempla a complexidade e a ação dos movimentos.

Temos, portanto, uma sociedade civil ampla e caracterizada pela pluralidade e assim não se pode generalizar ou enquadrar os movimentos sociais. Nesse novo contexto, o termo sociedade civil passou a ser objeto de diferentes significados, sempre em disputa, atribuídos por diferentes projetos políticos e, por vezes, antagônicos. O projeto neoliberal intensificado no Brasil a partir da década de 1990 agravou desigualdades e desregulamentou direitos (GECD, 1998-1999), desresponsabilizando o Estado na garantia de direitos de cidadania, passando a responsabilidade para a sociedade civil.

Dagnino (2004) descreve as consequências para a América Latina da implementação em âmbito global do projeto neoliberal. A tensão das relações sociais no Brasil é perpassada por um dilema que tem raízes na existência de uma *confluência perversa* entre dois processos políticos distintos. O primeiro constituído por um processo de alargamento da democracia, expresso na criação de espaços públicos e na participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas. Vale ressaltar que a década de 1990 foi cenário de um diálogo entre sociedade civil e Estado, diferente do confronto e antagonismo presente nas décadas anteriores, cedendo lugar a uma aposta na possibilidade da sua ação conjunta para o aprofundamento democrático. E se o Estado muda sua relação com a sociedade civil, esta necessariamente se transforma em suas práticas. Os movimentos sociais a partir da década de 1990 não são os mesmos da década de 1970, as demandas mudaram, os espaços de

diálogo mudaram, mas isso não significa que os movimentos deixaram de existir ou de se articular.

Por *projeto político*, Dagnino (2004) compreende a partir de uma visão gramsciana, que designa conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos. Essa ação é um vínculo indissolúvel estabelecido entre a cultura e a política.

Um marco histórico institucional e político no Brasil foi a eleição direta de Fernando Collor de Mello em 1989, que trouxe parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal. Emergiu um projeto de Estado mínimo que se isentou progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, por meio do encolhimento das responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil. Este projeto constituiu o núcleo duro do processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington¹⁷ (DAGNINO, 2004).

Por confluência perversa, Dagnino (2004) compreende um fenômeno cujas consequências contrariam sua aparência, seus efeitos não são imediatamente evidentes e se revelam distintos do que se poderia esperar. A perversidade estaria colocada no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos projetos políticos em disputa precisariam de uma sociedade civil ativa e propositiva. No entanto, essa identidade de propósitos, no que tange à participação da sociedade civil, é aparente:

Mas essa aparência é sólida e cuidadosamente construída através da utilização de referências comuns, que tornam seu deciframento uma tarefa difícil, especialmente para os atores da sociedade civil envolvidos, e cuja participação se apela tão veementemente e em termos tão familiares e sedutores. A disputa política entre projetos políticos distintos assume então o caráter de uma disputa de significados para referências aparentemente comuns: participação, sociedade civil, cidadania, democracia. Nessa disputa, onde os deslizamentos semânticos, os deslocamentos de sentido, são as armas principais, o terreno da prática política se constitui num terreno minado, onde qualquer passo em falso nos leva ao campo adversário. Aí a perversidade e o dilema que ela coloca, instaurando uma tensão que atravessa hoje a dinâmica do avanço democrático no Brasil (DAGNINO, 2004, p. 142).

¹⁷ Medidas compostas por regras básicas, formuladas em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington, tais como o FMI, Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e que se tornou a política oficial do FMI em 1990. Essas medidas serviram para justificar as políticas neoliberais e passaram a ser uma orientação para promover o ajuste macroeconômico dos países chamados em desenvolvimento, em especial da América Latina.

Dagnino (2004) mostra que se tem um antagonismo permeado por: uma constituição de espaços públicos que são o ganho de décadas de luta pela democratização, expresso especialmente pela Constituição de 1988, fundamental na implementação desses espaços de participação da sociedade civil na gestão da sociedade; mas também por um processo de encolhimento do Estado e da progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil. A perversidade reside, por exemplo, nas avaliações sobre a atuação dos movimentos sociais e sobre todos os que vivenciam a experiência desses espaços de diálogo ou que se empenharam na sua criação, apostando no potencial democratizante que eles trariam, que percebem essa confluência perversa como um dilema que questiona o seu próprio papel político ao indagar sobre o que estão fazendo naquele espaço, sobre qual projeto estão fortalecendo, enfim, sobre a própria validade da participação, beirando a desmobilização. A percepção é de um risco bastante real de que sua participação em espaços decisórios, defendida pelas forças que sustentam o projeto participativo democratizante, que é um mecanismo de aprofundamento democrático e de redução da exclusão, apenas sirva aos objetivos de um projeto político que é antagônico.

Nesse sentido, temos uma dimensão que reverbera diretamente no processo de desagregação dos movimentos sociais. Não se trata de processos conscientes, mas implícitos que permeiam a prática participativa e que desestabilizam, por meio da ideologia, o sentido da representatividade e da participação. Reconhecer o processo dilemático que pesa sobre os sujeitos da sociedade civil por meio do conceito de confluência perversa trazida por Dagnino (2004) permite reconhecer e encontrar estratégias para nos desvencilharmos do discurso dominante de inflexão ou apatia da sociedade civil.

A hipótese com que trabalha Dagnino (2004) é de que os projetos políticos não se reduzem a estratégias de atuação política em sentido estrito, mas expressam, veiculam e produzem significados que integram nossas formas de relação. É fato que o avanço da estratégia neoliberal “determinou uma profunda inflexão na cultura política no Brasil e na América Latina” (p. 146), o que significa nesse cenário uma substituição do confronto aberto da década de 1970 por uma aposta na possibilidade de uma atuação conjunta com o Estado, caracterizando uma inserção institucional dos movimentos sociais (CARVALHO, 1998; GECD, 2000). Sendo assim, a interlocução entre o projeto neoliberal, que caracterizava o aparato do Estado na década de 1990 com o projeto participativo dos movimentos acontece por meio dos setores da sociedade civil que se engajam nessa aposta

e passam a atuar nas novas instâncias de participação junto ao Estado, como fóruns, conselhos e conferências. E é nisso que reside a mudança no formato da participação, na relação entre o Estado e a sociedade civil, cada um com projetos políticos distintos.

Ressalta-se que Dagnino (2004) contextualiza essa mudança na concepção da participação como uma adequação do país, como tantos outros da América Latina, ao recebimento do projeto neoliberal como modelo de condução da vida política, cultural, social, originado nos Estados Unidos e que tinha como intenção se propagar mundialmente.

Como exemplo, abordaremos três deslocamentos semânticos resultados da confluência perversa. O primeiro deles é a redefinição da noção de sociedade civil e do que ela designa, considerado por Dagnino (2004) como o deslocamento mais visível produzido no âmbito da hegemonia do projeto neoliberal. O crescimento acelerado e o papel desempenhado pelas Organizações Não-Governamentais – ONGs; a emergência do chamado Terceiro Setor e das Fundações Empresariais, com a forte ênfase numa filantropia redefinida; e a marginalização dos movimentos sociais evidenciam esse movimento de redefinição.

Como resultado, observou-se uma identificação entre sociedade civil e ONG, em que a primeira passou a ter seu significado restrito à operação da segunda, quando não como sinônimo de “Terceiro Setor”. Cunhou-se a expressão “onguização” dos movimentos sociais como tendência mundial e chegou a ser usada no Brasil. As agências internacionais de fomento tiveram local especial na raiz desse deslocamento, bem como os governos locais e nacionais, pois, dependendo de seus respectivos projetos, buscaram parceiros confiáveis e temiam a politização da interlocução com os movimentos sociais e com as organizações de trabalhadores, tendência também reproduzida pela mídia (DAGNINO, 2004).

As ONGs constituíram-se, ao longo da década de 1990, como parceiros ideais e os principais interlocutores confiáveis dentre os que integravam a sociedade civil para os gestores estatais, marcadas com uma pressuposta competência técnica e inserção social bastante útil na transferência das responsabilidades de execução de projetos para o âmbito da sociedade civil, com consequências políticas, de visibilidade, representatividade e nas relações sociais (DAGNINO, 2004).

O segundo exemplo de deslocamento semântico está associado ao tema da participação, que acompanha a mesma direção seguida pela reconfiguração da sociedade civil: surge a noção de uma “participação solidária” com ênfase no trabalho voluntário e na “responsabilidade social”, tanto de indivíduos como de empresas. Adota-se uma perspectiva privatista e individualista, que substituiu o significado coletivo da participação social, redefinindo e retirando seu significado político e coletivo, passando para o terreno privado da moral. Outra consequência é a despolitização da participação, voltando-se para a caridade:

[...] na medida em que essas novas definições dispensam os espaços públicos onde o debate dos próprios objetivos da participação pode ter lugar, o seu significado político e potencial democratizante é substituído por formas estritamente individualizadas de tratar questões tais como a desigualdade social e a pobreza (DAGNINO, 2004, p. 152).

A sociedade civil passa a ser reconhecida por assumir funções e responsabilidades restritas à implementação e execução de políticas públicas e a participação fica associada à provisão de serviços antes considerados como deveres do Estado, em detrimento da partilha do poder de decisão quanto à formulação de políticas. A participação é redefinida e reduzida apenas à gestão despolitizando todo esse processo (DAGNINO, 2004).

A terceira noção que sofreu deslocamento semântico é a de cidadania, considerada por Dagnino (2004) como a mais dramática, uma vez que esta é a noção que mais rendeu ganhos culturais e políticos ao projeto político participativo. Historicamente no Brasil consolidou-se a chamada “nova cidadania”, ou “cidadania ampliada”, compreendida na participação dos movimentos sociais que, no final dos anos de 1970 e ao longo da década de 1980, se organizaram demandando acesso aos equipamentos urbanos como moradia, água, luz, transporte, educação, saúde e de questões como gênero, raça, etnia, dentre outros. A origem dessas reivindicações situa-se na luta pelos direitos humanos, que amplia a noção de cidadania anteriormente compreendida no âmbito dos direitos civis. A nova cidadania visava um projeto de construção democrática e de transformação social, incorporando características das sociedades contemporâneas, tais como o papel das subjetividades, o surgimento de sujeitos sociais de um novo tipo e de novos direitos, ampliando o espaço da política.

Assume-se uma redefinição do que se considera direitos, tendo como ponto de partida a concepção do direito a ter direitos, que não se limita a provisões legais, ao acesso

a direitos definidos previamente ou à efetiva implementação de direitos formais abstratos, mas inclui a invenção ou criação de novos direitos, originados nas lutas específicas e de nas práticas concretas dos movimentos. Assim, a própria concepção do significado de “direito” passa a ser objeto de disputa política – e, como exemplo, temos o direito à autonomia sobre o corpo, o direito à proteção do meio ambiente, o direito à moradia. Entra nesse escopo o direito não somente à igualdade, mas também o direito à diferença, que especifica, aprofunda e amplia o direito à igualdade (DAGNINO, 2004).

Essa nova cidadania exige a constituição de sujeitos sociais ativos, ou seja, agentes, atores políticos, que definam o que consideram seus direitos e lutam para seu reconhecimento, o que permite dar visibilidade a demandas de movimentos menos reconhecidos. Há também a reivindicação ao acesso, inclusão, participação e pertencimento a um sistema político constituído e o que está em questão é o direito de participar na própria definição desse sistema para definir do que se quer ser integrante, de qual sociedade se quer pertencer e participar. Isto configura uma transformação radical em nossa sociedade e em sua estrutura de relações de poder (DAGNINO, 2004), marcadamente assimétricas. Trata-se da constituição de uma dimensão pública de sociedade, em que direitos possam estabelecer-se como parâmetros públicos para interlocução, debate e negociação de conflitos, ou seja, uma sociedade com potencial transformador das desigualdades, onde reside o alvo das transformações neoliberais.

A redefinição neoliberal de cidadania é caracterizada por um conjunto de procedimentos: redução do significado coletivo a uma compreensão individualista e estabelecimento de uma conexão entre cidadania e mercado, em que se tornar cidadão significa a integração individual ao mercado, como consumidor e como produtor. E é nesse sentido que se “adquire” a cidadania, criam-se programas para se tornar empreendedor, iniciar microempresas, qualificar-se para conseguir um bom emprego. Uma vez que o Estado se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, o mercado é a opção substitutiva para a cidadania (DAGNINO, 2004).

Essa lógica transforma cidadãos, ou aqueles que são portadores de direitos, em pessoas que atrapalham o bom andamento do mercado. Uma inversão acontece nesse momento: o reconhecimento de direitos, considerado até recentemente como indicador de modernidade, passa a ser símbolo de atraso, de anacronismo que bloqueia o potencial modernizante do mercado e o desenvolvimento econômico. Dessa maneira se justifica a

eliminação dos direitos trabalhistas em nome da livre negociação entre patrões e empregados, a flexibilidade do trabalho e outros direitos garantidos pela Constituição. O apelo à solidariedade se restringe à responsabilidade moral da sociedade e bloqueia sua dimensão política; desmonta a responsabilidade pública e a noção de bem público, se restringe à responsabilidade moral privada, em que a sociedade é compelida a se engajar no trabalho voluntário e filantrópico (TELLES, 2001).

Os deslocamentos semânticos descritos estão articulados por um eixo que propõe a despolitização não só dessas três noções, mas da própria concepção de política e de democracia estabelecidas e conquistadas pelos movimentos sociais. Nesse sentido, o projeto neoliberal atua com uma concepção minimalista de política e de democracia, restringindo não apenas o espaço, a arena da política, mas também a atuação de seus participantes, dos processos e da agenda, promovendo o encolhimento das responsabilidades sociais do Estado, que tem sua contrapartida no encolhimento do espaço da política e da democracia (DAGNINO, 2004).

Assim podemos compreender que a instalação do projeto neoliberal promoveu um recrudescimento da participação dos movimentos sociais, ou ainda uma tentativa de embotar a participação por meio de um discurso ideológico, caracterizando um processo desagregador.

O GECD (1998-1999) propõe que a dogmática neoliberal subordina a política à economia. A política neoliberal foi introduzida no Brasil por meio do Ministério da Reforma do Estado – MARE – comandado pelo então ministro Luis Carlos Bresser-Pereira. No Brasil, as políticas neoliberais foram introduzidas por meio de um fundamentalismo liberal que se constituiu como eixo da política econômica. Isso significou a adoção de medidas “compensatórias” para uma estabilização da economia e um “conjunto de políticas e/ou de ausência de políticas governamentais (que) provocou uma distribuição de recursos econômicos que alterou decisivamente, em relação ao passado, as posições relativas dos vários segmentos socioeconômicos” (SALLUM JR, 1999, p. 35).

Em 1995, foi elaborado o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995). Ainda no sumário desta obra, nota-se que há um histórico com um subcapítulo intitulado “O Retrocesso de 1988” (p. 3):

As ações rumo a uma administração pública gerencial são, entretanto, **paralisadas** na transição democrática de 1985 que, embora representasse uma grande vitória democrática, teve como um de seus custos mais surpreendentes o loteamento dos cargos públicos da administração indireta e das delegacias dos ministérios nos Estados para os políticos dos partidos vitoriosos. Um novo populismo patrimonialista surgia no país. De outra parte, a alta burocracia passava a ser acusada, principalmente pelas orças conservadoras, de ser a culpada da crise do Estado, na medida em que favorecera seu crescimento excessivo. A conjunção desses dois fatores leva, na Constituição de 1988, a um **retrocesso burocrático** sem precedentes. **Sem que houvesse maior debate público**, o Congresso Constituinte promoveu um surpreendente engessamento do aparelho estatal, ao estender para os serviços do Estado e para as próprias empresas estatais praticamente as mesmas regras burocráticas rígidas adotadas no núcleo estratégico do Estado (BRASIL, 1995, p. 20, grifos nossos).

Ao analisar a citação acima, podemos nos beneficiar do conceito de confluência perversa (DAGNINO, 2004). Em 1985, teve início a campanha “Diretas Já”, em que milhões de brasileiros em todo o país vão às ruas para exigir eleições diretas para presidente da república e que gerou a Assembleia Constituinte de 1987 para reelaboração da Constituição Brasileira, chamada de “Constituição Cidadã”, justamente por conter direitos reivindicados por décadas pelos movimentos sociais. O retrocesso burocrático a que se refere a citação está relacionado à lógica de impulsionamento do mercado e traduz a noção de que o estabelecimento de direitos prejudica uma boa administração gerencial do Estado. O deslocamento reside neste aspecto; houve debate público, mas não o que serviria de base para uma profunda alteração e reforma do Estado brasileiro. Nas observações realizadas em movimentos de saúde, é constante o relato, por exemplo, de militantes do Movimento da Reforma Sanitária, de que a aprovação dos capítulos referentes à Saúde na Constituição foi duramente defendida pelos movimentos sociais contra lobistas que tentavam aprovar ou camuflar brechas no texto da lei que permitissem, por exemplo, a privatização da saúde. Desde a década de 1970, houve inúmeras reuniões, discussões, proposições, conferências que refletiam a participação da população na elaboração de uma proposta que contemplasse a saúde como necessidade e como direito a ser garantido pelo Estado (JUNQUEIRA, 2002; SCARCELLI e JUNQUEIRA, 2011; SOMARRIBA e DULCI, 1997; MACHADO, 1988).

Junqueira (2002) afirma:

[...] o SUS é conquista de um movimento social que envolveu diversos setores da sociedade, entre os quais se destacaram intelectuais do meio universitário, lideranças políticas, estudantis e militantes do movimento

popular. Foi no interior da luta contra a ditadura militar que se constituiu o movimento pela Reforma Sanitária Brasileira, enfrentando-se conflitos advindos de interesses distintos – e mesmo antagônicos – que já tornavam visíveis algumas das dificuldades para a sustentação desse projeto. [...] Desde seu momento inicial, a reforma sanitária enfrentou oposição por parte do empresariado da assistência médica e da indústria farmacêutica, que identificavam a construção de um sistema público de saúde como uma ameaça à exploração mercantil na área da saúde. Contudo, o discurso de lideranças políticas ligadas a esses setores confunde-se aparentemente com aquele que assume a defesa e o fortalecimento do SUS (p. 344).

Ainda em 1997, foi criado um Comitê Estratégico, composto por dirigentes da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP – e do MARE com uma missão de elaborar um Plano de Reestruturação Estratégica e Melhoria da Gestão para o Ministério, em conformidade com as diretrizes do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1997a). O MARE foi criado com o objetivo de implementar uma “nova administração pública” de fundamentação neoliberal. Sua missão era “formular, implantar e avaliar as políticas públicas, e prestar serviços, [...] visando à melhoria da gestão, à redução de custos e à qualidade das atividades desempenhadas pelo Governo Federal em benefício do cidadão” (BRASIL, 1997a, p. 19). Como “visão de futuro”, o MARE se propunha a ser “indutor de mudança para uma nova administração pública, fundamentada nos princípios da administração gerencial e do interesse público” (BRASIL, 1997a, p. 19).

O MARE tinha entre seus objetivos priorizar ações que aumentassem a eficiência do gasto público, redução dos desperdícios, adequação das estruturas organizacionais e elevação da qualidade e da produtividade dos serviços públicos; desenvolver ações viabilizando “a implantação do controle, pelos **cidadãos-clientes ou** usuários, do desempenho dos órgãos públicos” (BRASIL, 1997a, p. 20, grifo nosso). O grifo chama a atenção pela equiparação de clientes a cidadãos, a lógica do consumo associada ao direito, a diluição da cidadania no mercado. No entanto, o que se viu no SUS com a implementação e privatização pelas Organizações Sociais de Saúde – as OSS – não foi a transparência ou a possibilidade de controle, mas o fechamento dos serviços à população e a apropriação do público pelo privado (IANNI, 1998).

A justificativa para a execução da Reforma do Estado reside em duas afirmações: a crise do Estado – e o conseqüente “imperativo” de redefinir suas funções – e a necessidade, dada pela globalização, de tornar a economia nacional competitiva internacionalmente:

Antes da integração mundial dos mercados e dos sistemas produtivos, os Estados podiam ter como um de seus objetivos fundamentais proteger as respectivas economias da competição internacional. Depois da globalização, as possibilidades do Estado de continuar a exercer esse papel diminuíram muito. Seu novo papel é o de facilitar para que a economia nacional se torne internacionalmente competitiva. [...] A diferença entre uma proposta de reforma neoliberal e uma social democrática está no fato de que o objetivo da primeira é retirar o Estado da economia, enquanto que o da segunda é aumentar a governança do Estado, é dar ao Estado meios financeiros e administrativos para que ele possa intervir efetivamente sempre que o mercado não tiver condições de coordenar adequadamente a economia (PEREIRA, 2003, p. 7-8).

Os instrumentos usados para dar andamento à Reforma do Estado, dentre outros, continham especificações como formar quadros com alta capacitação técnica, reduzir níveis hierárquicos e adotar “formatos organizacionais mais leves e flexíveis”, descentralizar e melhorar o desempenho gerencial na prestação de serviços públicos por meio das Organizações Sociais – OS, “sem vinculação administrativa com o Estado, mas fomentadas com recursos públicos e controladas por contratos de gestão”, fortalecer a capacidade regulatória do Estado sobre “setores produtivos objeto de privatização de empresas estatais, mediante criação de Agências Regulatórias, especialmente nas atividades exploradas por concessão estatal” e rever privilégios do servidor público mudando a legislação e propondo “emendas à legislação vigente e à própria Constituição, contemplando, particularmente, o estabelecimento de restrições às aposentadorias precoces e a revisão de benefícios descabidos, fixados na legislação vigente” (BRASIL, 1997b, p. 8-9).

O Estado é considerado um obstáculo ao desenvolvimento econômico e amarrado pelo desequilíbrio das contas e pela desorganização interna, baixo desempenho e persistência no uso de formas atrasadas de gestão. Mesmo assim, no Caderno 6 da Reforma do Estado, há um alerta: “O Governo não quer desmontar o Estado” (BRASIL, 1997b, p. 10). Apenas seria uma mudança nas leis, na organização, nas rotinas de trabalho e na “cultura e comportamento da administração pública” com o argumento de melhoria da eficiência, “São diversos projetos, dos quais as emendas constitucionais representam apenas uma parte, que serão desenvolvidos nos próximos anos, com o ativo envolvimento dos servidores e a participação da sociedade” (BRASIL, 1997b, p. 15).

Os documentos oficiais, à época, justificavam a necessidade da reforma:

Porque há um consenso nacional de que a administração pública não tem conseguido atender adequadamente à sociedade. O cidadão que sustenta a administração pública com o pagamento de impostos deseja mais eficiência com melhores serviços. E o Governo entende que o problema hoje no Brasil não é pura e simplesmente reduzir o Estado, mas reorganizá-lo e até permitir o seu crescimento saudável naquelas áreas onde ele é efetivamente necessário, para assegurar serviços sociais de melhor qualidade para todos (BRASIL, 1997b, p. 15).

No entanto, não foi isso o que aconteceu. A contratação das Organizações Sociais na saúde, em alguns casos, evidenciou que essa nova modalidade de gestão do trabalho é permeada por valores e ações do âmbito do privado e acabaram desresponsabilizando o Estado no provimento e execução das políticas públicas, gerando insegurança e piora nas condições de trabalho dos profissionais do SUS (CARNEIRO e MARTINS, 2015).

Rezende (2008) descreve como “o ambicioso plano de transformação das estruturas de funcionamento, com a implementação de uma nova matriz institucional regulada pelo desempenho, não foi bem-sucedido” (p. 141). A reforma não reduziu os gastos públicos, não reduziu a força de trabalho e tampouco alterou o papel do Estado.

Monteiro et al. (2013) comparou a prestação de serviço de duas companhias elétricas da região Norte do país, uma privatizada e outra pública. Os resultados mostraram que a empresa com melhores indicadores e melhoria na qualidade dos serviços foi a pública. A empresa privada, além de oferecer um serviço pior, na medida em que era multada pela agência reguladora do setor, entrava em disputa judicial para não pagar as multas.

Cherchiglia e Dallari (2006) mostram como os profissionais de um hospital universitário acabam se adequando às metas de produtividade e passam a seguir as regras e aumentam a produção para continuar sobrevivendo, sem que necessariamente mantenham a qualidade do atendimento prestado.

Costa et al. (2000) analisaram os efeitos da reforma na reestruturação hospitalar e identificaram que diversos hospitais acabam instituindo uma dupla porta, uma para a população usuária do SUS e outra para a que possui planos de saúde, para o mesmo equipamento, como resposta ao impedimento da exclusão da população, que tem como consequência a distinção dos serviços, de hotelaria, dos profissionais, dentre outros.

A Reforma do Estado estabeleceu mudanças não somente nas práticas gerenciais, mas também na maneira como as relações se estabelecem, criando uma cultura aderida ao mercado que afeta o que se toma por direitos e o que deve ser o papel do Estado e da

sociedade civil. A análise de refluxo dos movimentos sociais está permeada por essa construção social, reverbera nas práticas cotidianas também internamente aos movimentos sociais, podendo iniciar um processo de desagregação. A maneira como o Estado aborda os movimentos sociais influenciará diretamente em sua capacidade de articulação e mobilização e, ao restringir a participação a uma mera associação com o consumo, esvazia-se todo o potencial de transformação social que advém dos movimentos. Identifica-se, aqui, uma construção ideológica da participação que permeou os movimentos sociais e deixou raízes na prática participativa no Brasil. Os movimentos de saúde mental inspirados pelos princípios aclamados pelo Movimento de Luta Antimanicomial brasileiro fazem parte desse contexto e, apesar de ter clareza da relevância dessa discussão e que ela deva estar em nosso horizonte como algo necessário, isso não será feito aqui. Contudo, considerando o objetivo deste trabalho, será feita uma síntese de aspectos ligados à Luta Antimanicomial.

CAPÍTULO 3.1

O MOVIMENTO DA LUTA ANTIMANICOMIAL E PROCESSOS DE ASSOCIAÇÃO E DESAGREGAÇÃO

*A questão no fundo, se você escava, você encontra
duas coisas: encontra a política e encontra,
escavando bem, a filosofia.
Isso é um hábito meu, de cavucar.
Porque eu estou ligada a isso, não sei se feliz ou
infelizmente, pelas vísceras.
Sempre que eu puder, eu intervenho. Enquanto eu
viver, eu intervirei.
Sou uma cidadã do mundo, onde houver um
elefante sofrendo, se eu puder, eu ajudo.
Porque eu acho desnecessário, inumano, não é
pieguice.
Nise da Silveira*

A partir de Scarcelli (1998), a Luta Antimanicomial nasce por meio de uma proposta de Reforma Psiquiátrica e está intimamente relacionada ao Movimento de Reforma Sanitária. Este, num breve panorama, deu origem ao que hoje é o SUS e foi o responsável pela concepção de saúde como direito e não como mercadoria; contemplou,

por meio dos sanitaristas, um pensamento crítico-reflexivo relativo às questões de saúde e desenvolveu novos paradigmas no campo da saúde¹⁸.

No final da década de 1960, havia propostas de reformulação das políticas de Saúde Mental realizadas pela Divisão de Saúde Mental do Ministério da Saúde – DINSAM – que questionavam a situação da assistência psiquiátrica no Brasil, reconhecendo o abandono do sistema e dos pacientes, além de sua internação indiscriminada. No mesmo período, foram realizados encontros e congressos que discutiam a necessidade de integração da Saúde Mental à então Saúde Pública, situando o hospital psiquiátrico como empresa privada e fundamentando-se na Psiquiatria Comunitária¹⁹. Esses eventos resultaram em documentos que reconheciam a responsabilidade da sociedade sobre a Saúde Mental, a integração dos serviços à rede de recursos da comunidade, a reestruturação dos hospitais visando a reintegração social dos pacientes e não sua reclusão e a formação de equipes multiprofissionais, mudando a lógica assistencialista para uma visão mais preventiva e comunitária. Importante ressaltar que, nesse período (décadas de 1960 e 1970), a lógica do sistema de saúde em questão era preponderantemente privatista e assistencial, que acabou se fortalecendo em detrimento das novas proposições (SCARCELLI, 1998).

Havia, nesse momento, dois projetos em disputa: um que compreendia que o paciente de Saúde Mental deveria ficar recluso, consolidando e multiplicando os hospitais psiquiátricos privados – fomentados por recursos e políticas públicas – e outro que enfatizava a necessidade de mudança dessa lógica. Na década de 1970, foram criadas bolsas de Saúde Mental para alunos da área da saúde para formar técnicos disponíveis para as unidades hospitalares da DINSAM, definindo assim todo um corpo de profissionais com visão diferente sobre a Saúde Mental que vigorava até então. No entanto, nesse campo de

¹⁸ Para um aprofundamento sobre o movimento da Reforma Sanitária, além da dissertação referida, ver: CAMPOS, G. W. S., MINAYO, M. C. S., AKERMAN, M., DRUMOND JR, M., CARVALHO, Y. M. *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo: Hucitec / Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007; TEIXEIRA, S. M. F. Retomar o debate sobre a reforma sanitária para avançar o sistema único de saúde (SUS). *Rev. adm. empres.*, São Paulo, v. 49, n. 4, p. 472-480, dez. 2009; PAIM, J. S. A Reforma Sanitária e a municipalização. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 29-47, 1992; MENICUCCI, T. M. G. Implementação da reforma sanitária: a formação de uma política. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 72-87, ago. 2006; PAIM, J. S. A reforma sanitária brasileira e o Sistema Único de Saúde: dialogando com hipóteses concorrentes. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 625-644, 2008; CORDEIRO, H. O Instituto de Medicina Social e a luta pela reforma sanitária: contribuição à história do SUS. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 343-362, jul. 2004; COHN, A. Caminhos da reforma sanitária. *Lua Nova*, São Paulo, n. 19, p. 123-140, nov. 1989; MENICUCCI, T. M. G. História da reforma sanitária brasileira e do Sistema Único de Saúde: mudanças, continuidades e a agenda atual. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 77-92, mar. 2014; o documentário *Políticas de Saúde no Brasil* (TAPAJÓS, 2006), disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Kbo7YrhsE84>>.

¹⁹ O que significava partir de um contexto histórico e social para compreender o sofrimento mental.

disputa entre os dois projetos diferentes, as bolsas passaram a ser usadas como forma de repor as equipes das unidades hospitalares, desvirtuando (reafirmando) a proposta inicial. É nesse embate que o Ministério da Saúde, em 1977, propõe o Plano Integrado em Saúde Mental – PISAM – com vistas a concretizar uma política de caráter preventivista, direcionado às regiões Norte e Nordeste do país. Apesar de sua implementação, os resultados foram questionados devido à baixa efetividade nos problemas da Saúde Mental, deixando sem resposta os egressos da rede hospitalar e os pacientes crônicos. Com isso, o plano é desativado e criticado pelos setores comprometidos com a psiquiatria biomédica e pertencente ao setor privado (SCARCELLI, 1998).

Denúncias nos hospitais da DINSAM e um movimento de greve em 1978 provocam a demissão de diversos profissionais e estagiários e publiciza-se o fato, ampliando o âmbito de discussão das questões relacionadas à assistência psiquiátrica para além do setor saúde (SCARCELLI, 1998).

Vale a pena recuperar a discussão trazida por Lénoir (1989), que estabelece os problemas sociais como *construções sociais* e não como se fossem resultado de um mau funcionamento da sociedade. Dessa forma, a constituição de um problema social pressupõe um trabalho de quatro dimensões: reconhecimento, legitimação, pressão e expressão.

Analisando o fenômeno da Saúde Mental, pode-se pensar que loucos sempre existiram. No entanto, as formas de tratamento dadas ao louco foram diferentes ao longo do tempo (FRAYZE-PEREIRA, 1984)²⁰. Todavia, esse assunto torna-se categoria social e alvo de estudo e pesquisas pela ciência no momento em que passa pelas quatro dimensões descritas por Lénoir (1989).

O reconhecimento, a primeira das dimensões, significa tornar visível uma situação particular, constituindo-se como uma conquista da atenção pública, pressupõe a ação de grupos interessados em produzir uma nova categoria de *percepção* do mundo com finalidade de agir sobre ele.

A segunda dimensão, a legitimação, supõe um esforço para promover e inserir o problema no âmbito das preocupações sociais daquele momento histórico. Essa dimensão não é apenas uma consequência automática do reconhecimento, mas de um trabalho específico de enunciação e formulações públicas sobre o problema, enfim, um trabalho de

²⁰ Conferir: FOUCAULT, M. *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

mobilização. É dessa forma que, por exemplo, uma pauta ou um tema passa a fazer parte das reivindicações dos movimentos sociais. Intelectuais e lideranças são os responsáveis por esse processo de legitimação. Para compreender esse processo de legitimação é necessário avaliar as condições sociais que permitem determinado tipo de mobilização social e interpretar o que leva um determinado problema social ser eleito como indispensável nas pautas de discussões sociais. Com isso, os atores sociais incorporam o problema como objeto de sua luta política.

A terceira dimensão são as formas de pressão que ocorrem por meio do estudo dos atores sociais que podem representar grupos de interesse e que denunciam as questões relacionadas ao problema social eleito. Seu papel, por meio da dimensão da pressão, é tornar as questões públicas. Em geral, esses atores são considerados referências no meio científico.

Por fim, a quarta dimensão consiste nas formas de expressão do fenômeno, são os nomes que dão dimensão ao problema, mas novos nomes para problemas que já existiam (como sofrimento mental, luta antimanicomial e reforma psiquiátrica). Cria-se um discurso sobre o fenômeno que não acompanha simplesmente mudanças concretas, mas é parte constitutiva dessas mudanças, acelera e direciona ações de compreensão do problema. Sendo assim, um fenômeno não se transforma em objeto de estudo científico apenas pelo seu crescimento numérico, mas por um trabalho social.

Como já citado, a crise da DINSAM tornou pública uma situação anteriormente não nomeada publicamente: foram oito meses de repercussão nos meios de comunicação. Scarcelli (1998) descreve um cenário no final de década de 1970 de profissionais sem remuneração, más condições dos pacientes internados nos hospitais psiquiátricos, associadas à crescente reivindicação de direitos humanos, defesa dos serviços públicos e à própria ditadura, favorece a conformação do Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental – MTSM.

O MTSM foi responsável pela elaboração de um conceito transformador da prática em saúde mental, divulgando, mobilizando pessoas e implementando esse novo ideário. A proposta era refletir e criticar o *status quo* do tratamento dado aos pacientes de saúde mental, o que nos permite caracterizá-lo como um movimento de esquerda, segundo a acepção trazida no início deste trabalho. O MTST caracterizava-se por ser homogêneo no

que se referia às propostas para modificar a assistência aos pacientes, havia trabalhadores de diferentes locais de inserção, centros de estudos, sindicatos, associações de classe e redes de tratamento alternativo às práticas vigentes (SCARCELLI, 1998).

A publicização da situação fomentou reuniões, discussões e eventos direcionados a manter a temática e sua repercussão na pauta da imprensa. O ano de 1978 foi um marco nesse sentido devido à realização do V Congresso Brasileiro de Psiquiatria na cidade de Camboriú, em Santa Catarina, denominado um Congresso de Abertura, pois permitiu a participação dos movimentos sociais e teve um caráter de organização política no campo da saúde mental, mais do que técnico. No mesmo período, foi realizado o I Congresso Brasileiro de Psicanálise de Grupos e Instituições, permitindo a vinda ao Brasil de intelectuais e mentores da Rede Internacional de Alternativas à Psiquiatria, como Franco Basaglia, Felix Guattari, Robert Castel, dentre outros, incrementando o debate e consolidando um referencial crítico em relação ao saber psiquiátrico vigente e a forma de assistir os pacientes por meio dos hospitais psiquiátricos (SCARCELLI, 1998).

Nos anos seguintes, outros congressos foram realizados, sempre com a participação do MTSM, reafirmando o caráter social da saúde mental e a necessidade de criação de uma política nacional de saúde mental, melhorias nas condições de trabalho e dos pacientes e contra a privatização do sistema de saúde, numa convergência com o movimento sanitário, além da necessidade de estabelecimento dos direitos do paciente de saúde mental (SCARCELLI, 1998).

Concomitante a isso, as discussões levantadas pelo MTSM repercutem internamente nas estruturas partidárias e, no momento em que se funda o Partido dos Trabalhadores em 1981, é organizado um grupo de saúde mental dentro do partido, na tentativa de oferecer uma resposta às necessidades de saúde mental da população, enfatizando os temas da crise social e da loucura. É dessa maneira que as discussões ocorridas no meio partidário subsidiam os fóruns de organização dos trabalhadores dos movimentos em geral, reafirmando também a necessidade de manter, sempre, uma estreita ligação do partido com os movimentos sociais, o que garantiria uma revitalização constante (SCARCELLI, 1998).

É necessário destacar o I e II Congresso de Trabalhadores em Saúde Mental do Estado de São Paulo nos anos de 1985 e 1986, pois revela a articulação e atuação dos

trabalhadores da área. A curiosidade é que o primeiro congresso foi organizado por gestores estatais e foi vedada a participação e opinião dos trabalhadores; soma-se a isso o descontentamento destes com a política da área de saúde mental no estado, um ato foi organizado durante o congresso para protestarem contra a forma antidemocrática de condução de um encontro que, teoricamente, deveria ter sido feito por eles e para eles. A partir disso, organizam o II Congresso, que contou com uma expressiva participação dos profissionais e com a apresentação de trabalhos, permitindo a discussão das formas de tratamento dadas aos doentes mentais, direitos civis, sociais e políticas públicas. Afloram nesse congresso as divergências entre os militantes comprometidos com a administração estadual e com os que queriam se distinguir com as lideranças do poder público (SCARCELLI, 1998).

Essa disputa trouxe inovações na prática dos profissionais, decorrentes de amplas discussões e participações nos congressos e, especialmente, fomentou a inserção dos usuários dos serviços e familiares por meio de seus movimentos, que encontravam pouco espaço para contribuir com suas experiências e propostas. Inclusive, essa participação foi o que intensificou a inovação na área. A partir disso, foi organizado o congresso da cidade de Bauru em 1987, considerado como o início da trajetória de desinstitucionalização (AMARANTE, 1998).

Scarcelli (1998) identifica no Congresso de Bauru um momento de superação do MTSM, ampliação de seus princípios e incremento na participação dos usuários e expacientes psiquiátricos e familiares. É nesse congresso que nasce o Movimento da Luta Antimanicomial – MLA no Brasil, que amplia as formas de participação ao tentar se articular com outros movimentos sociais, o que retira um pouco do caráter teórico e técnico para um com mais intervenção política.

Daí nasce a proposta de extinção do manicômio e rejeição definitiva da ambiguidade existente por vezes no MTSM sobre sua existência e a proposta de uma Lei Federal de Saúde Mental. Institui-se o dia 18 de maio como o dia da Luta Antimanicomial e a organização de manifestações nessa data geram visibilidade para o movimento. Este fato associado à elaboração de projeto de Lei, em 1989, que preconizava a extinção progressiva dos manicômios e a regulamentação da internação psiquiátrica involuntária representou avanços para o movimento (SCARCELLI, 1998).

Scarcelli (1998) avalia que, no ano de 1989, com a mudança do cenário político na direção da abertura política e a eleição de governos com projetos democráticos populares foram incluídos os princípios antimanicomiais nas plataformas de governo, devido à participação do MTSM nos núcleos partidários. Pode-se dizer que se cria uma proposta de cultura antimanicomial, que extrapola a questão das internações psiquiátricas ou da existência dos manicômios, mas é relacionada à criação de uma ética em relação aos sujeitos diametralmente oposta à violência a que eram submetidos. É a lógica do respeito à diferença, o questionamento do que é então nomeado como sofrimento mental. Concomitantemente, em 1991, a Organização Panamericana da Saúde – OPAS – e a Organização Mundial de Saúde – OMS – proclamam a Declaração de Caracas, em que aprova os “Princípios para proteção dos Portadores de Transtornos Mentais e Melhoria da Assistência em Saúde Mental” (p. 24). Essa abertura de participação na esfera pública inseriu parte significativa da militância do MLA nos postos oficiais de implementação de modelos antimanicomiais.

Para dar voz aos sujeitos participantes dos movimentos de saúde mental que fizeram parte de um processo histórico desencadeado a partir das eleições diretas de 1989, lanço mão de uma observação feita em junho de 2013, em reuniões organizadas por parte desses sujeitos, os quais tinham se encaminhado em diferentes frentes a partir de meados da década de 1990. Nessas reuniões, foi possível identificar alguns aspectos que direcionaram a conformação do par associação/desagregação e configuraram-se como expressão de anseios e demandas de sujeitos que participaram historicamente dos movimentos de saúde mental. Dentre os participantes estavam usuários, familiares, (ex)gestores e trabalhadores. Essas pessoas se reuniram para discutir sobre a possibilidade de uma rearticulação e foi reflexo de um desejo de se reunirem com mais frequência para refletir sobre o andamento da política de saúde mental em todas as esferas (nacional, estadual, municipal), àquela época.

Alguns dos participantes justificaram a presença no encontro como um "resultado" das manifestações ocorridas em maio/junho de 2013, que tinham como um dos temas o aumento da passagem de ônibus de R\$3,00 para R\$3,20. De alguma forma, a mobilização ocorrida motivou algumas pessoas da área de saúde mental a se reorganizarem e possivelmente voltarem a fazer propostas e terem suas demandas atendidas pelo poder público.

O primeiro encontro contou com aproximadamente 43 pessoas e caracterizou-se por um reencontro de militantes da área, ainda que não necessariamente partilhassem das mesmas ideias e dos mesmos projetos para a saúde mental. Foram feitos depoimentos sobre as ações, projetos e políticas de saúde mental, concepções sobre o trajeto das políticas da área e incômodos sobre a situação atual. Além disso, os participantes fizeram um resgate, a partir da própria história, dos rumos da história na saúde mental desde meados dos anos de 1980. Também foi apontado o impacto da política neoliberal, a história como possibilidade de localização das posições políticas que desdobram para a concepção no campo da assistência na saúde mental, compreendendo assistência não como um campo de ações e práticas que acontecem por modelos a-históricos, mas como algo que materializa um momento histórico. Esses relatos evidenciaram a atuação dos participantes, seja pessoal ou profissionalmente.

Também foi avaliada a política do Ministério da Saúde para a saúde mental, centrada nos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS – que tende a transformar um serviço num lugar *do* e *para* o louco, disseminando ainda mais a chamada "manicomialização" da sociedade. Os participantes entendiam que nunca na história houve tantos manicômios, proliferaram os abrigos para crianças e adolescentes e aumentou tão vertiginosamente o parque penitenciário, além do aumento das chamadas casas de repouso para idosos e as Fundações Casa. Esse é um cenário que contrasta com a proposta de caráter histórico e libertário da luta antimanicomial.

Essa observação permitiu levantar aspectos históricos do movimento, identificar movimentos de aproximação e afastamento, divergência na concepção sobre a atuação em saúde mental em direção à desmanicomialização, mas, ao mesmo tempo, uma necessidade de articulação, o que os fez deixar em segundo plano as divergências teóricas, caracterizando a associação/desagregação.

CAPÍTULO 4 – A VOZ DOS SUJEITOS MILITANTES

A maioria desses inovadores e contestadores, antes de serem reconhecidos como modificadores desses ranços tidos como verdades únicas, são simplesmente taxados de loucos, encenqueiros, subversivos, esquerdistas, prevalecidos, exploradores e outros adjetivos que são usados para desacreditá-los. Os verdadeiros militantes de “causas justas” jamais se deixam abater por essas ofensas nem pelas centenas de preconceitos que lhes caem sobre as cabeças, na tentativa de fazer o papel do machado do verdugo em suas execuções. Podem processá-lo, ameaçar sua vida, retirar suas economias, rasgar sua carne, dilacerar sua alma por calúnias, mas nunca conseguirão calar o militante que acredita em sua causa...
Austregésilo Carrano

Como referido em capítulos anteriores, serão apresentados e refletidos trechos das entrevistas de lideranças dos movimentos ligados à saúde mental, que são de domínio público, realizadas pelo Projeto Memória da Reforma Psiquiátrica. Os cinco entrevistados – Ana Pitta, Márcia Schimdt, Pedro Gabriel Delgado, Edvaldo Nobuco e Geraldo Peixoto – possuem características bastante distintas em relação à história de vida, formação, lugar no movimento antimanicomial e elas que se refletem em seus depoimentos. Em comum, pode-se observar que todos envolveram-se com movimentos de saúde mental a partir de algum tipo de incômodo em relação ao que viviam diante do modo com o qual a “loucura” é vista e tratada. Todos eles – sejam profissionais, familiares ou ainda usuários (como são nomeadas as pessoas que receberam tratamento) – referem como os maus tratos voltados às pessoas com sofrimento mental as sensibilizaram e as levaram a procurar algo que fizesse a diferença nos modos de olhar e cuidar dessas pessoas. Mobilizadas pela necessidade de encontrarem alternativas ao modo violento de funcionar das instituições que se dizem de tratamento, aproximaram-se de grupos e/ou pessoas com motivação parecida; essa busca as levaram ao que está sendo entendido, neste trabalho, como uma das características do que foi nomeado como associação.

Considerando essas entrevistas, trechos de cada uma delas são transcritos e alguns comentários assinalados para, no próximo capítulo, serem tecidas reflexões e as questões

suscitadas. É importante lembrar, ainda, que a noção de porta-voz, de acordo com Pichon-Rivière (2005), trata do sujeito que fala sem ter consciência que, ao falar dele, está também falando do grupo; é um dos fundamentos que orienta e justifica essa escolha.

Como já apontado, vários caminhos foram despontando desde o início desta pesquisa de caráter exploratório, e a escolha deu-se em função daquele considerado mais viável e pertinente no tempo institucional limitado desta pesquisa. Os cinco entrevistados, que são apresentados pelos seus depoimentos, expressam também os segmentos representativos mais presentes nos movimentos ligados à luta antimanicomial, quais sejam trabalhadores, usuários e familiares. Entre os trabalhadores, há uma diversidade que se expressa, entre outros, por profissionais de formação universitária que atuam diretamente nos serviços e cuidados do que se propõem como rede de atenção (seja de característica substitutiva aos hospitais psiquiátricos ou não); por profissionais identificados como gestores ou que transitam entre o lugar de técnicos e gestores; trabalhadores oriundos das universidades ou que a partir da inserção no movimento e do trabalho em saúde mental fizeram o caminho inverso e hoje integram as instituições de ensino superior ou ainda que continuam transitando entre os dois lugares; profissionais que são professores de universidades e transitam entre esse posto e o lugar de gestor. Três dos entrevistados que serão aqui apresentados podem ser considerados desse segmento trabalhadores. Um dos cinco é usuário dos serviços de saúde mental e o outro familiar de pessoa com sofrimento mental e que necessitava de cuidados dos serviços de saúde.

Uma das entrevistadas, como poderá ser notado, manifestou, de modo acentuado, sua inquietude frente às questões problemáticas que o campo da saúde mental fez despertar em sua vida e também explicitou o incômodo que a persegue desde muito jovem, com a situação instalada em relação ao tratamento dado aos ‘pacientes’ e, também ligado a isso, com a situação política estabelecida no país, o que se apresentou como uma das motivações para iniciar sua participação no movimento de saúde mental. É importante adiantar que ela não foi a única a se referir ao mal-estar frente à situação política identificada no regime político da ditadura militar. É possível afirmar que esse mal-estar foi mobilizador, ou impulsionador, de uma busca de aproximação desses sujeitos a pessoas

e grupos (necessidade de associação), o que lhes permitiu transitar do âmbito estritamente individual, para o âmbito político institucional²¹.

Alguns entrevistados tiveram um histórico de participação em movimentos antes de entrarem na luta por uma mudança no atendimento aos pacientes de saúde mental. A participação nos movimentos promoveu uma experiência política que não tiveram anteriormente em nenhuma esfera. Isso pode indicar os movimentos sociais como lugar de transformação dos sujeitos em cidadãos, como espaço potencial para uma nova visão de mundo. Mas o depoimento desses sujeitos militantes fala por si e, como já anunciado, problematizações serão feitas posteriormente como modo a refletir acerca do tema objeto deste trabalho que busca compreensões sobre modos de subjetivação e processos participativos inerentes aos movimentos sociais a partir de reflexões acerca de aspectos que compõem processos associativos e desagregadores dos movimentos sociais de saúde mental no Brasil.

- Ana Pitta

Ana Pitta é considerada uma referência em diversos espaços que discutem saúde mental. É médica, atuou como militante, docente, gestora e consultora em saúde mental, foi uma das responsáveis pela implementação do CAPS-Itapeva em São Paulo em 1987, experiência inovadora em práticas alternativas em saúde mental. A entrevistada rememora os primórdios do caminho militante que percorre no decorrer da vida.

Primeiro nos cursos de ginásio, participei do Movimento Secundarista, mas meio como massa, seguindo os líderes locais. Mas no colegial eu entrei para o Colégio Central da Bahia, que foi uma escola de militância política de muita gente [...] eu fui representante de alunos na Congregação e no Conselho Departamental, que era instituído, mas fui recrutada para ser membro de um Partido Comunista clandestino. Naquele tempo, toda a representação não estudantil, nas suas diferentes

²¹ Usaremos aqui a noção de âmbito político institucional por meio de Scarcelli (2016), que propõe quatro âmbitos de análise da relação dialética entre sujeito e contexto social, a saber: âmbito político-jurídico; sociocultural, teórico-conceitual e técnico-assistencial. A autora fundamenta-se em diversos autores, especialmente Bleger e Pichon-Rivière, para compreender como âmbito uma esfera em que os fenômenos estão sempre em relação e constituem-se como um conjunto de elementos a serem estudados com uma amplitude variável e que está relacionada com a amplitude dos acontecimentos e vínculos humanos; ou seja, o estudo do indivíduo recai sobre conjuntos de indivíduos ou fenômenos mais amplos, tais como são as instituições sociais. Nesse sentido, o âmbito político institucional trata da relação dos indivíduos nos grupos, dos grupos entre si num contexto das instituições sociais, relação esta permeada pelas questões políticas, tanto em sua concepção ideológica quanto em sua prática.

ramificações, eram clandestinas. Isso para mim foi uma escola especial. Ali que se estudavam os Manuscritos Econômicos Filosóficos. Marx era estudado ali, apesar de estar fazendo Medicina. E também tive já interesse para o trabalho acadêmico nas Universidades. E os meus professores mais interessantes eram também pessoas de esquerda, militantes. Então foi um caldo de cultura interessante.

Além das inquietações promovidas pela situação vigente na saúde mental, ela evidencia o papel do espaço público como potencial de atuação de uma maneira mais coletiva, mais cidadã:

Obviamente era uma porra louca como todos os meninos sonhadores. [...] estudei sempre em escolas públicas, e nessas escolas eu fui justo seguindo uma certa trajetória de inquietudes. [...] as escolas públicas nessa época exerceram uma função muito importante no país em termos de aglutinar, de reunir estudantes, de criar um contingente grande de pessoas que iam às ruas tomar porrada, corria da polícia sem saber muito bem porquê, mas suficientemente provocadas para buscar entender o que se estava passando.

A escola aparece com papel constituinte de uma formação de sujeitos reflexivos que possam agir em nome de interesses que sejam públicos e não somente relativos à esfera privada. Nesse aspecto, é possível também identificar elementos para o processo de associação:

Mas 1968 foi o ano de grande recrudescimento e eu já estava no colegial e isso foi uma importante escola política. E como militante do movimento secundarista, conheci muitas lideranças na época das prisões.

Todas as expressões de organização estudantil foram inibidas. Diretórios acadêmicos todos fechados, então tínhamos pequenos espaços de representação estudantil [...] que foi um Núcleo importante de organização política.

E aí se juntaram, destas ideias, luta por liberdade, uma sociedade mais justa socialmente, com escolhas profissionais. Então, saúde mental, a vida psíquica das pessoas, entra nesse momento.

Entre os processos de associação e desagregação, parece despontar uma dinâmica que caracteriza a própria participação no movimento:

Havia também um quê de solidariedade, de superação, de estar junto. Por exemplo, eu era militante de um partido, [...] mas na hora que havia uma eleição, todos se juntavam para eleger aquela pessoa e aquela pessoa era eleita e depois tomava porrada porque não tinha conseguido tudo que era almejado, mas vai assim.

A entrevistada traz um elemento que aparece como constitutivo do processo de associação relacionado às escolhas amorosas. Pode-se indagar sobre quanto os processos de associação estão permeados pelos desejos, pela trajetória de vida dos sujeitos, por modelos que se tornam emblemáticos de uma alternativa a uma situação de sofrimento e o quanto seu desejo de mudança também se constitui como um ato de amor, no momento em que o sujeito militante identifica-se com os sujeitos que manifestam sofrimento mental e sente necessidade de fazer algo para transformar o cenário que presencia.

Isso se confunde também com escolhas amorosas, com escolhas de modo de habitar. [...] Moramos na comunidade, que foi também um local muito interessante. [...] naquela casa em que morávamos, redigíamos boletins, recebíamos a voz operária, fazíamos várias iniciativas... [...] em 1975 muita coisa aconteceu. Nise da Silveira, que eu conheci, me convidou para trabalhar na Casa das Palmeiras, eu fui médica, jovem, da Casa das Palmeiras no início. [...] Para você ver que iam convergindo várias pessoas boas, com interesses comuns [...] fomos nos juntando. E aí foi muito importante as visitas que recebemos à ocasião. Félix Guattari, Robert Castel, que esteve aqui muitas vezes, o próprio Franco Basaglia que nos visitou. [...] A esperança era algo que ia nos movendo.

Eu tenho a impressão que essa rede de contatos, de interesses comuns, de luta política ela vai se constituindo desta forma meio anárquica, espontânea. Eu passei aqui no Rio um ano e fizemos o que foi possível até porque a minha Residência acabou, no início do ano acabou, com a Residência na metade do caminho e por outras razões, inclusive amorosas, eu volto, eu fui para São Paulo. E em São Paulo, em 1975, é quando eu conheço o Franco Basaglia, 1975, 1976 ele vai nos visitar, mas mantivemos esses contatos, esses namoros Rio de Janeiro, a USP, a ENSP. Isso foi, eu acho que é como eu vejo a constituição do Movimento da Luta Antimanicomial. Quer dizer, havia uma marca comum de luta, somos contra o manicômio, havia uma marca [...] a defesa da liberdade, cuidar em liberdade. Isso aí era o que nos unia, sem grandes clarezas. [...] não me lembro daquela época de grandes rivalidades. Estávamos muitos absorvidos.

Então, entrei na Universidade Pública e aí tinha já uma, o tempo que tinha uma boa potência vocal, enfrentava o professor, naquela ocasião houve uma certa mudança. Para você militar numa faculdade, você tinha que ser bom aluno, não podia ... e tinha de fazer a sua militância sem demonstrar muito que estava sendo para que isso não gerasse prisão e não realmente um trabalho político mais consequente.

A presença de atores reconhecidos internacionalmente também fomentou processos de associação e o estabelecimento de um modelo alternativo à situação vigente:

Encontrar a Suely Rolnik, o José Augusto Guilhon de Albuquerque, me faz encontrar a Rede de Alternativas à Psiquiatria. Aí já estamos pelo ano de 1978, 1979, que é quando também acontecem aqui no Brasil encontros importantes, como o Congresso de Psicanálise, Grupos e

Instituições. Teve também a APIA, que trabalhava com infância e adolescência onde muita gente importante para o Movimento, chegou até aqui. E daqui também, nomes como o Jurandir Freire Costa, o Joel Birman, escreveram para a Psiquiatria Comunitária, no Congresso da APIA, inicialmente. [...] o Jairo Goldberg, enfim, fazíamos uma, havia uma Rede no sentido até mais moderna. De Encontros, de afastamentos, de encontros e afastamentos, e tudo isso culminou nesse Encontro com o convite para participarmos, no México, em Cuernavaca, da Rede de Alternativas à Psiquiatria, no ano de 1980. 1979, no Encontro aqui, no Congresso de Minas Gerais, o Basaglia esteve com a gente.

Enfim, para mim, a experiência italiana era a mais potente, a que tinha obtido maiores resultados. E lá todos os militantes estavam envolvidos nos aparelhos de Estado. Mudando, transformando. Aqui nós não tivemos essa clareza, o Movimento Social, não teve essa clareza. Atualmente, eu sinto mais próximo, mais colaborador, mais participativo. Embora não caiba ao Movimento Social, um amém, um apoio irrestrito.

A entrevistada lembra o intercâmbio de profissionais entre o Brasil e países como Cuba, Nicarágua e França e Itália, que permitiu a troca de experiências, boas e ruins, o que fortalecia a potencialidade do movimento. A prática se mostrava um processo complexo que não significava apenas o estabelecimento de formas assistenciais. A experiência deu outro sentido às práticas e potencializou a criação de uma nova estrutura que contemplasse um atendimento não manicomial, expresso pelo CAPS.

Na Nicarágua, que era uma Revolução mais jovem, mais poética, mais pobre, eu pude viver a experiência mais intensa em termos de trabalho comunitário. Eu fui a um CAPS [...] Era uma sala pequena, como essa aqui, mas que se faziam alguns bonecos para aproveitamento de sucata porque eles [...] eram muito pobres, não tinham sequer papel para escrever ou para desenhar, mas eles tinham uma plantação de café próxima, onde eles ao trabalhar na colheita do café, eles contribuíam para a economia de guerra da Nicarágua, de então. Isso foi em 1986. Então, me levaram para catar café. Eu nasci no asfalto, nunca catei café na vida e era comovente ver pessoas esquizofrênicas, pessoas com seus transtornos, a me ensinar a catar café para não ferir muito as mãos e aquilo caminhando até lá. Com o Salvatore, psiquiatra italiano que era a única pessoa que estava lá todo o tempo como colaborador internacional. E foi lá também que eu conheci Benedetto Sarraceno, quando ele estava escrevendo aquele livro, Manual de Saúde Mental. Então foi uma experiência intensa.

E quando eu voltei, tudo ali tinha um sentido terapêutico, apesar de... caminhar para catar café, fazer aqueles trabalhos, cantar juntos, recitar poesia, tudo tinha um forte sentido terapêutico para mim e aquelas pessoas que estavam ali. Então, ao chegar aqui, eu coloquei na cabeça que tinha que fazer isso.

A constituição do movimento estava vinculada à discussão da necessidade do estabelecimento da democracia. O Movimento da Luta Antimanicomial e a da Reforma

Psiquiátrica se apresentam como proposta de mudança para as visões de mundo, de política, do louco, das relações sociais:

A psiquiatria é uma questão política, não é uma questão técnica. Temos de mudar o lugar do louco na sociedade. Temos que mudar o nosso lugar enquanto trabalhadores do campo. Onde trabalhar, porque tínhamos muito a percepção de que se o manicômio era aviltante para o usuário, ele era absolutamente mutilador para as pessoas que trabalhavam lá. Eu me lembro perfeitamente que, essa experiência eu tive aqui, pessoas que eram até bons psicanalistas, faziam um bom trabalho de consultório, ao chegar ao manicômio, eram os maiores aplicadores de eletrochoque, como se ali se resolve o negócio no curto circuito para que numa sala cômoda eu possa me deliciar com os colóquios singulares. Vimos muito isso e essa luta foi nos fazendo mais, robustecendo até na escolha teórica do que fazer.

Todas as pessoas que pensavam diferente do cuidado mental, de como agir, por sua vez se articulavam muito com os movimentos de redemocratização, a luta contra a ditadura militar, a militância política de esquerda, todas estas coisas estavam muito juntas.

A fala da entrevistada sugere que os participantes da Luta Antimanicomial incrementavam sua formação, faziam pós-graduação, o que possibilitou maior grau de articulação (associação). As ideias circulavam não somente num estado do país, mas em vários. Há uma passagem no depoimento sobre o papel de militante para a atuação na esfera estatal, em que assumem cargos de gestão. Esse trânsito possibilitou a consolidação de projetos em direção ao que propunha a Luta Antimanicomial e conformou, ao longo do tempo, a possibilidade de elaboração da Política Nacional de Saúde Mental, evidenciando a institucionalização das práticas alternativas ao modelo psiquiátrico estabelecido como único. Ao mesmo tempo, ao assumirem cargos de gestão, outros sujeitos pertencentes aos movimentos eram convidados para trabalharem junto. Nesse momento, pessoas de outras áreas, educação, direito, assistência social associam-se ao movimento, por fazerem parte de um projeto maior de democratização, no qual o MLA se inseria e com quem ele estabelecia trocas, num fluxo que incrementava a participação e instituía mudanças. No entanto, esse não era um processo homogêneo, ao mesmo tempo em que isso fortalecia processos de associação, também era permeado por processos de desagregação. Os militantes que assumiam cargos de gestão passavam a ser reconhecidos também, pelos integrantes do movimento, como aderentes ao sistema estabelecido, com desconfiança.

Como eu estava, produção prática, projetos, durante bastante tempo esses serviços funcionavam como vitrines porque a hegemonia era manicomial. Essas experiências eram setorializadas, mas já falavam de tudo isso que a gente fala hoje. Que o cuidado tem de ser territorial,

intersectorial, tanto é que trabalhamos com Mobral, trabalhamos com escolas e ao tomarmos contato com esse Movimento da Rede de Alternativas à Psiquiatria, reforçamos muito essa ideia do intersectorial. Então, é quando Dalmo Dallari, é quando, na área do Direito; Regina Giffoni, na área das políticas sociais, vão se incorporando ao Movimento.

Quando eu entrei para participar da equipe de governo lá do Franco Montoro e João Yunes, eu fui destituída da minha militância da Rede de Alternativas, porque eu era como que, chapa branca, oficial. E isso aconteceu com muitos de nós. Aqui no Rio, o Paulo Amarante também assumiu uma função pública, não sei se na Coordenação Estadual de Saúde Mental e ficou muito isolado. O Movimento como um quê, “não, já não é mais confiável. Está no esquema de governo”. Pedro Gabriel também sofreu estas coisas.

E constata que assumir cargos de gestão significava assumir compromissos que poderiam entrar em conflito com os interesses do movimento:

Eu tenho a impressão de que a militância, dizem que nós fomos conquistando alguns espaços, nas políticas oficiais nós fomos abandonando esse fervor genuíno de militância que a Rede de Alternativas à Psiquiatria trazia mais evidente. Era uma militância descompromissada. Não tinha compromissos concretos com lugar nenhum, por isso podia ousar mais, agregava autores muito mais audazes. Antonin Artaud, nossas cartas de conclamação, Dali, Henfil, pessoal surrealista. Éramos bastantes mais ousados e descomprometidos. Eu tenho a impressão de que a política social, e a política pública de saúde mental avançou entre nós e com isso nós abandonamos das estratégias mais... que iniciaram várias das nossas provocações.

Pode-se afirmar, com o depoimento, que o processo de desagregação também permeia a prática do movimento ao longo do tempo. Constituem-se divergências sobre a maneira como as mudanças deveriam ser estabelecidas, fundamentação teórica e os próprios projetos a serem implementados.

Aí essa época, a Bahia exercia nacionalmente, o Movimento da Psiquiatria baiana era uma coisa também absolutamente vital, que desapareceu com o tempo. Hoje eu volto à Bahia e tenho muitas dificuldades de encontrar parceiros mais inquietos, mais aguerridos para o enfrentamento de situações que ainda não são boas, lá.

Eram reuniões que davam muito trabalho, porque tinham militantes radicais, estudantes e tinha a cobrança da Academia de que aquilo não era sério, não reunia.

Então, ela (a rede substitutiva ao modelo manicomial) era uma certa articulação nossa, meio que... até como meio unanimidade. É porque depois a gente foi se fraturando. A rede cumpriu a sua função de nos articular enquanto movimento nacionalmente.

Acho até que o Movimento da Luta Antimanicomial, Movimento da Reforma Psiquiátrica, é pendular e depende muito da radicalidade da militância, ele atrair a política pública para uma postura mais consequente, do que não.

Para mim era mais fácil sair de São Paulo, pegar a Imigrantes, ir para Santos, exercer a minha função de transformadora de práticas, do que trabalhar em São Paulo, que naquela ocasião (...) tinha uma concepção pouco solidária,

No entanto, ela não vê o que chamamos de processo de desagregação como falência ou apatia do movimento, mas sim como forma de reorganização:

Então, eu não vejo algo como que faliu, não. É algo que foi superado pela própria inexistência de redes concretas de pessoas em outro lugar que... os diferentes núcleos foram crescendo nos Estados e a gente já não podia mais ter uma organização nacional e única para articular esse crescimento. [...] A Rede, enquanto Rede de Alternativas à Psiquiatria, foi se esvaindo.

Observa-se uma situação dilemática estabelecida entre a participação no movimento e na gestão, provocando o questionamento do próprio papel exercido como militante e como gestora, que tende a provocar um processo de desagregação:

Foi um momento bastante inquietante onde a questão dos trabalhadores de saúde, o Movimento da Luta Antimanicomial e o poder instituído, entre aspas, ou instituinte, eram coisas que trabalhavam de alguma forma muito paralela e isso me trouxe muita inquietude. Primeiro que toda a minha tradição, para estar na militância, de estar atirando pedras e estar neste lugar que é um lugar de acomodação, de perceber os desmandos e não ter potência.

E eu fui indicada pela secretaria para representá-los nessa composição para tentar viabilizar a organização (do congresso dos trabalhadores de saúde mental). Com recursos... e aí algo aconteceu [...] eu não me senti podendo honrar o compromisso de fazer realmente uma organização participativa, democrática e aí sai e resolvi pedir demissão, por coerência.

Chamava atenção como que nós tínhamos nos separado, desde que tinha sido destituída da Rede de Alternativas porque tinha assumido essa função pública e olhe que eu fui levada a assumir pelo Movimento. Foram eles que me indicaram, batalharam, foram lá e, no entanto, quando eu assumi aí eu não podia estar na Rede porque eu era chapa branca, então essa situação foi muito incômoda e me deixava na maioria das vezes, sozinha. Até adoeci fisicamente, então, respondendo a sua questão, não foi um lugar onde as minhas angústias, as minhas inquietudes foram melhor administradas.

Voltei para a Universidade, depois do episódio que eu falei que representando o Estado, o Estado não acatou as decisões feitas pelo coletivo que organizava o Congresso mais participativo, voltei e fiquei

na Universidade um tempo maior, cheguei a trabalhar na Secretaria de Saúde, uma proposta de avaliação, de trabalhos e nessa ocasião o David Capistrano também me convidou, foi quando ele foi eleito, em 1988, para ser consultora. A Sandra Fagundes, lá no Rio Grande do Sul e o David, em Santos, para ser consultora na área de saúde mental. Foram experiências que, ao não estar envolvida tão diretamente na gestão, eu pude, mas acompanhando gestões radicais e corajosas, porque [...] Santos eu ainda considero hoje a experiência mais radical de Reforma Psiquiátrica no Brasil.

Outra característica do Movimento da Luta Antimanicomial, que incrementa a reflexão sobre os processos de associação, é o papel exercido pelos encontros e congressos, acadêmicos e dos profissionais que trabalhavam na saúde mental. Esses congressos permitiam a troca de experiências criativas e alternativas às ações tradicionais da psiquiatria, eram o meio por excelência de obter novas informações sobre possibilidades de mudança.

Fazíamos grandes reuniões, íamos agregando gente e organizamos em 1981, o Congresso da Rede Latino Americana e Brasileiro aqui no Brasil. Foi em Belo Horizonte. Muita gente, mais de duas mil pessoas, ampliando essa Rede de reconhecimento. [...] Em 1986, eu me lembro também de uma reunião grande, [...] tínhamos que falar para duas mil pessoas e conseguimos. Foi bastante interessante.

Esses espaços de discussão, ao desaparecerem, desagregou o movimento. O processo de desagregação ocorre quando se elimina a comunicação entre os diferentes grupos e indica a necessidade de uma materialidade para sua sobrevivência:

Foi um movimento que tendeu a desaparecer no Brasil. Mas tendeu a desaparecer no Brasil, em 1986, 1987.

As Conferências de Saúde Mental teriam, de acordo a entrevistada, substituído os congressos realizados inicialmente, como função de estabelecer trocas e diálogos entre as diferentes linhas de pensamento e práticas em saúde mental:

Foram experiências que, para nós no Brasil, ficou meio difícil. Mas eu tenho a impressão, olhando historicamente, ela foi sendo substituída por Conferências, por exemplo.

Por isso que eu acho, aí começou-se a organizar as Conferências Nacionais de Saúde. O Domingos (Sávio) organiza, em 1992, uma potente experiência, a primeira tinha sido em 1987. A de 1992 é uma Conferência que foi totalmente organizada pela equipe da organização de Saúde Mental e teve já uma expressiva participação de usuários e familiares.

Internamente, no movimento, a ausência de uma estrutura financeira motivava a solidariedade para realização de eventos e o que mais fosse necessário:

Eu estava até lembrando da carona, [...] enfim, detalhe de como era ainda uma coisa solidária, uma coisa espontânea, porque nós não tínhamos patrocínio.

No espaço da gestão, a entrevistada relata que é possível direcionar a política para um interesse público, o que fortalece os processos de associação do movimento.

A lei 10.216 ainda estava no Senado presa há doze anos e eu pude, mesmo não sendo ainda nomeada, com o Paulo Delgado e representando o Ministério da Saúde na negociação que tornou possível na retirada da Lei no Senado, para que fosse, voltasse à Câmara e pudesse ser aprovada no ano seguinte.

Então, eu vou para Brasília no final de 1998 e fico lá em 1999 quando também conseguimos introduzir no Avança Brasil, porque nós não tínhamos orçamento nenhum, orçamento zero da saúde mental. Então colocamos no Avança Brasil, a constituição que era o Ministério quem bancava a implantação de 400 CAPS. Colocamos também lá o incentivo bônus para a desospitalização, aproveitando o Projeto PAD do Domingos Sávio, nesse período, aí botamos esse dinheiro mas depois nós vimos que não era viável ser uma Lei, porque não podem receber mais que três meses de qualquer benefício se não tiver alguma coisa que justifique e se você prestar bem atenção, é um prenúncio para bolsas famílias, bolsas, porque é um auxílio reabilitação psicossocial, é aprovado em... logo após a Lei ser aprovada em 2001, é um projeto de Lei que garante que as pessoas possam estar recebendo.

Nesse período, também em 1999, a gente redige, baseado inclusive numa discussão prévia que o Movimento, o grupo da Reforma Psiquiátrica lá na... [...] Comissão Intersectorial de Saúde Mental já estava discutindo e nós pegamos as discussões e transformamos numa Portaria. Então, a Portaria da Residência Terapêutica é uma portaria que sai publicada em 2000, mas ela é... aliás não. Ela sai publicada em 1999, ela começa a ser gestada aí e é publicada, o que autoriza a constituição de Residências Terapêuticas até oito pessoas, aquela determinação, utilizando, porque aí era a gestão Serra, economista. Quem é que vai financiar isso? Só com o próprio dinheiro das internações psiquiátricas. O dinheiro acompanhará as pessoas e não... e financiará a Residência.

As mudanças governamentais interferiram na consolidação e execução da política de saúde mental, interferindo nos processos de associação do movimento:

Então, tem esses momentos. Nessa ocasião, o David Capistrano também estava no Ministério da Saúde, cuidando de Casas de Parto. Foram tempos muito difíceis, de muita solidão, de muita incerteza, eu inclusive passava todos os dias: “Oh, você é uma revolucionária, não pode...”. Escolhas difíceis, anos difíceis... Mas, o que determinou inclusive a minha saída foi um problema de saúde, mas também o João Yunes, que

era a pessoa que tinha me convidado para ali, foi substituído pelo Serra, foi excluído do esquema de Governo e, enfim, eu era da equipe dele. Mas conseguimos, como quem assumiu foi o Renilson a área de políticas saúde, conseguimos sustentar o Pedro Gabriel, que me sucedeu.

A dinâmica dos processos de associação e desagregação está imbricada com a interferência da gestão nas formas de organização e a institucionalização dos espaços de participação:

O que aconteceu também ao longo desse tempo é que as pessoas institucionalizadas, os familiares foram se organizando enquanto Movimento Social e começaram a determinar, importantemente, políticas públicas no Brasil. Participar de Comissões Intersetoriais de Saúde Mental, participar... Inicialmente, a saúde mental, esse nome vem depois. Inicialmente era Comissão da Reforma Psiquiátrica. Aí houve uma extinção e eu tive nesse momento com o Nelson Rodrigues dos Santos, que era Presidente do Conselho Nacional de Saúde, coordenava uma ação importante para retomar na Comissão Intersetorial de Saúde Mental. Mas aí havia exigências. As Comissões teriam de ter sete ou nove participantes e a Comissão da Reforma tinham 14. Então, algumas pessoas tiveram que sair, algumas permaneceram. Teve que haver uma discussão de quem seriam as melhores e mais expressiva participação. Aí eu já tive, foi um momento muito difícil para fazer essa negociação. Estar nessa saía justa. E aí até entendi: Se eu não tivesse essa origem, talvez fosse fácil para mim. Mas com essa origem, o argumento das pessoas me era sensível, eram expressivos. Havia uma e ainda há, eu acho, uma luta por espaços políticos maiores. Embora, no momento atual, eu não estou sentindo que a gente está conseguindo botar no cenário, na agenda política, a força desse Movimento Social. Porque ele cresceu em todas as direções, em todos os segmentos. Eu acho que, nesse momento, a gestão conseguiu absorver pessoas com formação no campo, com algum reconhecimento no campo. Os trabalhadores estiveram expostos a várias chances de se habilitarem para a Reforma, mas, de modo mais importante, os usuários tiveram chance de se organizar em diferentes situações, quer Cooperativas de Trabalho, quer em Movimentos associativos, pessoas que conseguiram sair de um regime de internação integral de muito tempo para casas, para Residências, de andar. A Liberdade é terapêutica. Andar, poder andar. Ir e vir, participar das reuniões, dos Congressos.

Um aspecto importante levantado pela entrevista é com relação ao compromisso de quem participa do movimento e da gestão:

Isso tudo são frutos de desenvolvimento de uma luta pela liberdade, pelas formas de inscrição do ser na sociedade, dependendo dos seus estilos e em respeito aos estilos individuais das pessoas. [...] Então, gostaria muito que a gente pudesse dispor, nesse momento, nas políticas públicas, nas gestões municipais, estaduais, federais, de pessoas muito arraigadas a estes compromissos e movimentos. Não estou dizendo que as pessoas que estão lá não estão arraigadas a esses compromissos.

As formas se modificam, mas o desejo de mudança, de participação, estão aí nas pessoas. Enfim, eu acho que a gente tem, a saúde mental tem dado exemplos de participação criativa, múltipla.

- Márcia Schmidt

Marcia Schmidt é trabalhadora da saúde, médica e militante. Ela tem um depoimento representativo dos conflitos internos dos movimentos de saúde mental e relata sobre sua participação pregressa em movimentos sociais antes de entrar para o MLA:

Eu gostaria de frisar a minha história, ligada a Movimento Social. Então, a minha história vem antes da medicina e da saúde mental, e vai continuar também depois da saúde mental. Então, por exemplo, desde os sete anos eu participei de um Movimento Internacional ligado à Igreja Católica que é o Movimento da Ação Católica, que preparava pessoas de várias idades.

E depois com o golpe de 1964, esse Movimento ele foi, ele sofreu grande baixa, porque o pessoal, principalmente de JEC e JUC, foi para a ... porque o Movimento da Ação Católica defendia muito a justiça social então o pessoal depois começou a ter acesso a marxismo, esse negócio, o pessoal foi para a Esquerda, Ação Popular (AP). Esse pessoal do JUC e JEC. Muitas pessoas amigas minhas desde essa época, foram presas, tem gente que foi torturada. Tem gente que... e essas pessoas são amigas até hoje, mais de quarenta anos, porque a luta social você vai participar de uma coisa que não é interesse pessoal, é uma luta mais geral, isso une muito as pessoas. Então, a minha vida social no Rio de Janeiro tem muito a ver com pessoas desse Movimento. São pessoas que não se ligam por vizinhança, por trabalho, mas por ter lutado junto por uma causa.

A formação e especialização em psiquiatria possibilitou que a entrevistada entrasse em contato com a Associação Nacional de Médicos Residentes, da qual começou a participar em 1981 e a colocou em contato com os trabalhadores de saúde mental e seu movimento:

Então, em 1978, eu me formei em julho de 1977, em 1978 eu vim para o Rio de Janeiro, para o Instituto de Psiquiatria, fazer a Especialização. Em 1978, justamente nesse ano, teve um Encontro de Trabalhadores lá em... começava uma articulação dos profissionais questionando a psiquiatria já, clássica.

O depoimento nos leva a uma observação sobre a questão pública e os processos de desagregação:

Bem, então eu fiz Residência. Em 1982, aí a Colônia Juliano Moreira ela estava começando um processo de transformação. Então, eu fui chamada

por amigos meus que tinham ficado no Rio de Janeiro, para vir fazer o I Curso de Especialização em Psiquiatria Social, que ele ficou vários anos foi na Colônia Juliano Moreira e, atualmente, ele se transferiu aqui para a ENSP. Já desde o início a ENSP participava porque o Curso para ter validade, ele tinha que estar com uma Instituição de Ensino. Então a ENSP dava o apoio, mas ele funcionava na Colônia Juliano Moreira. Depois com as crises lá ele veio para cá. Então, em 1982, eu participei deste primeiro curso e nesse Curso havia um racha entre os alunos. Eram 25 alunos. Metade achava que eles já estavam sendo formados para os novos serviços. Então eles deveriam ser incorporados automaticamente. E metade da turma achava que tinha que ser concurso público. E a gente tinha que se submeter a um concurso público, porque em 1981, havia tido um concurso público na DINSAM, que foi cancelado. Então pessoas que tinham feito esse e estavam nesse Curso, defenderam esse concurso público.

Acontece que, por exemplo, como foi cancelado o concurso de 1981, as pessoas passaram a entrar no Pinel, no Engenho de Dentro, na Colônia, por convite, por currículo. Não fizeram (concurso). Quando os alunos passaram a defender concurso público houve uma resistência desses que tinham entrado sem concurso público. E a gente propôs: “Olha, anistia todo mundo que já está dentro. Mas daqui para frente, é só concurso”. Está entendendo? Então, a Colônia foi a primeira a fazer uma seleção, mas com Edital público.

E fala de referências para o MLA:

Então, a influência muito grande do Basaglia. Ainda quando eu era residente lá em Minas Gerais, teve o III Congresso de Psiquiatria, em Belo Horizonte que, com a presença do Franco Basaglia e da esposa dele, e do Castel, eu estava de Plantão lá no Raul Soares quando ele foi lá fazer uma visita de inspeção no Hospital. Eu já conhecia Barbacena também, e aqui, na Colônia, nesse curso, a gente começou a ter acesso a literatura do Basaglia, aquela em que ele falava, “já que não dá para a gente fazer uma luta estrutural, acabar no macro, vamos fazer lutas subestruturais na saúde, na educação, etc.”.

A luta antimanicomial passava pelo processo de democratização:

Então, a gente estava nesse processo na Colônia. E a gente defendia a Democratização radical. Por exemplo, dar voz aos usuários, horizontalizar mais as relações. Então começamos com grupos de escuta nos pavilhões, com participação dos usuários.

E as instituições passavam também por um processo de democratização:

Porque eu achava que entre os três hospitais, a que mais radicalmente fez a democratização foi a Colônia, por causa do concurso público, da eleição para diretor, então a gente estava cada vez mais, estava nesse processo.

Na Colônia Juliano Moreira, em 1984, teve ainda na ditadura, teve uma eleição e o pessoal estava elegendo Coordenadores de Saúde Mental. O

Domingos, coordenador; o Pedro Gabriel, e ainda tinha desde 1981 os diretores da Colônia eram da aeronáutica. O Eymar, e outro, eles eram indicados. Então, a Colônia rompeu, ela dividiu no meio: quem era a favor do diretor e era tido como um pessoal conservador; etc.; e quem era a favor de eleições e destes grupos de escuta. Os funcionários antigos achavam que a geração nova desprezava eles, achava que eles não tinham com o que contribuir. A Colônia rompeu e esta questão, por exemplo, houve uma intervenção em 1984, nos hospitais todos. O Engenho de Dentro, não teve resistência. Pinel, não teve resistência. Mas como Colônia já vinha num processo de eleição, discussão e formação, ela resistiu. Aí foi quando foi o urutu (tanque) lá no dia e o pessoal resistiu e eles não conseguiram.

A intervenção da Colônia Juliano Moreira, em 1984, conforme sugere a entrevistada, descreve uma intervenção estatal numa instituição que já passa por um processo de escolha mais democrático e, sendo assim, caracterizou um processo de resistência. Ao sofrer uma intervenção, a instituição se fortaleceu.

Havia divergências entre os funcionários, fomentadas inclusive pela questão do concurso público e pela impossibilidade de sindicalização, fazendo com que os trabalhadores usassem a estratégia de criar associações:

E também na Colônia Juliano Moreira, nós tínhamos o pessoal do MTSM que foi para duas linhas. Uma, o pessoal estava querendo acesso à gestão, à gestão dos serviços. A gestão do CPP II (Atualmente Hospital Psiquiátrico Nise da Silveira, no Engenho de Dentro, Rio de Janeiro), gestão na Colônia, gestão e tal, e um pessoal não queria participar de gestão durante a ditadura. Então foi para formar associações de funcionários. No tempo da ditadura, o servidor público não podia se sindicalizar; ele tinha que ser associado. Tinha que fazer associações, associação nacional. Não podia se sindicalizar. Então, nós criamos os cinco hospitais federais aqui da DINSAM, junto com o pessoal de Brasília, nós criamos a ANAMES, que é a Associação Nacional dos Funcionários do Ministério da Saúde.

Depois de 1988, da Constituinte, os funcionários passaram a poder se sindicalizar. Então, teve duas dúvidas: se a gente se sindicalizaria por área de atuação – saúde, trabalho, por exemplo – o Rio de Janeiro optou por isso, o SINDISPREV; ou se a gente atuaria como todos os funcionários públicos de todos os Ministérios lá de Brasília, optou-se mais por esse. Então, tinha uma associação nacional mais ligada a saúde e outra mais ligada ao serviço público como um todo. Eu estou situando isso porque a minha participação sempre foi na questão de organização e etc. Eu nunca fui para a gestão e nunca fui também para a Academia. Então, sempre dentro de movimentos.

Aí já tinha associação, aí se unia porque quando a Associação dos Funcionários, que eu participei quinze anos na Colônia, e os gestores, tipo o Pedro Gabriel e o Domingos, na hora que a coisa pegava a gente fazia alianças, na hora que a coisa estava mais leve, tinha divergências de condução, etc. Então é essa questão. O que eu fiz esse esquema é isso.

Porque tem vários tipos de Movimentos paralelos e todos contribuíram. Uma hora alianças, uma hora divergências.

A última frase da fala acima exemplifica a dinâmica associação/desagregação. Alguns elementos apontados pela entrevistada também evidenciam esse processo, como a migração de trabalhadores para a gestão e a própria criação dos serviços alternativos:

Aí, o que que acontece? Com a redemocratização, com a queda da ditadura em 1985, o MTSM, vários quadros passaram a ocupar o aparelho de Estado. Então, tinha gente nas Coordenações, Minas com o Newton Cardoso; tinha o pessoal com o (Franco) Montoro, em São Paulo; tinha o pessoal aqui no Rio também; e estavam a partir destes cargos de gestão, o pessoal começou a fazer um Movimento de Coordenadores de Saúde Mental. Eu não participava desse Movimento de Coordenadores porque eu não era gestão. Eu participava dessa construção dos movimentos dos profissionais. E, então, o que aconteceu? Em 1987, o Newton Cardoso tirou todo mundo da gestão, o Montoro também saiu da gestão e o pessoal que era gestão questionava quem estava nas associações falando que estava uma luta muito trabalhista, muito corporativa e não se tratava, o pessoal não discutia atenção em saúde mental, assistência, esse lado. Então, em 1987 surge o Movimento da Luta Antimanicomial, como uma articulação fora do aparelho de Estado e fora do aparelho sindical. Aí começa essa luta.

Agora, o Movimento Antimanicomial, já veio (com o lema) “Sociedade sem manicômios”. Então começou a achar que quem continuava nos manicômios, na Colônia, no Juquery, em São Paulo, era manicomial. Eu continuei na Colônia, então o pessoal tinha muita desconfiança de mim, porque a turma do Antimanicomial, começou a ir para os novos serviços, começaram a surgir novos serviços. Então quem continuou dentro do manicômio, era porque defendia o modelo manicomial. E a Associação da Colônia tinha pessoas que achavam que os serviços substitutivos estavam muito lentos e estava muito mais rápido acabar com a assistência pública em saúde mental. Então, havia um racha nesse sentido. E eu era associada então a manicomial porque eu continuei na coisa.

Outro aspecto que parece influenciar os processos de desagregação do movimento é o julgamento a partir da questão partidária e da rede de relacionamentos pessoais. Interessante observar que, pelo depoimento da entrevistada, no início da luta antimanicomial, alguns profissionais entendiam que, o fato de se extinguir o manicômio extinguiria necessariamente o serviço público, sendo compreendido como uma radicalidade:

Outra questão era a questão partidária. As famílias também de Minas, Minas hoje como ficou mostrado, ela é dividida, dividida, as famílias todas. Uns são PSDB, outros são... famílias tradicionais divididas, famílias de classe média. [...] Então, por exemplo, meu irmão era antigamente em Juiz de Fora, era PMDB autêntico que foi dar no PSDB,

no início. Então, meu irmão seguiu essa trajetória do PMDB, PSDB e até hoje está no PSDB. Então eu tenho um irmão que era PSDB, em Juiz de Fora. O Paulinho era PT, era o que fez o Projeto de Lei Paulo Delgado. Então, eu continuo na Colônia e por ter um irmão PSDB, o pessoal me via com desconfiança dentro da Luta Antimanicomial, está entendendo? Mas eu continuei. E dentro da Associação eu era a favor da Luta Antimanicomial e tinham pessoas que eram contra achando o processo que estava se radicalizando, acabar com o serviço público.

Então, tem estas questões todas, eu gosto de colocar isso que são outras questões que interferem, está entendendo? Relações de família, relações políticas outras. Isso tudo vai determinando a história das pessoas e interferem. Não aparece na Academia, mas a gente sabe que está lá atuando.

Aspectos históricos do MLA que caracterizam as disputas internas foram descritos:

A questão da Luta Antimanicomial que o Amarante defende que (o lema) a sociedade sem manicômios começou com a proposta na Argentina dentro da Rede e que não era uma questão original do Movimento da Luta Antimanicomial. Aí vem uma série de questões.

Eu acho que tem grandes questões. Eu era uma pessoa ligada à base. Minha irmã, ela fala que tem pessoas estrategistas e tem pessoas que seguram o movimento. Você está entendendo como? Então, as pessoas estrategistas do movimento estavam na rede, os teóricos, os formuladores, está entendendo? Então eles devem ter trazido desta forma. Mas eu particularmente não participei. E pelos rachas depois, cada um começava a modificar a história de acordo com a sua participação, a sua entrada no campo, está entendendo? Até eu estou falando, esta é a minha versão, do lugar que eu ocupei, de onde eu vi o movimento. São várias as versões, as pessoas falam de diferentes versões.

Em outro momento, ela analisa como a entrada de militantes do MLA para a gestão promove uma institucionalização do movimento, o que pode ser compreendido como processo de desagregação, mas ao mesmo tempo, induziu financiamento para as práticas alternativas e consolidou novos processos de associação:

Aí quando a gente tem acesso a Coordenação de Saúde Mental, via Domingos, em 1990, ele começa a discutir o Movimento, como tirar, redirecionar o dinheiro, o dinheiro da saúde mental que era todo para as internações, como redirecionar para os serviços substitutivos, que a gente queria. Tem a ver e, eu coloco que essa geração de 1990 a 2001, houve essa institucionalização do Movimento, passou a ser Estado, política de Estado. E, então, houve as várias portarias. E uma delas, por exemplo, as portarias dos CAPS, primeiro fez uma portaria com três tipos de CAPS, depois veio o AD e veio o 24 horas. Essa portaria fez com que unificasse. Então, o modelo do NAPS sumiu, ficou todo mundo CAPS, mas acabou que o CAPS virou 24 horas que absorveu a experiência de Santos.

Então esse foi um processo gradativo. Em cada Encontro Nacional do Movimento, ele tinha uma pauta. Ele teve uma pauta da Residência, os Serviços Terapêuticos Residenciais; teve os CAPS; outro ano, o Projeto de Geração de Renda. O Movimento foi criando estas novas ramificações e foi lutando para aprovar a Lei Paulo Delgado de 1989 a 2001. Então, essa época foi para implantar os projetos pilotos para falar que dá certo, e virar Política Nacional em 2001, que virou na II Conferência, na III Conferência Nacional de Saúde Mental, a gente virou com a Lei 10.216, então virou então política nacional.

Ela também se refere a processos que podem ser identificados como de associação e desagregação no histórico do movimento, quando os usuários adquiriram maior autonomia com sua participação, incorporando um discurso diferente da saúde mental e mudando sua maneira de agir, inclusive em relação aos profissionais de saúde e técnicos:

Em 1995, teve um outro Encontro já em Belo Horizonte, em Betim. Já começou aí um atrito, um pouco, entre técnicos e usuários. Os usuários já estavam tendo mais voz, mais autonomia, não querendo o paternalismo dos técnicos. Já começou um ruído aí. Em 1996, o Movimento já tinha divergências dentro do Movimento. Então foi feito um Encontro em Franco da Rocha, que foi o IV Encontro, nesse Encontro é que surgiu a Carta de Direitos e Deveres dos Usuários. Mas esse Encontro não teve relatório e ele é negado, uma parte do Movimento não reconheceu ele como Encontro legítimo e outra parte... então, por exemplo, o Vasconcelos fala que a Carta de Direitos e Deveres surgiu em Santos. Mas não. Foi em 1996. Depois em Goiânia, em 2000, houve o V Encontro de Usuários e Familiares e que os usuários expulsaram os técnicos da Plenária do Encontro.

Então, isso criou um pé de guerra danado. Então, essas questões prévias, já foi explicando por que ia ter o racha. [...] a expulsão dos técnicos em 2000 e os técnicos passaram a fazer reuniões financiadas pelos Conselhos de Psicologia, em vez de ser por uma representação, eles convidavam quem eles queriam. Então passou a ter uma articulação paralela à oficial, está entendendo? Então, tudo isso já veio irritando. Então, em 1999 também, em Alagoas, os capas pretas que o pessoal falava do Movimento, já estavam entrando no Estado, estavam fazendo Mestrado, Doutorado, escrevendo livros, que não queria pegar mais a Comissão Nacional, fazer a igreja do Movimento. Ela tinha que ter um Núcleo. Então acabou que o Rio de Janeiro pegou isso, por que? Porque o Rio de Janeiro era criticado porque ele não assumia a organização de Plenárias do Movimento e nem de Encontros. Ele queria, dava pitacos em tudo, mas não organizava. Então, em Santa Catarina foram duas psicólogas e elas ficaram ressentidas com essa crítica e resolveram fazer uma Plenária no Rio de Janeiro, que foi em 1997, em Jurujuba. Quando acabou a Plenária, o pessoal continuou se reunindo para então se preparar para o Encontro Nacional, em Porto Alegre, de 1997.

E a partir daí, surgiu o Núcleo Estadual de Saúde Mental do Rio de Janeiro, desde 1997, ele vem se articulando desta forma. E o Núcleo Estadual passou a trabalhar muito com usuários e técnicos. Antigamente os técnicos era maioria, mas com o racha de 2001 e com outras

perspectivas, da universidade, da gestão, Estado, os técnicos sumiram. Então, quem ficou no Movimento, a maioria passou a ser usuário e familiares, e poucos técnicos. Então, Rio de Janeiro fez o Encontro de Miguel Pereira, em 2001.

O tempo da política exigia um tempo diferente do movimento, que trouxe implicações para a participação:

Porque que houve o racha? É o seguinte, o pessoal do Marcus Vinicius e que hoje está na RENILA, o pessoal dos Conselhos de Psicologia, eles queriam uma atuação mais rápida. Esse negócio de você consultar as bases é lento. Então, é um processo lento, você tem que explicar todo mundo e uma coisa e outra. E o pessoal queria ter meios mais ágeis de dar resposta a política nacional, o governo e esse negócio todo. Então, o Encontro de 2001, cada Estado fez uma tese de quais as ideias que ele defendia. Esse relatório é interessante. Cada Estado tem uma tese. Então, a tese do grupo que hoje faz a RENILA, eles achavam o seguinte. O Movimento de Luta Antimanicomial já estava enraizado no país, todo mundo já fazia o 18 de Maio, com condução. No início a Comissão Nacional fazia um cartaz nacional, dava um tema nacional. Depois foi enfraquecendo essa condução nacional, mas cada cidade passou a ter autonomia de comemorar o 18 de Maio. E fazia do jeito que ela quer. Mas ele estava enraizado. O Movimento tinha mais fama do que a organização formal. Então, o pessoal que hoje está na RENILA defendeu que de três em três anos, fizesse uma Feira, porque como tinha muita gente com geração de renda, muita gente fazendo trabalhos manuais, muita coisa, gente que não era politizado. Tanto técnico, quanto usuários, quanto familiar, que eram dos serviços. Mas não tinham esta visão política. Então eles queriam que organizassem uma Feira de três em três anos. E o Encontro Nacional que seria por representação para dar um norte político, seria diferente, está entendendo?

Então, quais eram as teses do pessoal que foi para a RENILA. Ele queria Encontros de três em três anos só com as pessoas mais orgânicas. E essas Feiras, porque os Encontros tinham as duas coisas. Tinha os artesanatos e tinham as questões políticas. Mas ele queria separar: fazer um só de Feira e um só Político. Também eles estavam defendendo as Plenárias, elas começaram abertas. Então, se a Plenária era no Rio, vinha gente de outros Estados, mas todo mundo que era do Rio que quisesse participar, podia participar e votava. Se fosse São Paulo, todo mundo de São Paulo. Então, as Plenárias elas eram, não eram por representação rígida. Então, o Estado que sediava tinha mais gente. E o que aconteceu em uma Plenária aqui no Rio? O Marcus Vinicius já tinha uma proposta e o Amarante tinha outra. Está entendendo? E na hora da votação, como estava no Rio, todo mundo votou no Paulo Amarante, na proposta do Paulo Amarante. O Marcus Vinicius ficou danado da vida e passou a defender plenárias só com representação, proporcional, que não fossem mais abertas.

Observa-se, a partir do trecho apresentado, que há diferentes projetos participativos e políticos em disputa. Os encontros passaram a adotar a estratégia de realizar feiras para apresentação e consumo de produtos feitos pelos usuários. Nota-se, nesse ponto, uma

modificação e eleição de uma nova categoria de usuários e profissionais, aqueles identificados como não politizados e como meros consumidores. Há de se considerar a influência de um projeto político implícito nessa ação de caráter neoliberal, que compreende a participação como consumo ou voluntariado, que passa a permear as ações do movimento. No entanto, o consumo e venda de produtos aparece como algo estratégico na própria divulgação do movimento e das ideias da Luta Antimanicomial:

A nova geração criou o Coletivo Madame Surtô, que é um brechó que é ao mesmo tempo, em todos os eventos o pessoal vai como brechó e a partir da compra vai politizando.

A diferença entre as duas linhas de atuação na área da saúde mental, segundo a entrevistada, não passa pelo campo teórico, mas pela autonomia dos usuários, familiares e técnicos na tomada de decisão:

O que a gente fala nos Movimentos, nos Encontros, que a questão não é de princípios, não é de luta, porque todas duas lutam pelos serviços, pela Rede CAPS, a Rede ampliada, regionalização, pelas Residências, pela Democratização das relações, pela autonomia, pelo empoderamento de usuários. Então, não há divergência teórica. Tanto que na hora que a psiquiatria orgânica quer (impor suas questões) o pessoal se junta, está entendendo? É mais uma questão de organização do protagonismo do usuário e do familiar e da autonomia do técnico de tomar as decisões.

Depois que os quadros entram para dentro do Estado e formulam a Política Nacional de Saúde, passa a ser Movimento da Reforma Psiquiátrica, que ele seria com uma base mais ampla. A pessoa pode ser do Movimento da Luta Antimanicomial e da Reforma, mas nem todo mundo da Reforma é da Luta Antimanicomial. Então, a distinção seria assim. O Movimento Antimanicomial, ele tem uma base maior na sociedade civil, entre trabalhadores, usuários e familiares. E o Movimento da Reforma Psiquiátrica tem uma base mais ampla. O pessoal está na Universidade... são os trabalhadores da gestão estatal. Está entendendo?

Então, ninguém fala hoje contra ser. Todo mundo é da Reforma Psiquiátrica, mas nem todo mundo é Luta Antimanicomial, está entendendo? Então, o Movimento Antimanicomial, ele busca uma autonomia e uma sustentação maior dentro da sociedade civil, embora, ela ficou muito dependente do financiamento dos Encontros, do Estado. Mas pessoas que estão lá, usuários, familiares e profissionais, não são os que estão tocando os Núcleos, as Associações, não são gestores, não são pessoas nem da Academia. A Academia assessora, mas não participa organicamente do Movimento, assim, levar o dia a dia do Movimento. E o Movimento da Reforma Psiquiátrica são articulações mais institucionais. Então hoje, quando o Pedro Gabriel ele faz uma divisão do Movimento da Reforma Psiquiátrica, mas de dentro do Estado, da política. Divide em dois. Ele fala mais em Movimento da Reforma

Psiquiátrica. Eu me identifico mais como Movimento da Luta Antimanicomial. Não sei se ficou claro.

Então, eu acho que os dois Movimentos se interpenetram, coexistem, as lideranças antimanicomiais estão dentro do Estado, estão nas Universidades e têm outros que são só Reforma, mas nós temos gente militante que interfere, formando nas universidades novas mentalidades e dentro do Estado formando aquelas portarias, aquelas leis, tudo para dar consistência à política de saúde. Então... e esse movimento, quando o Movimento no Estado, ele decresce por exemplo, aí o pessoal volta para o antimanicomial. Ele tem uma autonomia para mobilizar a sociedade, ele tem autonomia de decisão, etc. Entendeu? Então tem esta diferença.

A entrevistada faz uma distinção entre a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial e seu âmbito de atuação. O movimento passa por uma mudança de sentido e formas de atuação:

Eu acho que, por exemplo, dentro das lideranças maiores, como se fala, da Luta Antimanicomial, houve também rachas. Então, por exemplo, eu acho que Paulo Amarante começou a se dedicar mais a questão cultural e ampliou pro movimento de Direitos Humanos e começou a dar mais força neste sentido. Enquanto que Pedro Gabriel, o pessoal ficou mais com a política de Estado, está entendendo? Com a Política Nacional de Saúde Mental. E ampliação agora para idosos, para drogas, para a infância, ampliou. Porque o Movimento Antimanicomial, a prioridade dele era para psicóticos graves e neuróticos graves, está entendendo? Que considerava que os ambulatórios não davam conta e o que existia aí era só internação prolongada. Então a prioridade começou para dar respostas para estas pessoas. E com o tempo as políticas foram se ampliando, está entendendo? Inclusive, a questão cultural apareceu muito mais recente e aí ficou mais dentro dessa intersetorialidade, ampliar mais, Direitos Humanos, saindo um pouco da saúde mental, dos serviços, voltando para uma visão mais macro.

Agora... em relação as gerações, por exemplo, eu acho que essa geração de 1978, o Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental, ele era formado só de técnicos. Majoritariamente médicos. Que vinham do Movimento de Médicos Residentes, vinha do REME Mais, vinham do Sindicato, vinham da luta de pegar o Conselho, os Conselhos Regionais, ABP, aquela história toda. Essa geração do MTSM, eu falei, quem foi para o aparelho do Estado passou a fazer parte do Movimento de Coordenadores, quem foi para as Associações, passou a participar das Associações e criar articulações de trabalhadores nacionais. O Movimento de 1987, da Luta Antimanicomial, só tinha técnico. O relatório, quando a gente olha, a gente vê lá que era a intenção de usuários e familiares, deles participarem. Mas eles não estavam lá. Isso veio depois.

Agora, essa geração ela entrou pela janela ou por seleção e depois em 1990 todo mundo se tornou estatutário. Então, tinha estabilidade, independente de quem estava no governo, o pessoal era estável, não tinha ameaça de ser demitido, de ser dispensado. E essa geração a

maioria era PT ou PDT. Na época tinha muito pedetista aqui por causa do Brizola, dentro do Movimento, quando em 1989, quando criou o IFB (Instituto Franco Basaglia). E essa geração, o interesse maior era a macro política, acabar com a ditadura, acabar... era essa a questão. Havia um certo paternalismo com os usuários dentro dos serviços. Eles eram ainda pouco articulados. Participavam, havia uma concessão da participação deles nas assembléias, a fala deles... aí batiam palmas e eles não faziam nenhuma análise. Davam a contribuição. Falavam dele. Gradativamente, os usuários foram crescendo em termos de análise, em termos de disputa de poder.

A geração 1990, que surge o IFB em 1989, o Domingos pega a Coordenação de Saúde Mental, depois o Pedro (Gabriel), a Ana Pitta. 1990, esta década até 2000, foi a criação dos novos serviços destas políticas, da micropolítica de saúde mental mesmo. Muita participação dos usuários, os 18 de Maio e todo mundo se dedicando ao 18 de Maio, e havia a questão da cultura, surgiram as TV's. TV Pinel, TV lá de Santos, os grupos de música, a parte cultural surgiu muito nesta... em 1990. Já em 2001, a geração pós-racha do Movimento e pós-Lei 10.216, quando esses serviços passam a ser serviços de política nacional de saúde, muitos ... você precisa de gestores para esses novos CAPS, para estas coisas. Então, a geração nova, que estuda para ser gestor, pra ser médico, não conhece muito. Não são militantes políticos, com uma visão mais geral. Já entram como mercado de trabalho.

Uns se identificam com a Luta macro e outros acham um saco, mas prefeririam ter uma estabilidade ou recebendo de fato, ou ser psiquiatra biológico, mas estão lá na assistência. Está entendendo como? Agora geração 2001, pós 2005 com o mensalão, muita gente vira PSOL. E aí crítica a Dilma, crítica ao Lula, crítica à privatização da saúde, a terceirização, isso tudo, está entendendo? Então, nessa geração ainda há um distanciamento da Luta, dentro do Movimento, da saúde, não tem uma militância. Agora, a geração pós racha 2008 a 2014, volta a estudantes. E essa geração mais jovem são PSOL, PSTU, então essa geração volta a preocupação com a macro política, está entendendo? Então, por exemplo, houve ... os profissionais jovens que estão no Movimento, que no Encontro agora lá da UFF, de 2014, eles são da Frente de Drogas e Direitos Humanos. Participam do Fórum de Saúde, eles têm articulações com Movimentos Sociais tipo LGBT, Movimento Sem Teto, são da Frente de Defesa da Saúde Pública. Então esses técnicos têm várias inserções em outros locais.

Então, por exemplo, esse Fórum de Saúde fez um debate com a Esquerda. Convidou PSOL, PCB, PCO e um representante da FIP (Frente Independente Popular) e não chamou PT, nem PDT, nem PSB, tidos como partidos burgueses, está entendendo? Agora, os usuários, eles agora, ainda tem usuários petistas e que estavam acostumados com essa micropolítica, acham que esta turma agora só quer falar desta macropolítica, e está levando os usuários a participar destas manifestações que tem blacks blocs e tudo, que é um risco, que é um absurdo chamar o pessoal para se defender nessa agressividade.

A entrevistada continua sua análise sobre a trajetória do movimento considerando que no início possuía mais autonomia por estar fora da esfera da gestão estatal:

Então, eu estava analisando, por exemplo. No início, o Movimento tinha mais autonomia, ele estava fora do aparelho de Estado, então ele tinha mais autonomia e financeiramente e procuravam os Núcleos que tinham que pagar a Comissão, tinha que dar (contribuição). Então era autossustentado, procurava ser. Na medida que o Movimento vai para dentro do aparelho do Estado, e como os nossos aliados não eram mais ditadores, então os nossos Congressos (Encontros) passam a ser financiados pelo aparelho do Estado, pelos governos. Em 2001, foi financiado pelo Gilson Cantarino. Cento e tantos mil, está entendendo? O de Angra também foi financiado pelo Ministério da Saúde, via Fiocruz. A gente passou a ter uma dependência grande do financiamento público e dos gestores. E aí, nós tínhamos usuários que faziam críticas que o Movimento estava muito atrelado ao Governo e não fazia críticas, despolitizou.

Então, [...] no Encontro de 1997, os usuários e familiares ficaram em alojamento no Corpo de Bombeiros. E os profissionais, que foram financiados porque eram gestores e que eram acadêmicos, ou se auto financiaram, ficaram no bom, está entendendo? E nós tivemos que fazer plantão, lá, mas lado a lado. Isso em 1997. Lá, em Pariqueira, o alojamento tinha Triliche, um calor danado, os usuários e os técnicos continuaram. A gente estava melhor instalado do que quem ficou nos triliches. Aí em 2001, nós resolvemos horizontalizar as condições de todo mundo. Então, todo mundo ficou em hotel cinco estrelas, lá de Miguel Pereira. E os convidados que estavam fora, quiseram ir para lá para ficar no buchicho. Porque tinha boate, tinha um monte de coisas.

Foi aí que o pessoal de Minas falou que a gente estava comprando os usuários. Então, era uma horizontalização por cima. Os usuários já estavam participando de Conselhos, de Conferências Nacionais, Conferências Distritais, tudo em hotel. Tudo em viagem de avião. Começaram em viagem de ônibus e agora era só avião. Então a dependência é muito grande. Essa nova geração falou, “nós para fazermos críticas a privatização, a terceirização, a precarização, nós não podemos pedir dinheiro para eles. Nós temos que ser independentes. Então, nós vamos fazer este Congresso com os nossos recursos”. Pedir vaquinha. Os usuários achavam ridículo, fazer vaquinhas, está entendendo como?

Além da institucionalização pela assunção de cargos públicos, o movimento participava de eventos com financiamento público, o que, na visão da entrevistada, leva a uma acomodação e, portanto, a processos de desagregação, uma vez que retira a autonomia do movimento. A concepção implícita a essa visão é de que, se há financiamento, pode parecer como um favor, como se com isso houvesse uma “compra” do movimento. No entanto, ao se considerar que o movimento está agindo em nome do bem público, não há problema em financiar seu deslocamento, dentro de uma lógica participativa.

Outro aspecto relevante apontado pela entrevistada diz respeito à retirada dos direitos dos usuários conquistados anteriormente, o que afeta os processos de desagregação:

Então eles acham que agora só quer falar de grandes questões e eles estão sentindo sem o que dizer e não, o passe livre cada vez mais restrito, estão restringindo mais e tem vários direitos que eles já tinham conseguindo estão ficando mais restritos.

A entrevistada vê, ao mesmo tempo, que o movimento teve avanços, mas percebe uma desestruturação na sua organização:

E essa questão da Luta Antimanicomial, o Movimento anda por si só. Ele está desestruturado, enquanto condução ação formal. Ele não está centrado. Cada um está fazendo do seu jeito, em cada cidade. Comemora o 18 de Maio, faz os serviços, as suas políticas, lê a produção das lideranças via Academia.

A entrevistada compara o modo de funcionamento do início do MLA, distinta dos dias atuais. No entanto, a desestruturação pode ser compreendida como descentralização do movimento: as ações em direção a uma sociedade fora de uma cultura manicomial seguem por meio das diferentes práticas nas cidades.

Um outro cenário desagregador mencionado pela entrevistada é a precarização do trabalhador da saúde mental. A privatização e terceirização – além da formação em instituições privadas, que formam alunos voltados para a produtividade e consumo – colocam em risco o compromisso dos profissionais com a cultura antimanicomial:

Há uma rotatividade muito grande de profissionais que não se identificam. Por exemplo, está havendo uma privatização, Fundações, estão contratando. Estão mais rígidos também. As Fundações estão pagando mais, mas estão exigindo horário. Oito às cinco, por exemplo. Então o pessoal acha que está muito rígido essa cobrança de horário. Então, mesmo sabendo que o salário está razoável, mas não estão achando tempo para fazer Mestrado, Doutorado, para cuidar da vida, consultório. Então, o pessoal prefere sair fora, abrir mão deste salário do que seguir esta rigidez do horário de cobrança, e não tendo uma motivação política. Estão querendo muito se formar para o consultório. Então o pessoal está preferindo sair fora e não ter esta motivação política. E estão querendo se formar nos consultórios, se capacitar para a psiquiatria biológica, psiquiatria mais, saber medicar, está entendendo como?

Então hoje os CAPS estão precarizados, tem CAPS aí a parte da infraestrutura, de alimentação precária e essa coisa. Agora, por exemplo, outro dia eu fui em um CAPS AD novo, ali em Bonsucesso. A equipe estava com o maior gás. Ele foi fundado numa creche com três

andares, novinho, tudo bonitinho. Então, os profissionais jovens, é um serviço novo, com novas pessoas, o pessoal está com gás. Mas depois de dez anos, os usuários ficam cansados a mesmice, os técnicos também, está entendendo como?

Uma formação menos humanizada e mais privatista gera profissionais consumidores, não potenciais cidadãos. A “mesmice” citada pela entrevistada pode ser consequência de diversos elementos como, por exemplo, a falta de reconhecimento do trabalho, a precarização da estrutura pública, a cobrança por produtividade, dentre outras.

A entrevistada avalia uma mudança concreta nos usuários que conquistaram os direitos por meio da participação e da política pública:

(A Colônia Juliano Moreira) Mas, por exemplo, quando eu saí de lá há dez anos, tinha um paciente, nós temos 17 residências terapêuticas. Mais de 50%. Desses 2.500, mais de 50% saíram e estão vivendo em Residência Terapêutica, na Colônia. Então, é muito interessante ver os passeios. A gente convivia com eles, eles de uniforme azul. Depois passou a usar camisa Hering colorida e a calça continuava azul. Hoje eles vão às manifestações de boné, de camisa xadrez ou de jeans. Eu conheço eles, porque eu conheço há trinta anos. Mas você não diz que ele é da Colônia Juliano Moreira.

O movimento propôs mudanças, dentre outras, nas formas terapêuticas, nas relações, na concepção sobre os pacientes, nas assimetrias. O contexto sofreu alterações, os pacientes se modificaram e os movimentos também se modificaram.

- Pedro Gabriel Delgado

Pedro Gabriel Godinho Delgado é médico psiquiatra, foi Coordenador Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde de agosto de 2000 a dezembro de 2010, é professor universitário e participou do Movimento da Reforma Psiquiátrica. Ele auxiliou, juntamente com outros, seu irmão, Paulo Delgado, então deputado federal, na elaboração do texto da Política Nacional de Saúde Mental.

O entrevistado traz um relato marcado pela atuação no movimento e na gestão. Ele tomou contato com a saúde mental no momento em que fez um estágio de medicina no Hospital Colônia de Barbacena, pois até aquele momento não era uma de suas preocupações:

Antes de estudante de Medicina, essa questão não era uma questão que eu me lembre muito próxima das minhas preocupações. Mas já como estudante de Medicina eu tive a oportunidade de fazer um estágio voluntário no Hospital Colônia de Barbacena, com os meus professores da época. Nós íamos aos sábados e domingos, eu estudava na Universidade Federal de Juiz de Fora e fazia este trabalho voluntário na Colônia de Barbacena que na época tinha próximo de cinco mil pacientes, quatro mil pacientes e tal. Então, essa é uma lembrança mais ou menos decisiva para mim, uma lembrança de alguma coisa que marcou uma certa escolha de intercurso de fazer no campo da saúde mental.

Primeiro, quando eu comecei a ir a esse imenso manicômio eu não sabia direito, na medicina, se eu queria fazer psiquiatria. Foi uma busca. E eu poderia ter todas as razões a partir desse estágio para não... correr da psiquiatria como o diabo da cruz, entendeu? Porque era uma instituição muito, uma instituição para quem conheceu, uma instituição quase insuportável de se viver, de conhecer, de reconhecer, dado o grau de violência, dado o grau de indignidade que viviam as pessoas lá.

A situação precária em que viviam os internos do hospital chocou o entrevistado a ponto de se referir ao local como insuportável para se viver. Em outro momento, o entrevistado descreve sua atuação:

Entretanto, a nossa experiência de estudante de Medicina, eu era um jovem estudante de Medicina, era experiências muito, assim, era uma experiência muito boa. Embora nós, a gente tivesse uma limitação muito grande de influenciar aquela realidade, voltava na estrada, achando que tinha tido um domingo perfeito. Que ajudamos muitas pessoas, demos alta a muitas pessoas. A gente voltava no outro domingo, estavam as mesmas pessoas lá e os funcionários nos diziam: “mas aqui não se dá alta. Vocês deram alta, mas estas pessoas não vão sair daqui. Não existe isso das pessoas saírem daqui e tal”.

Então, em termos de entrada na cena, da necessidade da Reforma Psiquiátrica, essa é uma lembrança que para mim é decisiva. Depois disso, quando eu, aí depois disso eu me decidi a fazer psiquiatria, não só por essas razões da instituição psiquiátrica que nós lutamos para desconstruir, mas também pelo que a psiquiatria poderia oferecer como uma atividade, um caminho de prática dentro da Medicina que sempre me interessou muito a fazer parte de grupo de estudo que eram muito influenciados sobre a questão do existencialismo e a gente lia muito a Fenomenologia do ponto de vista, também, de existencialistas como Sartre, por exemplo. A gente tinha estudos da questão da experiência humana que isso foi feito também pela leitura da literatura ou do discurso filosófico do existencialismo, especialmente, do Sartre.

A concepção de trabalho bem realizado passava pela lógica de “dar alta” aos pacientes. Para o entrevistado, a escolha pela psiquiatria sofreu mudanças ao longo de sua formação:

Então, enfim, tinha uma realidade institucional muito ruim ao mesmo tempo havia a possibilidade de um trabalho muito interessante e a minha decisão de fazer psiquiatria acabou sendo no final do curso de Medicina, porque é muito comum. [...] É frequente que o aluno, seja da Medicina, da Psicologia, de outras profissões, imaginar que já tenha uma escolha feita e essa escolha vai se construindo ao longo do curso, vai sofrendo mudanças.

Mas, ao final do curso, decidi por fazer e fui fazer especialização. Fui fazer especialização em Psiquiatria. Depois fui fazer residência em Psiquiatria. Depois eu fiz Mestrado em Psiquiatria e, nesse período que eu estava fazendo especialização e depois Residência, eu fui trabalhar como bolsista da DINSAM, Divisão Nacional de Saúde Mental.

O entrevistado descreve a importância do contato que teve em sua formação com autores de pensamentos diferentes da linha biomédica trabalhada comumente pela psiquiatria e com colegas que pensavam diferente do modelo estabelecido, que serviram de modelos. A área da psiquiatria não oferecia muitas possibilidades para quem passasse por uma crise:

Eu fui trabalhar no Engenho de Dentro, foi por escolha. Eu achava o Engenho de Dentro mais interessante do que, por exemplo, trabalhar no Pinel, mas foi uma seleção e tal, e lá trabalhei realmente por bastante tempo, conheci pessoas como Paulo Amarante, que trabalhava comigo exatamente no mesmo setor onde eu trabalhava, que era a emergência do Hospital Gustavo Riedel, onde se pode dizer que tudo começou, digamos assim, porque foi um lugar onde a gente trabalhou, enfim, a gente trabalhava em um lugar normalmente, mas acontece que a situação era absolutamente indefensável, porque quando a gente ficava, por exemplo, eu estava no Plantão, um jovem recém-formado fazendo especialização ou residência, podia ser um ou outro, porque de um eu passei para o outro, atendendo um Plantão de 24 horas na emergência, porque era a emergência de toda a região de zona norte do Rio, nós também éramos os psiquiatras de plantão de todo o Instituto, hoje chamado Instituto Nise da Silveira, que era no Engenho de Dentro, que tinha quatro unidades muito grandes. Quatro unidades de internação muito grandes.

Então, era muito frequente que você fosse chamado por uma pessoa, por exemplo, relatar uma situação que ocorreu comigo e também com as pessoas que a gente não esquece. Eu estava atendendo na emergência, que era uma emergência meio penosa, imagine, não havia Rede, isso que a gente chama e hoje tem restrições a fazer, rede substitutiva de saúde mental, isso era inexistente na época. Então se alguém, seja jovem, seja velho, seja psicótico seja não psicótico, tivesse uma crise e aquilo fosse considerada uma coisa que precisasse levar para um atendimento psiquiátrico, ia em três emergências que havia ali no Rio. Uma ficava em PAM Venezuela, a outra ficava no Pinel e a outra ficava no Engenho de Dentro, entendeu?

Mas, na verdade, depois que você entra dentro de um lugar deste, centenas de pacientes desassistidos e você começa a trabalhar com um

paciente destes, na verdade você não tem outra coisa a fazer, você tem que seguir adiante, desinstitucionalizar essas instituições. Já tinha havido também a vinda do Basaglia ao Brasil, entendeu? E foi importante a vinda do Basaglia ao Brasil para fornecer também uma certa densidade ideológica nessa intervenção que se estava fazendo.

A situação de abandono vivida pelos pacientes chocou o entrevistado:

Então, essa lembrança que eu tenho, é que uma pessoa me chamou para ir até dentro do Odilon Galotti, que era uma das unidades, aí cheguei com essa auxiliar de enfermagem, esse funcionário, a porta da enfermaria estava trancada, ele não tinha a chave. A porta estava trancada por dentro, ele, o funcionário derrubou a porta, forçando a porta, a gente entrou na enfermaria e a enfermaria tinha um paciente que tinha falecido, estava deitado no chão, enrijecido já. Não se sabia, não dava muito para saber quanto tempo ele tinha falecido e esse funcionário, que só quis entrar lá porque os outros pacientes avisaram ele, com a presença do médico de plantão para fazer a constatação do óbito.

A situação precária fez com que alguns médicos denunciassem as ocorrências à direção da instituição, referência na área de psiquiatria. O manicômio era o único local em que se tratava da saúde mental:

Era uma situação assim, quer dizer, não tinha ninguém dentro da enfermaria trancada, ela não tinha acesso nem para o funcionário, e um jovem recém-formado, psiquiatra, tinha que chegar lá e participar de uma situação que era uma situação absolutamente irregular, absolutamente danosa. E registrei aquela situação, constatei o óbito. Era um óbito de provavelmente algumas horas já transcorridas. Fiz uma, um registro da ocorrência. Quando retornei, retornei para entregar aquilo também para a direção do estabelecimento, e essas eram situações que aconteciam também com outros colegas.

Bom, esse fato é relevante porque essa instituição, não era uma instituição qualquer, era uma instituição que pertencia Ministério da Saúde, era o Centro Psiquiátrico Nacional e acabou, é uma história conhecida, que é a história da Crise da DINSAM. Porque os plantonistas desta emergência começaram a relatar nos livros de plantão todas essas situações, era nossa garantia também está registrando em algum lugar. Lá você também não tinha tanto recurso assim para poder, por exemplo, registrar documentos, fotografar, etc. E isso gerou algumas situações esdrúxulas, por exemplo, a direção chamar os plantonistas e diz que não pode mais escrever aquilo, coisas desse tipo. E a gente dizia: “a gente não vai escrever se deixar de ocorrer, se tiver...”.

Porque, na verdade, no limite era enfrentar o manicômio, porque, na verdade, era o único lugar que havia práticas de saúde mental. Essa que é a situação dramática dos anos 1970 e anos 1980. A saúde mental, só era, só existia dentro deste tipo de estabelecimento, entendeu? Não era uma escolha também, assim, não existia outra forma de tratamento.

O entrevistado aponta que a direção dos hospitais psiquiátricos no Rio de Janeiro era conduzida por militares, à época, com pouca liberdade para pacientes e para os profissionais:

Como a gente vivia no período do Governo militar, essas reações, [...] eram explicadas pelo contexto de muita truculência. É bom também lembrar que, isso não deve ser casual, essas instituições eram, essas quase instituições. Esses manicômios, públicos, estatais aqui do Rio de Janeiro, eram dirigidos por militares. Eles eram dirigidos no Engenho de Dentro, era dirigido por um militar do Exército. A Colônia Juliano Moreira era dirigida por um militar da Aeronáutica. O Pinel passou por uma transição onde também teve a presença de gestores um pouco ligados, o Pinel talvez menos, mais esses dois grandes hospitais do Rio, eram também de gestão militar. E era uma coisa assim. Na verdade, essa parte que eu estou falando era pra se ter um cenário, para os jovens, do que se era trabalhar em instituição psiquiátrica no final dos anos 1970, início dos anos 1980.

As instituições psiquiátricas eram instituições fechadas, de baixíssimo grau de liberdade para quem trabalhava lá e nenhum grau de liberdade para quem era tratado lá, com baixa participação de familiares, com pouquíssima abertura à presença de outras pessoas. Quando eu trabalhei nesse primeiro momento, na situação da Crise da DINSAM, na verdade, a possibilidade de dialogar com o grupo de pessoas responsável pela gestão, era completamente impossível, não se colocava assim.

Havia também perseguição e denúncias anônimas contra quem se posicionava contra o modelo instituído:

E eu estava lá um dia me chama o diretor, eu pensei que, o diretor me chama, “o diretor quer falar com você e tal”. Eu penso que ele vai me dar uma notícia: “vamos ter novos estagiários”. Eu estava querendo abrir uma coisa de estágio. Botar estudantes lá dentro, para botar um pouco de vida e de ajudar também a gente. Tinha um estagiário, porque era o número definido que podia ter. Aí, eu estou contando um fato corriqueiro, um fato banal, ele me mostra uma carta anônima que é enviada para ele, prevenindo contra a minha presença lá. Eu tinha de fato saído da Colônia porque tinha sido mandado da Colônia. E fazendo ligações com esta questão de militância política, de grupo político, de esquerda, etc., etc., entendeu? Ele me mostrou a carta querendo saber a minha opinião sobre uma carta e tal.

E aí eu devolvi para ele aquela carta assustadora, assim, porque parece que a pessoa seguia a minha vida e tal. E aí, eu devolvi para ele e disse, “isso é uma carta anônima, não tem muito a ver...”. E boa parte dessas coisas aqui são verdadeiras, entendeu? Eu sou de esquerda, eu tenho militância fora daqui, se faço parte de uma coisa, mudança da ... entendeu? Retomada da Democracia no Brasil, sim! Isso é verdade. Imagina como era o ambiente. Eram ambientes assim muito, eram ambientes de instituições totalitárias, né?

Esses conflitos relatados pelo entrevistado sugerem o desencadeamento de uma dinâmica de desagregação e associação, em que os profissionais passam a se reunir para discutir o afastamento dos profissionais e as condições dos pacientes, colocando os trabalhadores como centrais na organização do movimento:

Bom, esse período acabou com a criação do Movimento, todas essas pessoas que foram afastadas, elas passaram a se reunir semanalmente. Se construiu uma certa consciência de que na verdade não se tratava apenas de demissão de pessoas, não se tratava apenas de condições de trabalho nessas instituições. Mas se tratava de um aprofunda iniquidade profissional que estava colocada. Porque a gente se afeiçoava também aos pacientes, se tinha uma limitação de intervenção muito grande com aqueles pacientes. Tinha dificuldades, por exemplo, para poder convocar um familiar, para poder participar, etc. Então, houve essa derrota, na verdade a Reforma Psiquiátrica aqui no Rio pelo menos, ou nessa vertente dela no início aqui no Rio, ela se iniciou numa situação de profunda repressão que os trabalhadores tiveram.

Mas se organizaram e começaram a levantar algumas bandeiras, uma das bandeiras importantes foi que esses hospitais estavam abandonados, que era necessário não apenas readmitir as pessoas afastadas, coisa que jamais aconteceu, ninguém foi readmitido, mas que era necessário reabrir a possibilidade de outras pessoas irem trabalhar. Então, uma das bandeiras de luta era concurso público na área da saúde. E aí, se começou a identificar também que havia um sucateamento desta Rede Federal Pública, porque havia um grande investimento financeiro nos hospitais conveniados, numa grande rede de hospitais federais, que eram as clínicas conveniadas [...] onde as pessoas também trabalhavam, buscavam trabalhar.

O entrevistado descreve situações que remetem a um compromisso do poder público com a rede privada de clínicas que ofereciam tratamento de saúde mental. Em outro momento, o depoimento trata de um processo de agregação para enfrentar angústias vividas pelos profissionais:

A gente fazia, buscava fazer reuniões assim para poder, de reassegurar de que não estávamos sozinhos e tal, mas havia uma situação de repressão real assim. Havia uma situação ... eram pessoas que eram colocadas como dirigentes destas instituições, que eram pessoas muito, posso usar esta palavra sob minha responsabilidade, muito truculentas, eram pessoas que tinham uma certa cultura de resolver... e como a gente era jovem e tinha características de pessoas jovens também, a gente tinha comportamento às vezes para expressar os nossos pontos de vista que eram de uma crítica muito dura também a estas instituições.

O entrevistado identifica uma diferença de classe na utilização das instituições públicas e privadas de saúde mental:

A clientela dos hospitais públicos era uma clientela mais pobre, migrantes rurais, pessoas desempregadas a mais de uma geração. A clientela dos chamados INAMPS, eram aqueles que tinham tido uma carteira assinada em algum momento. Era um outro segmento, formava um outro segmento social, na verdade, mas um segmento de classes trabalhadoras urbanas pobres, entendeu? Os outros eram na verdade, na época com a dura palavra de indigentes. As pessoas que não estavam nem no mercado do trabalho. As pessoas que estavam por exemplo lá na Colônia Juliano Moreira, etc.

Esta movimentação provocou uma visão dos hospitais psiquiátricos como locais de abandono:

Aquela crise, embora não tenha produzido a readmissão daquelas pessoas, ela fez com que o Governo Federal, que eram responsáveis pelos três hospitais, tomasse alguma providência em relação aos hospitais. Porque eram submetidos, passaram a ser também observados como lugares de maus tratos, de abandono.

O entrevistado também descreve a informalidade do trabalho dos profissionais e a inconformidade com a situação, que originou o movimento dos trabalhadores de saúde mental:

Depois de 1982 começou a haver uma certa abertura para o retorno dessas pessoas militantes a essas instituições. A maior parte dos casos também com vínculos precários. As pessoas se apresentavam para trabalhar, se apresentavam como voluntárias, se apresentavam com a possibilidade de trabalhar lá. E isso foi gerando novas situações de tensão, mas ao mesmo tempo, não só situações de tensão. [...] Nós fizemos em 1970, final de 1978, por conta da Crise da DINSAM, todas as pessoas que foram, todas não, mas um número significativo, um ônibus inteiro de pessoas que foram demitidas, organizamos a possibilidade de um ônibus para ir para o Congresso de Psiquiatria, em Camboriú.

E esse Congresso em 1978 foi muito importante, foi lá que inclusive, nacionalmente se lançou o Movimento de Trabalhadores de Saúde Mental.

Aos poucos, as pessoas que discutiam as questões no Rio de Janeiro foram percebendo que outros estados iam na mesma direção:

Então, começou a se observar que havia um certo Movimento, semelhante no Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia. A Bahia participou nesse momento. Minas Gerais e aí esse Movimento foi de fato ganhando mais força e adesão. E começamos a usar a expressão Reforma Psiquiátrica.

Havia uma diversidade dos movimentos que fizeram parte das reivindicações pela melhoria de atendimento na saúde mental:

E eu me lembro que eu organizei a ida de parte da delegação do Rio para esse Congresso de Belo Horizonte e a nossa delegação era formada por representantes de movimento de meninos e meninas de rua, que estava se formando naquela época, por movimentos de prostitutas que participou. Lembro da Gabriela Leite que foi uma liderança do Movimento de Prostitutas e tal. Indígenas.

Então, na verdade se pensou através da Rede de Alternativas, se articulou a ideia que lança uma militância pela afirmação da Diversidade, pela capacidade de construir um mundo com tolerância a diversidade. E a delegação que saiu do Rio para Belo Horizonte, ela tinha muita gente da saúde mental, mas ela não era só formada por pessoas do campo da saúde mental, todos os movimentos sociais que eram sufocados pela ditadura militar, se organizaram também nessa coisa de Rede Alternativas, entendeu? Movimentos, inclusive, de afirmação, afirmação. Movimento gay, movimento de afirmação também, de protagonismo, movimentos negros. Todas essas articulações se juntaram, junto com a Rede Alternativa.

A diversidade que compôs o movimento contribuiu para a formulação de uma nova concepção sobre o lugar do louco na sociedade:

Era o que fazer com a experiência da loucura que não fosse psiquiatria, que fossem outras formas de abordagem e tal. Isso é muito interessante, entendeu? Porque isso abre um caminho de pensar não só a superação da instituição convencional, mas também de pensar uma outra construção mental possível para construir um lugar social, um lugar cultural pro louco, para a experiência do louco.

A proposta do movimento era de uma mudança cultural em sentido amplo. Mais uma vez, o entrevistado cita a importância da influência internacional no movimento:

O Congresso de Buenos Aires, então, para não perder o fio da meada, em 1986, foi a primeira vez que, eu pelo menos, e outros brasileiros que estavam, travamos contato com uma bandeira chamada “Por uma sociedade sem manicômios”. A gente viu lá, “Por uma sociedade sem manicômios”. Ora, a sociedade sem manicômios. Porque se discutia também se fosse sem manicômios era também sem prisões, é também sem a instituição escolar, e instituição escolar é tão disciplinar que não deixa a liberdade da pessoa de construir o seu próprio caminho mental, o seu próprio caminho intelectual, etc., etc. Então, a maior parte desta bandeira por uma sociedade sem manicômios, neste Congresso da Rede de Alternativas, em Buenos Aires, teve uma influência direta para que em 1987, o Movimento de Trabalhadores de Saúde Mental decidisse apresentar, eu acho que isso é um fato consensual, dentro da história do Movimento, acho que se admite essa origem, para que o Movimento dos Trabalhadores, apresentasse em Bauru, a proposta de que a consigna seria Por uma sociedade sem manicômios. O que faria do Movimento de Trabalhadores de Saúde Mental, um Movimento para uma sociedade sem manicômios, o Movimento da Luta Antimanicomial.

Quem nos permitiu ver essa associação da luta contra o manicômio como sendo uma luta contra a opressão, a violência, a intolerância foi o

movimento dessas alternativas à psiquiatria, entendeu? Porque permitiu, na verdade, é ver...o Monin El Kaim, por exemplo, um argelino-francês, que trabalhava com imigrantes argelinos, em Marselha. E ele era um cara que a gente lia, porque ele fazia grupos operativos nas ruas de Marselha, e ele era da rede de alternativas. Ele dizia, “a questão aqui é o seguinte. Não é porque as pessoas de rua são psicóticas ou não são psicóticas. É porque elas são argelinos e argelinos vivendo em uma situação de opressão, de intolerância, de expulsão da sociedade francesa.

Então, essas associações elas eram dadas muito mais nessas experiências da rede de alternativas, do que propriamente quando a gente aqui começou a lidar com os manicômios. Por isso que essa associação foi de fato se construindo, ou seja, o Movimento da Luta Antimanicomial se tornou um movimento mais abrangente como um movimento de afirmação da subjetividade, da liberdade, da cultura, da autonomia das pessoas, essa coisa e tal. E passou a ser um movimento que contém componentes clínicos, contém componentes de trajetórias profissionais e tal, mas essencialmente é um movimento em cima da mudança de uma compreensão da, do que é normal e do que é patológico, do que é normal e do que é loucura. Modelos de compreensão.

Outro aspecto importante levantado pelo entrevistado foi a importância da formação dos profissionais articulada à militância:

O curso nasceu lá na Colônia, o Paulo Amarante sempre me fala, faz referência a isso, e ele nasceu em um contexto assim, era um contexto em que o Ministério da Saúde precisava também apresentar alguma coisa mais criativa e abriu a possibilidade de se fazer esse curso. Esse curso teve um financiamento que permitiu que algumas pessoas de fora do Rio de Janeiro, pudesse residir lá, em um alojamento que existia na Colônia e houve uma ... um investimento nosso muito grande no sentido de fazer desse Curso de Especialização, teve o grau de especialização dado pela, eu não me lembro qual Universidade deu ao primeiro Curso ... ah, não, já foi a ENSP/FIOCRUZ. Já foi a ENSP.

UERJ. O primeiro foi a UERJ, é, porque precisava de uma instituição para dar a titulação. Esse Curso agente investiu muito nele. Eu fui o Coordenador do primeiro curso e foi uma atividade das mais prazerosas que eu já fiz, porque, na verdade a gente queria que, foi como se fosse assim. Foi em 1982, parece. Quem estava trabalhando nesse contexto em Minas Gerais, em São Paulo e no Rio, no Nordeste, precisava também ter uma certa articulação e nós construímos essas referências, onde a prática ia ser feita na Colônia Juliano Moreira, trinta alunos, me parece. Eram trinta alunos. Era um Curso forte e trinta alunos é muito bom, porque foram pessoas... teve um aluno que até hoje é militante em Minas Gerais, mas que depois virou e falou para a gente, depois dessa, da seleção, feita essa seleção, falou assim: “na verdade vocês estão fazendo aqui um Curso para formação de guerrilheiros” (risos)... “Não, calma, porque também não é assim. Porque essa palavra não é uma boa palavra”. Formação de quadros, quadros para a Reforma, e tal.

Mas o desdobramento para a Colônia foi excelente, porque a Colônia se abriu. Nós fizemos com esse Curso também o Centro de Estudos ficou mais importante, entendeu? Se tornou mais importante e passou a ser um Centro de Estudos como daqui no Nise da Silveira também. Eram lugares importantes na cidade do Rio de Janeiro onde aconteciam debates muito significativos, entendeu? [...] A tarefa para o Nise e a Colônia, era construir um modelo teórico. Não só um modelo clínico, mas um modelo teórico para se pensar como lidar com a saúde mental nesses contextos institucionais onde a gente estava.

Um processo de associação pode ser observado no momento da criação da Política Nacional de Saúde Mental, como institucionalização de práticas alternativas:

Então, a proposta da Reforma Psiquiátrica através de uma Lei foi muito eficaz para reunir o debate de todas as pessoas interessadas em construir um novo modelo de atenção em saúde mental, entendeu? Eu acho que uma marca importante na minha percepção dos anos 1990, é todo um debate da discussão da Lei. Porque, a apresentação do Projeto de Lei, definiu campos muito claros aqui no Brasil sobre o que se pretendia fazer em relação a questão da saúde mental.

O entrevistado também se referiu à divisão ocorrida dentro do movimento:

Nós tivemos dois grandes atores coletivos que se constituíram, se cristalizaram mesmo, fortemente nos anos 1990 e que era, os militantes a favor da Reforma Psiquiátrica, que se definiam como Movimento da Luta Antimanicomial, ou chamavam ainda, muitos se chamavam Trabalhadores de Saúde Mental, ou se definiam como Reforma Psiquiátrica.

Não houve uma única denominação porque embora fosse mais forte em termos de organização, o chamado Movimento da Luta Antimanicomial, muitos trabalhadores, profissionais, colegas que trabalhavam no campo da saúde mental, continuavam se identificando com uma ideia de Reforma. Reforma Psiquiátrica e tal. Mas havia esse grupo a favor da mudança da Legislação que permitisse uma mudança institucional consistente e duradoura, a favor, portanto, do projeto de Lei. E o movimento contrário, nesse movimento contrário, um ator coletivo fundamental foi a Federação Brasileira de Hospitais. Aí a FBH que não vinha muito debatendo essa questão nos anos 1980, passa a ser um ator principal. E a gente passa a se confrontar de fato com as clínicas privadas conveniadas com o SUS. E nesse momento das clínicas privadas, também, é importante destacar a participação do segmento de familiares que estavam ligados às clínicas privadas, nesse momento, porque na verdade nós não tivemos, nós não soubemos, até os anos 1990, não soubemos convencer os familiares de pacientes graves de que a Reforma Psiquiátrica ia beneficiá-los também. E, a maior parte dos familiares, ficou, através da AFDM (Associação de Familiares de Doentes Mentais), ficou mais próxima dos proprietários dos hospitais psiquiátricos e contra a Lei. Então, essa foi uma divisão importante.

Dependendo da classe social, os familiares não apoiaram o MLA, com interferência direta do setor privado, que tinha interesse na manutenção das práticas de tratamento

convencionais. Havia participantes do movimento que não concordavam com as propostas alternativas à proposta pelo MLA; observa-se que o medo foi o instrumento usado na tarefa de convencimento dessas pessoas:

Então, era possível tanto uma psiquiatria sem hospício como também havia no movimento as pessoas que se colocavam contra a perspectiva, numa perspectiva assim como uma certa forma de leitura foucaultiana que havia aqui no Brasil a questão de ver a loucura como doença ou ver a loucura como algo que solicitem, que demanda uma intervenção terapêutica, é submetê-la a uma certa racionalidade que é externa a ela, que é limitadora, que é normativa, etc. Então havia, o nosso campo permitia essa diversidade e eu acho que continua permitindo, que continua permitindo. Do outro lado era quem defendia o status quo mesmo, era quem defendia a questão dos hospitais, a manutenção dos hospitais. Se acionou muito o medo, o medo em relação a questão da loucura solta pela rua.

O movimento contemplava diferentes visões sobre as formas de tratar o louco. A década de 1990 oferece um outro cenário de atuação política:

Mas o debate dos anos 1990 foi muito marcado por isso. E ele começou bem a década, começou muito bem porque começou com a 2ª. Conferência Nacional de Saúde Mental, que foi uma Conferência muito boa em termos de participação. Foi uma Conferência onde participaram muito usuários, muitos usuários, participaram muitos familiares. Mas eles, os usuários, tiveram um protagonismo muito impressionante, entendeu? Então foi uma Conferência, a de 1992, que já mostrou na verdade, que havia um outro espaço da saúde mental que estava se construindo. Aí nesse momento, era completamente diferente dos anos 1980. Estava em construção o novo. Não era mais a desconstrução do velho, entendeu? Era a construção do novo.

Então, não foi uma Conferência que negasse a necessidade do tratamento, do acolhimento. E isso marcou o debate dos anos 1990, quando em 1992, o Domingos Sávio assume lá a Coordenação, quando se começa a sistematizar a questão de CAPS e NAPS. Veio em 1989 a experiência de Santos, dando um exemplo superimportante para a gente de que era possível fechar manicômios e criar serviços territoriais, como uma marca importante do final dos anos 1980. É bem importante no final, entrando nos anos 1990. Em 1987 se cria lá o CAPS, né? O CAPS em São Paulo, Itapeva, quer dizer, a entrada aos anos 1990 era a abertura ao novo. E o debate foi superimportante.

Então, atravessamos os anos 1990 com a criação de serviços, sem financiamento para os serviços, serviços frágeis, não financiados, mas iam sendo criados com um certo entusiasmo pela necessidade de mudar a Lei.

A aprovação da Política em 2001 possibilitou a concretização das experiências e sua reavaliação, gerou novas formas de associação e novos temas para o debate.

O entrevistado também atuou na esfera da gestão pública, interpretada por ele como uma possibilidade de implementação de uma outra lógica de cuidar da saúde mental:

Eu entro no Ministério no ano 2000. Aí eu acho que tem que colocar uma dimensão política aqui. Eu tinha sido, esse período todo eu fui militante, na verdade eu fui militante desde o meu período na Faculdade de Medicina, eu fui lá no Encontro de Barbacena, eu fiquei chocado com aquilo, mas achei que tinha um grande desafio e tal. Eu também fiquei muito impressionado com a riqueza, voltando lá... com a riqueza da experiência das pessoas que tinha um sofrimento mental. Mesmo lá dentro de Barbacena. A riqueza da vida interna, entendeu? Que tinha nas experiências, nas biografias.

Então, isso é uma coisa que você acaba capturado, acaba capturado para sempre, para cuidar disso. Não é só lutar contra o manicômio. É uma coisa de um certo fascínio que essa experiência tem, digamos, de uma certa proximidade, solidariedade, alguma coisa que é construída aí.

Bom, então, eu fui gestor, minha experiência de gestor que durou dez anos, dez anos. É muito tempo. Dez anos lá no Ministério da Saúde, não é mole. Não é uma coisa assim simples. Não era a minha intenção ficar dez anos. Ao contrário, a minha intenção era fazer uma certa transição porque, e permitir uma participação do executivo do Governo Federal mais clara e menos ambígua em relação a Lei. Aí eu vou dizer claramente, entendeu, a questão de uma Lei que estava aprovada no âmbito da Câmara, que parava no Senado que vivia sendo emendada e que não saía do lugar, foi um dos componentes mais importantes da minha motivação para aceitar um convite para ir para o Ministério da saúde em um contexto que não era muito favorável, no sentido de ser favorável pra minha participação. Eu tinha participado aqui. Todo esse período que eu fui militante, eu não fui gestor.

Nesse espaço de atuação, o entrevistado encontrou dificuldades e observou ambiguidades:

E passei, exclusivamente, eu quero registrar isso, exclusivamente a cuidar da aprovação da Lei. Entrei lá em agosto de 2000. Passei a cuidar da questão da aprovação da Lei e vou dizer para vocês. O primeiro semestre que eu passei lá foi horrível. Se eu não tivesse uma coisa, uma decisão mais difícil que eu tomei antes, eu teria saído. Porque todos os convites, motivos para sair, eu tive nesse período, entendeu? Era uma coisa de um convite muito mais para aplacar uma certa crítica que o Ministério estava recebendo, muita denúncia do Hospital Psiquiátrico, etc., etc., aí como nome do Movimento Social do que propriamente para poder fazer alguma coisa.

E eu percebi que a ambiguidade que havia na gestão quanto ao Projeto de Lei, era uma ambiguidade que significava mesmo uma resistência interna ao Projeto de Lei. Então, foi uma costura difícil, eu participei desta costura. Acho que fiz uma parte do meu trabalho para construir dentro do Ministério da Saúde um consenso para aprovar a Lei 10.216. Aí ela só saiu do Senado porque o Governo Federal foi lá e falou: “o Presidente vai sancionar, entendeu?”. Porque o Senado é o lugar onde

você para as coisas, fica e tal, negocia e tal. Então a Lei, foi, obviamente que tem que ficar claro, isso foi uma obra coletiva e de pressão de um Movimento Social. Mas foi a minha tarefa, entendeu, que eu considerei a minha tarefa, que era a principal tarefa que eu teria era de fazer essa coisa de aprovação da Lei.

Após a aprovação da Política, houve a institucionalização dos recursos para as práticas alternativas de saúde mental, um ganho para o movimento. No entanto, as formas de gestão não eram consenso, o que gerou uma cisão no movimento:

O ano de 2002 foi um ano muito bom para a Reforma. Foi um ano da aprovação da Portaria 336, a gente conseguiu recursos para os CAPS, etc.

Houve uma tensão com o Movimento Social, com o Movimento Social, especialmente uma tensão com o Movimento da Luta Antimanicomial, que propôs uma direção colegiada.

Que, assim, colegiado é, mas uma pessoa tem que responder e eles queriam que essa configuração servia ou não servia, e ficou uma certa discussão, qual seria a melhor maneira de fazer uma direção colegiada no contexto de gestão, que é uma coisa da gestão nacional, entendeu? Ali, finalmente a gente construiu um colegiado de Coordenadores de Saúde Mental, que existe, que passou em Portaria, está formalizado, só que é um colegiado amplo, que se reúne, ou continua se reunindo, e que é, digamos, o órgão coletivo de gestão da saúde mental e eu acho que é um órgão extremamente forte, importante.

No momento em que as práticas alternativas se institucionalizaram, os problemas mudaram de natureza e os profissionais passaram a sentir os reflexos dos problemas do SUS:

Então, foram momentos muito positivos, depois começam a existir problemas que são os problemas da gestão do SUS. A gestão do SUS deixa de ser do PT e passa a ser do PMDB, no passo seguinte. Depois a pessoa que era do PMDB saiu e entrou uma outra pessoa que era do quadro lá, e depois entrou uma outra pessoa que também era do PMDB, ou seja, os Ministros, estou falando dos Ministros. O Ministério foi, em todas estas mudanças que ocorrem, elas afetam o modo de funcionamento da gestão, porque você fica ali, entendeu? O seu quadro de decisão, ele é muito dependente de situações... e aí, pensem na descontinuidade sempre. As pessoas às vezes falam: “Ah, o Ministério, o Ministério, ou o Governo, o Governo...”. O Governo é um conjunto muito heterogêneo de forças.

Além das dificuldades, o entrevistado apontou avanços na gestão:

Mas só para vocês saberem que pequenos avanços, às vezes são mais difíceis que os grandes avanços. Porque a questão da montagem dos CAPS, houve um determinado momento, em que a criação de CAPS, principalmente em cidades pequenas, se tornou um desejo do prefeito, se

tornou um desejo da população. A população gostava da criação dos serviços, entendeu? Então havia de fato... por quê? Porque os serviços eram reconhecidos. Quando a gente fala de cidadania, relacionados aos dados com a criação de CAPS, um argumento que eu considero positivo, um fato positivo da gestão, da minha experiência lá, houve um deslocamento muito evidente da presença de serviços de saúde mental para o interior. A interiorização dos CAPS é absolutamente notável.

Os CAPS hoje estão mais no interior dos Estados do Nordeste, dos Estados aqui de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, menos na Região Norte, mas também na Região Norte, menos na Região Norte, e menos na Região Centro Oeste. Mas o serviço de saúde mental, Centro de Atenção Psicossocial, serviço comunitário, cuja ideia a gente construiu nos anos 1990, passou a ser uma realidade dos pequenos municípios. Então, tem algumas histórias exemplares, eu vou contar uma em trinta segundos.

Tem uma cidade chamada Souza, no interior da Paraíba, Souza é uma cidade importante do interior da Paraíba, uma cidade grande, tem sessenta e poucos mil habitantes. Ela tem a rede completa de CAPS. Tem CAPS 3, CAPS 1, CAPS AD, CAPS infantil. Passou a ser um lugar de referência também ali para a região, porque é bem lá no sertão. Então, pega um pouco do sertão de Pernambuco, como pega também o sertão do Piauí. Passou a ser um lugar importante. E as pessoas de lá passaram a dizer, com muito orgulho, quem saía de Souza para estudar Psicologia, ou Serviço Social, ou Enfermagem, não falava de Medicina, porque a interiorização dos médicos é muito mais difícil.

O entrevistado descreveu o redirecionamento da política de saúde mental para a questão específica do uso de drogas, tomada como bandeira política que desviou a amplitude das práticas:

Agora, obstáculos. Eu considero assim, do ponto de vista de uma derrota importante e um atraso do processo da Reforma, a maneira como a questão de álcool e drogas, tomou o cenário da saúde mental. Isso começou no final de 2009, com a questão da expansão do crack, do consumo de crack. Com a politização do crack. Chegou a se criar, em 2009, 2010, uma Frente Parlamentar anti-crack, que tinha mais de cento e oitenta parlamentares. Cento e oitenta parlamentares é maior do que qualquer bloco partidário dentro da Câmara. E isso passou a ser uma situação muito complicada, a gente não, na verdade, construiu uma política consistente para álcool e drogas porque a pressão por Comunidades Terapêuticas, etc., era muito grande.

- Edvaldo Nabuco

Edvaldo Nabuco tem uma inserção diferente em relação entrevistados apresentados anteriormente. Ele é representante dos usuários e passou por um período de internação, o que foi decisivo para sua entrada no Movimento da Luta Antimanicomial:

Meu primeiro contato com a saúde mental foi em 1996, por uma internação que eu tive no Instituto Philippe Pinel. Eu fui internado pela minha família, depois de eu ter tido uma série de problemas que eu tive, tanto profissionais quanto pessoais, uma série de violências, injustiças, então acabei... naquela época a gente não tinha um conhecimento muito grande sobre a saúde mental e minha família em um momento de sofrimento muito grande resolveu me internar. E minha mãe falava assim, que ela estranhava porque eu sempre fui uma pessoa muito ativa, muito comunicativa, era um cara que praticava muito esportes, sempre joguei futebol, sempre joguei futebol.

Ao mesmo tempo, o entrevistado relata que já participava de outros movimentos ligados ao processo de democratização, contextualizando historicamente o período de sua internação. O entrevistado levou sua experiência de vida para o movimento:

Comecei a trabalhar mais ou menos nesse mesmo período, com dezessete anos, assim. E, naquele período, Volta Redonda era um momento muito [...] tenso político, porque era o período da Constituição, era o período em que se estava lutando pela eleição para Presidente da República. [...] Era um momento que estava se lutando contra a privatização das estatais, o setor siderúrgico foi o primeiro setor a ser privatizado. [...] E eu estava participando de todo aquele momento ali.

Só que minha vida pessoal ficou muito embaralhada por conta de uma série de problemas, violências que eu sofri e o que dava uma certa base era o trabalho. Eu tive muito apoio de pessoas ligadas ao Sindicato dos Metalúrgicos, na época da CUT, lá em Volta Redonda; pessoas ligadas ao Sindicato dos Professores, o SEPE; estava se formando o Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental [...] em Volta Redonda, tinha algumas pessoas também que sempre davam o apoio.

Então, no meio daquele processo todo, aquele processo político muito intenso, era uma época também que líderes sindicais tiveram problemas. Juarez Antunes, ele faleceu em um acidente de carro. O Exército invadiu a Companhia Siderúrgica Nacional e três metalúrgicos foram mortos.

Então, era um momento muito intenso. E isso misturou com a minha vida pessoal e eu fui tentando, a gente não tinha o conhecimento do sofrimento, o que que era o sofrimento, desequilíbrio que causava na minha vida pessoal, e até que em 1997 a minha família, em 1996 a minha família resolvei me internar. E eu fiquei internado, assim durante quinze a vinte dias mais ou menos, e assim tentando esquecer, tentando esquecer ou pelo menos não falar da injustiça e da violência que eu tinha passado.

E aí, quando eu entrei para a TV Pinel, eu tive muita experiência assim que já vinha da minha vida.

A violência sofrida parece ter fomentado o processo de associação. No caso desse entrevistado, ele pode receber tratamentos alternativos às práticas manicomiais, o que fortaleceu sua prática participativa, inclusive ao longo de sua história pessoal. Receber

essas formas alternativas de tratamento pode ser considerado como um processo de associação.

Quando eu saí da internação, eu procurei uma amiga minha que estava se formando em Direito para ela me ajudar a resolver esta questão na Justiça. Mas aí eu recebi uma indenização do jornal onde eu trabalhava e comecei a trabalhar na TV Pinel [...] lá do Instituto Philippe Pinel. E alguns amigos achavam engraçado porque eu era jornalista, estava ligado na política e tal, mas para mim estava fazendo um bem danado, porque eu estava fazendo um bem para a minha cabeça. Eu estava lá aprendendo a editar, trabalhava com o Janjão. Estava aprendendo a editar, a fazer câmera, estava aprendendo a fazer produção. Então estava fazendo um bem danado para a minha cabeça e, também assim, eu estava aprendendo uma profissão, tanto é que hoje eu tenho um histórico em TV Comunitária, assim, muito legal.

E junto com o trabalho na TV Pinel eu continuei fazendo o meu tratamento. [...] Tive excelentes profissionais de saúde mental, pessoas que me ajudaram [...] muito, aí como eu já estava organizando mais a minha vida, eu achei que voltar para o Jornalismo seria muito difícil, eu resolvi fazer uma outra faculdade. Eu queria fazer uma faculdade de História, eu sempre gostei de História, queria fazer uma faculdade de História, não consegui passar na faculdade de História e eu fui fazer Filosofia. Aí eu falei: “Bom, vou começar fazendo Filosofia e depois eu mudo para História”. Só que eu gostei de fazer Filosofia e fui fazendo.

A participação em tratamentos alternativos à prática manicomial e no MLA trouxe um reconhecimento de liderança ao entrevistado, o que, aparentemente, conduziu a um processo de desagregação que, posteriormente, foi revertido num processo de associação:

Em 1997, eu fui pela TV Pinel no Encontro da Luta Antimanicomial no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. E eu achei um barato, porque lá, deu para ver que várias outras pessoas na militância, pessoas que tiveram problemas diferentes, mas tentando recuperar as suas vidas e tal, e eu fiquei muito impressionado. Eu participei do grupo de Cultura. Me colocaram para coordenar o grupo de Cultura e pela experiência que eu tinha na TV Pinel, eu comecei a coordenar o grupo de Cultura. E para mim foi uma experiência muito rica. Mas quando a gente voltou, me apontaram como uma liderança do Movimento e eu não queria aparecer de jeito nenhum (risos), não queria. Aí eu dei uma afastada, continuei só na TV Pinel, participava de alguns eventos a partir da TV Pinel, depois em 2001 eu voltei, eu já estava assim, querendo sair do Instituto Philippe Pinel, estava querendo seguir outros rumos, aí participei do Encontro da Luta Antimanicomial, em Miguel Pereira e fui chamado para falar da minha experiência da TV Pinel na Conferência Nacional de Saúde Mental.

O entrevistado relata em seu depoimento que entrou em contato com lideranças do MLA, fator decisivo para o processo de associação:

Eu conheci o Paulo Amarante, conheci o Dr. Domingos Sávio, conhecia menos o Dr. Pedro Gabriel que ... conheci pouco ele, foram pessoas ... o Eduardo Vasconcelos, pessoas que me ajudaram muito, pessoas que me ajudaram muito. Aí eu fui para a Conferência Nacional de Saúde Mental, em 2001, para falar da minha experiência na TV Pínel e, depois disso, eu comecei a fazer uma militância mais ativa mesmo, mas defendendo esta questão da Cultura, da Arte e da Cultura.

Tinha a Doralice Araújo, que era uma pessoa que me orientou muito. [...] tinha uma turma boa que eu gosto. E essa foi a minha entrada na militância da Luta Antimanicomial. [...] A Doralice Araújo ela me dava alguns livros para ler.

- Geraldo Peixoto

Geraldo Peixoto participou do Movimento da Luta Antimanicomial em diversas esferas públicas. Falecido em 2015, era familiar de usuário de saúde mental e representante desse segmento, também foi considerado uma liderança, reconhecido por outros participantes dos movimentos de saúde como tal. Na entrevista, ele relatou seu incômodo com a situação vivida pelos pacientes de saúde mental e nunca imaginou entrar para o movimento:

Sou militante, usuário, familiar, parceiro e muito incomodado com tudo o que eu um dia vi dentro de um hospício.

Eu nunca pensei que eu fosse entrar no Movimento da Luta Antimanicomial, nunca me passou pela cabeça isso. Foram as circunstâncias da vida que me obrigaram... não me obrigaram, eu não fui obrigado a nada, que me atraíram para este Movimento Social Brasileiro, chamado Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, foi a crise do meu filho. Foi quando ele adoeceu. Ele tinha terminado o colegial, no Objetivo, famoso curso Objetivo da Avenida Paulista [...] Aquilo tudo está na minha cabeça e o meu filho estava naqueles milhares de jovens, meninos e meninas, que desciam aquela escadaria. Nunca me passou pela cabeça que um dia eu ia ser militante de um movimento, chamado da Luta Antimanicomial. Eu achava que meu filho era um garoto bacana, como todos os outros garotos bacanas que desciam aquelas escadarias.

Então, você perguntou como que eu entrei no Movimento. Então, entrei assim. Houve o adoecimento do André, o André começou a ficar estranho, esquisito e eu não entendia direito. Mas eu achava que eram as coisinhas, nem preciso explicar muito o que que é coisinhas para um jovem de 18, 19 anos. Ele surfava e tudo o mais. E eu dizia, “não, isso é da vida e não vai acontecer nada”. E não liguei muito não. Até que eu fui violentamente agredido por ele. E aí eu me preocupei, não sabia o que fazer e fui atrás de psiquiatras, psicólogos, pessoas de todo mundo, para me explicar o que que estava acontecendo ali. Como ele surfava eu

achava que ele tinha o lance do base, do baseado e tal, mas isso nunca me esquentou a cabeça, isso é da vida. Mas não era mais. Aí alguém que me disse... um médico, um psicólogo, “não, Geraldo, isso aí tudo bem. Pode ser até que ele tenha usado, pode ser até que tenha ajudado”. Tem até uma teoria psicanalítica, psiquiátrica, que diz que a maconha é um primeiro passo e tal... mas eu não vim aqui para discutir estas teorias psiquiátricas e o significado do que seja fumar ou não fumar maconha. Não é isso que eu acho que eu deveria falar aqui.

O que que aconteceu? Eu fui violentamente agredido pelo André. Aí que a luz acendeu. Aí eu comecei a procurar, procurar, procurar e eu tenho, tinha e tenho até hoje, um primo meu, distante, que na época era um jovem médico, recém-formado e que também tinha consultório e também era professor na USP, numa especialidade lá que eu não lembro mais o nome. Aí chegou no ouvido dele, estas coisas de família, né? Chegou no ouvido dele que o André tinha batido no Geraldo, o André meu filho tinha batido no Geraldo, aí chegou no ouvido dele. Aí ele ligou para mim e falou: “Geraldo, como é que é isso aí, que estão me falando aqui, que o André te agrediu”. E eu disse: “É. Foi mesmo, ele me agrediu”. E ele falou: “Pô, mas espera aí, vamos ver isso direito. Vem aqui no meu consultório que eu quero falar com você”.

Aí eu fui lá no consultório dele, e ele, o Luis Caetano é o nome dele, e ele falou: “Isso aí é grave Geraldo. Temos que ver direitinho. Não vamos ficar baseado só nessa aí de praia, fumar maconha, não. Vamos ver direito isso aí. Você quer?”. E eu falei: “Lógico que eu quero, só quero isso”. Aí ele falou: “Tá bom, então eu vou telefonar para um psiquiatra, ex-aluno meu, para ele fazer um exame, esse ex-aluno meu, esse psiquiatra atender o teu filho, atender o André”. Eu falei: “Tá bom, Caetano, vamos nessa”. Aí ele ligou e aí que eu vim a conhecer o Dr. Arthur Guerra, que na época era um jovem, médico, psiquiatra. Faz trinta anos isso. Hoje ele é um professor muito comentado, uma referência, especialmente em álcool e drogas. Mas na época ele estava recém-formado, aí eu fui no consultório dele, do Arthur Guerra, junto com o André, atravessamos a cidade inteira, o André delirando, delirando, que ia para Cabo Canaveral, ia para Cabo Canaveral, e eu ia segurando a conversa: “nós vamos sim e tal”. Mas nós fomos para o consultório dele (Dr. Arthur Guerra). Aí entramos lá no consultório, ali na Vila Madalena, na entrada da Vila Madalena, entramos no consultório e para não ficar confusa a entrevista, eu não moro mais em São Paulo, eu moro em São Vicente. Eu estou falando do tempo que eu morava em São Paulo.

Aí ele atendeu, falou três a quatro minutos com o André, mandou o André sair e me chamou lá dentro, na sala dele e ali ele falou, o Arthur Guerra: “Ô, Geraldo. Está uma crise braba e nós precisamos internar. Não dá para deixar ele assim, muito complicado isso. E daí?”. Eu falei: “Você que sabe”, eu falei para o médico. “Eu já pensei em clínica, estas putas clínicas caras e tal”. Ele falou: “Não, eu interno ele agora no Instituto de Psiquiatria lá do Hospital das Clínicas. Se você quiser”. Porque tinha um pedido lá, não foi assim, não era por causa do Geraldo. Era por causa do professor dele, que era um cara importante lá na Universidade. Então ele arrumou logo um lugar para internar o André e eu levei o André pra lá. Saí do consultório dele e levei o André para o

Instituto de Psiquiatria. E o André foi numa boa, entrou numa boa, tudo numa boa. E eu voltei para a minha casa. E eu deixei ele lá.

Essa é a primeira parte da tua pergunta. Como é que eu entrei, como é que eu participo, porque que você faz tanto tempo ainda continua nesta luta. Por isso, porque um dia eu adentrei os portões de um espaço que cronifica e separa as pessoas. E que aquilo tudo me incomodou demais. Porque eu achava, eu estava até feliz na época. Eu acreditava que eu tinha achado um lugar para o meu filho ficar. Porque? Porque era um hospital e além de ser um hospital era um hospital psiquiátrico. Eu falei, pô, é isso mesmo que ele precisa. E aí foi o grande equívoco da minha vida. Depois eu fui conhecendo, o que que é o hospital psiquiátrico, principalmente o Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas. Agora não, se você for lá é um luxo. Veja bem, a princípio, bom estou misturando um pouco, mas se tiver muito misturado você fala. É o seguinte, porque, inclusive, eu não critico quem trabalha em hospital psiquiátrico não. Jamais. Isso eu falo muito para estudante. Quando eu vou em faculdades e universidades. Eu digo: “Não, vocês ralam para chuchu para se formar então vocês têm que arrumar um emprego. Se for em um hospital psiquiátrico tudo bem. Só que vocês têm que ter consciência de onde vocês estão e comecem a desestruturar o hospital psiquiátrico de dentro para fora”.

Ele sentiu um incômodo ao ver o filho daquela forma e fez com que procurasse outras formas de tratamento:

Então o André ficou lá, quinze dias depois eu fui lá visitar o André. Que eles falavam assim: “Vem daqui há quinze dias”. E ficou lá e eu voltei lá e vi o André impregnado, completamente impregnado, todo sujo, com chinelas havaianas, os dedos do pé todo imundo, cheiro de mijo. E aquele lugar pesado do hospício, principalmente naquela época. Do hospital psiquiátrico lá, conheci todos aqueles grandes professores doutores de lá, começando pelo professor Dr. Valentim Gentil, que é meu considerado. Eu respeito ele, apesar de tudo. Como eu respeito o Ferreira Gullar, por exemplo. O Ferreira Gullar, com tudo o que ele é, o poeta. Então, Nossa Senhora, ele é um cara que na minha concepção e abandonou o filho pela poesia. Eu abandonei a vida de executivo que eu tinha para cuidar do meu filho. Bom, só uma passagem...

Então, é isso. Eu conheço todo mundo lá. O Arthur Guerra, o Valentim Gentil, Dra. Teresa, todo este povo eu conheci porque o André estava internado lá e ele ficou lá uns tempos. Aí como eu ia lá volta e meia visitar ele, volta e meia não, eu ia toda semana, parecia que podia ir uma ou duas vezes por semana, aí eu ia. Como eu não sou idiota, aí eu comecei a ver o que acontecia naquele espaço. Eu comecei ver portas com cadeado, enfermeiros com um molho de chaves, abre em uma fecha em outra, uns caras não sei o que, completamente desorientados andando naqueles corredores, pra cima e pra baixo. E eu falei: “Pô, será que é este o lugar aqui que vão tratar do meu filho”. Aí já começou o mal-estar em mim. Foi essa percepção que eu tive do hospital psiquiátrico. A grande razão de eu entrar para militância, começar a ser um militante da Luta Antimanicomial, foi porque me incomodou demais o que eu vi dentro do hospício, dentro do manicômio.

E uma vez eu estava lendo o suplemento literário da Folha (de São Paulo) e tinha lá uma folha inteira, a primeira, do suplemento literário, no tempo que a Folha era um jornal decente, essa que é a grande verdade. Hoje eu não leio mais a Folha nem jornal nenhum, estava lá a grande conferência, não sei o quê, sobre um esquizofrênico genial que ganhou um Prêmio na Bienal de Veneza. E estava lá o nome desta figura, do esquizofrênico genial. Eu não sabia o que era esquizofrênico ou esquizofrenia. Palavra de honra, eu não sabia mesmo o que era isso, eu não tinha a menor ideia. Mas como foi um médico que falou, palavra do médico é uma palavra definitiva. Era, agora não é nem tanto. Às vezes eu ponho a palavra do médico, eu discuto com ele, mas naquela época jamais, imagina. O médico falou, é aquilo mesmo.

Eu fui ver a conferência do esquizofrênico genial, aí já começou a mudar na minha cabeça o que é ser um esquizofrênico, sem saber nada. O simples fato de sair uma matéria desse tamanho, numa página inteira do jornal chamado A Folha de São Paulo dizendo que um esquizofrênico, vou contar rapidamente a história do Arthur Bispo do Rosário. Ele ficou quarenta anos internado. Isso todo mundo sabe, quem está na área. Quarenta anos internado na Colônia Juliano Moreira, que é aqui no Rio, eu fui lá. Cheguei lá tinha a exposição do Bispo no MAM, no MAC, é um Museu que tem lá dentro da cidade universitária, eu vi aquela obra que é feita de lixo. Quem nunca viu, quem já viu sabe do que eu estou falando, era do lixo. Vocês sabem, vocês são aqui do Rio, isso começou aqui, tudo isso começou aqui. É que eu esqueço que eu estou no Rio, eu penso que eu estou lá em São Vicente ainda falando lá. Mas agora eu estou aqui. Aqui que foi a história toda do Arthur Bispo do Rosário. E quando eu vim saindo da exposição dele no MAM, no Museu de Arte Contemporânea lá na cidade universitária, e fui pro anfiteatro, tinha um bruto anfiteatro do lado do GRUSP, lá na cidade universitária e eu entrei lá um monte de gente morava, uma bruta de uma plateia, todo mundo lá, eu sentei e fiquei ouvindo aquilo encantado praticamente, falando que a esquizofrenia era aquilo, porque eram artistas, eram intelectuais, eram tudo, alto nível e dentro de uma das maiores universidades do Brasil, na USP. Aí terminou a primeira parte, teve aquele negócio do break, do café, eu saí sozinho, não conhecia ninguém, ninguém me conhecia, tinha uma mesa vaga e uma cadeira. Tinha uma mesa e uns caras sentados ali e tinha uma cadeira. E eu sentei ali, sem conhecer ninguém e tal, conversa vai, conversa vem, e os caras começaram a falar e eu fiquei sabendo pela conversa ali, que um era professor, João, o João Frayze, professor da USP, tem um livro publicado O que é a loucura? Um eu comprei, O que é a loucura? Tinha o João Frayze, tinha o Lula Wanderley, que é um psiquiatra que trabalha muito esta questão corporal, na linha da Ligia Clark. Se eu estiver errado vocês podem corrigir, principalmente o Edvaldo, que sabe tudo... (risos).

Por isso que eu estou falando, vocês falaram. Se precisar de ajuda, não tem problema. O Lula Wanderley e uma outra professora, a Ligia, eu não sei o nome dela todo e um japonezinho sentado, quietinho e não falava nada, jovem. E aí chegou a minha vez de eu falar quem eu era. E com essa pinta que eu tenho, aí os caras achavam que eu era psi também. Aí eu falei: “Não, eu estou aqui porque eu tenho um filho esquizofrênico...”. Aí, tchum, toda a atenção voltou-se para mim. “Ah, é! E daí? Poxa”. Aí eu contei um pouco esta história que eu contei aqui e na [...] voltar que ia começar a conferência, o japonês quietinho me

chamou ali do lado e falou: “Olha aí, Geraldo. Eu ouvi com atenção e eu queria dizer para você que tem um lugar aí assim exatamente que trata destes casos bastante graves de psicose, de loucura, de esquizofrenia”. Aí que eu ouvi falar pela primeira vez na minha vida desse lugar chamado Centro de Atenção Psicossocial, que abreviadamente a gente chamava de CAPS, que na época ninguém sabia o que era. Eles estavam inventando nessa época, o CAPS da Rua Itapeva foi uma invenção mesmo.

De uns dez caras que trabalhavam lá. Não sei se eu vou me lembrar de todo mundo: Ana Pitta, Jairo Goldberg, Jonas Melmam, Sandra Fisichetti, Arnaldo Mota, pararararara... e Silvio Yasui, que é o tal japonezinho que estava lá e que me deu o toque para eu levar o André lá no CAPS. Hoje o Silvio é um bruta professor lá em cidade do interior (Assis). Silvio Yasui, eu me lembro. E foi assim. Eu fui lá no CAPS, porque ele me deu um telefone, eu fui lá, liguei e o menino que me atendeu, “não, você tem que vir aqui”. E eu fui bem atendido por um psicólogo e por um psiquiatra. O psicólogo era o Arnaldo Mota, que era um psicólogo e marceneiro. Não é que ele era um psicólogo e tinha uma oficina de marceneiro. Isso foi uma coisa interessante. Ele era psicólogo e marceneiro. Sabia. Não é que ele ficava falando. Ele ia lá e mostrava. Eu vi aquilo e falei: “Pô, bacana, bacana...”.

Era o Adalberto Lamerato. Adalberto Lamerato. Eram os dois, bom, aí consegui marcar para levar o André lá, porque eu consegui, eu precisava ir lá para marcar e o André junto para fazer aquela primeira entrevista. Isso tudo faz parte desta primeira pergunta que você fez. Olha, eu não paro mais. E aí continua toda a história. Porque aí, o que aconteceu? O que aconteceu? Eu precisei de convencer o pessoal lá das clínicas, do Instituto de Psiquiatria, para liberarem o André porque eu precisava levar o André lá no CAPS da Rua Itapeva, não adiantava nada eu ir lá e ficar falando. Aí começou a conversa lá no Instituto. E eu falava: “Olha Dr. Reméro, Dr. Tereza, Dr. Frekental...”. Tudo isso era médico psiquiatra, porque eram muito bons de conversa, atendimento, atenciosos e tudo. Eu sou isso. Eu não estou criticando quem trabalha não, eu critico o hospital psiquiátrico por mais moderninho que ele seja. Mas isso vamos deixar para lá.

Mas ninguém acreditava na gente. Que conversa era essa, uma Casa aberta na Avenida Paulista. Vem cá... eles não imaginavam que existisse isso. Era o primeiro CAPS brasileiro que estava sendo montado, inventado, organizado. Aí tanto que eu insisti, que insisti, não conseguia, não conseguia, não conseguia, aí eu descobri que no caminho no hospital psiquiátrico, é você fazer tudo através da Assistência Social. Porque em geral a assistente social é mulher, aberta, e mulher é mais sensível, mais perspectiva, parece que tem uma outra intuição, uma outra sacação. Aí eu fiquei amigo de uma assistente social lá e contei essa história do CAPS Itapeva, que eles não sabiam o que era, uma casa aberta. Acho que muita gente conhece o CAPS Itapeva. É uma Casa quatrocentona, de um Barão do Café que ficou devendo, naquela história da crise do café e o Estado foi lá e pegou a Casa. E a Casa ficou dando sopa lá, e a Ana Pitta percebeu e falou, “vamos fazer uma clínica aqui”. Esse CAPS. Aí eu consegui com essa assistente social, tanto que ela perturbou lá os médicos, e um belo dia a médica que cuidava do André falou: “Então, tá bom. Vai lá ver o que que é isso!”. Falou para a

Assistente Social. Ela foi e viu a Casa. Era uma clínica, em uma Casa lindíssima, na esquina da Rua Itapeva com aquela rua Carlos Camelare (?) passagem do MASP, um Museu lá... Hoje não é mais assim. Mas naquela época foi o primeiro CAPS brasileiro, aberto para a rua. Não tinha, ninguém sabia quem era quem lá dentro.

Aí eu levei o André e ele ficou sendo acompanhado lá, ele foi liberado do Hospital das Clínicas e coisa e tal, e nunca mais ele foi internado. Então foi assim que eu entrei dentro do Movimento e eu vi o outro lado que eu desconhecia. Esse é o meu lado. Aí o André ficou lá e eu fiquei junto. Eu fiquei tão encantado com o que eu estava vendo ali, o contraste do CAPS Itapeva e do Hospital Psiquiátrico. Depois eu conheci um monte de Hospital Psiquiátrico, eu participei de diversas inspeções em hospitais. Eu conheço uns trinta hospitais psiquiátricos aqui no Estado de São Paulo. Porque aí através do CAPS as pessoas começaram a saber do Geraldo. Aí eu comecei a ir na Secretaria (de Saúde), comecei a participar da Câmara Técnica, Câmara de Saúde Mental, da Secretaria de Saúde. Trinta anos atrás, vinte e cinco. Aí eles começaram a me levar quando tinha uma inspeção. Porque antigamente, o Hospital Psiquiátrico tinha que ser nível 4. Nível 4 quer dizer o seguinte, tinha o nível 1, nível 2, nível 3 e nível 4. O nível 1 era de um jeito, o nível 2 era de outro jeito, o nível 3 tinha que ter luz indireta, água, bebedouro; e o nível 4 tinha que ter televisão, tinha que ter... mais ou menos ... eram níveis de hospitais. E o hospital psiquiátrico do André naquela época era nível 1, era um nível mais baixo que tinha. Aí os caras me chamavam e o André já estava sendo acompanhado lá na Itapeva. E aí a Taninha Tipola, essa é antiga da saúde mental lá de São Paulo, Taninha Tipola, que foi do tempo do Marcos Ferraz, Dr. Marcos Ferraz, um cara legal pra chuchu. Está bem velho hoje, mas ele é uma cabeça muito aberta. Dr. Marcos Ferraz, ele era o coordenador de saúde mental, da Secretaria da Saúde. E a Taninha Tipola era coordenadora. É tantos cargos que eu não consigo saber (lembrar) com muita clareza.

Eu fui convidado para fazer uma Mesa, uma vez com o Dalmo Dallari, imagina, Dalmo Dallari, Ana Pitta, Marcos Ferraz e um outro destes nomes aí. E eu! E eu tremi na base, “poxa, o que eu vou falar em uma mesa dessas?”. A Sandra Fischeti, uma psicóloga que já trabalhava, que já era a minha amiga, falou: “Não, Geraldo. Você vai lá e você fala, fala da sua subjetividade”. Assim na maior simplicidade. Estou falando de um depoimento de um cara... eu não estou querendo fazer, inverter. Eu não estou querendo falar de filosofia, de métodos de tratamento. Eu estou falando de Geraldo Peixoto que viveu e sentiu isso profundamente e que sente profundamente até hoje. A Sandra Fisicheti falou: “Geraldo, você fala da sua subjetividade”. Aí é que piorou. Falei, mas como? Eu sou um cara objetivo, eu tinha uma vaidade em ser um executivo, gostava de ganhar dinheiro... Porquê? Porque eu era executivo. Agora a Sandra vem me mandar falar, fala da sua subjetividade, aí que eu comecei a entender o que é subjetividade.

Abriu um espaço fantástico na minha vida, da subjetividade. As questões da subjetividade. E eu falei nessa Mesa, eu tinha escrito um negócio, não li nada e comecei a falar da minha subjetividade. Como é que eu entendia essa história da loucura, da doença mental, principalmente tendo essa história toda dentro da minha casa. Eu dei esse pulo, para eu ir nessa Mesa aí, com o Celso (Dalmo) Dallari, essa turma toda, porque

... peraí...porque...calma aí, ah, sim! Porque que eu conheço mais de trinta hospitais psiquiátricos. Porque aí a Taninha Tipola, que estava na Mesa, essa bruta mesa que eu te falei, Ana Pitta também estava, ela começou a me chamar; me convidar para ir visitar; esse negócio de hospital de nível 4. Porque não podia ter... todo hospital tinha que ter o nível 4, tinha que ter uma série de coisas, porque se não acabava o financiamento do Estado. E o que que aconteceu? Aí ela começou a me chamar; ela falou: “Oh, Geraldo, eu vou te chamar, você quer ir?”. Eu disse, “eu vou. Eu não entendo nada de hospital psiquiátrico”. E ela disse, “mas é justamente por isso que nós queremos que você vá. Um cara do Movimento Social, um cara da militância”. Depois que abriu, porque antigamente era só técnico que fazia inspeção em hospital psiquiátrico. O professor, doutor, enfermeiro, psicólogo, etc. Mas aí começou a abrir e eu comecei a visitar. Outras pessoas foram também, não era só eu. Outros militantes também. Foi aí que eu vi, definitivamente, ficou claro para mim, que é uma instituição superada, sem nenhuma necessidade de existir. A loucura não precisa ficar trancafiada dentro de um hospital psiquiátrico. Mas tem uns caras que são inclusive poetas que acreditam, que internam filho. E o filho morre dentro do hospital psiquiátrico.

O entrevistado relata uma mudança em sua vida com a participação no movimento:

Na época eu... agora que eu tenho uma noção do que foi aquilo. Muitos anos depois. Na época era um incômodo que eu sentia, um mal-estar, etc. Uma turma que eu conheci, um outro lado, uma outra perspectiva. A questão humanística, a questão filosófica, aí eu descobri tanta coisa que me fizeram crescer como pessoa. Eu era um executivo. Eu gostava de ganhar dinheiro e eu ganhei. Acho que não é tão difícil ganhar dinheiro, não. Aí eu joguei tudo para cima e fui cuidar do André. Fiz uma escola de natação na casa, num casarão daquele lá em Ipiranga, onde só passa Museu, o Museu do Ipiranga que é o Museu da USP. [...] E aí eu construí a piscina no quintal desta casa e fiquei dando aula lá e cuidando do André. E o André continuou se tratando no CAPS, deu uma bela melhorada, as crises foram se esparsando, demorava mais tendo, mas continua tendo. E eu continuei dando aula de natação, fomos vivendo, sobrevivendo e foi assim que eu pude dar atenção ao André até o fim da vida dele. Mas depois eu vendi a escola, por isso que eu fui morar em São Vicente. Lá nessa escola eu conheci muita gente, tive muitas experiências superinteressantes lá, inclusive psiquiatras que eu conheci, de pacientes que precisavam de uma outra percepção, não só psiquiátrica, mas quando ela descobriu que eu tinha todo este envolvimento e que eu usava a natação como uma forma terapêutica, não dá para fugir muito ... aí eu tenho que contar uma outra história... Sabe o que é? É a história do Sato, porque eu fui nadador e eu achava que eu era o máximo como nadador. Aí o Sato que misturava natação com o zen budismo me mandou nadar um pouco. Aí eu disse: “É comigo mesmo”. Cai na água, mandei aquele crawl de competição. Ele mandou parar na hora, gritando na piscina. E eu perguntei: “Poxa, o que foi Sato?”. Ele disse: “Não. Você sabe até nadar, né? Mas você não é nadador, não”. Aí eu falei, como é que eu não sou nadador?”. “Não é. Porque você briga com água. A hora que você...”. Eu falei, “então o que eu tenho que fazer?”. “Na hora que você vira água, você vai ser um nadador”.

Isso é mais do que zen budismo. É a transformação... aí eu comecei a usar este método e ensinar a nadar. Aí uma psiquiatra lá de Ipiranga soube, que tinha um caso complicado de uma moça que foi embora para Londres, rica, que era apaixonada pelo Bono, o Bono, o cantor. Olha, não dá para ficar numa linha só para contar a minha história, está certo? Não dá, aí eu vou contando... aí é a minha cabeça é meio esquizofrenizada ainda bem que eu tenho uma companheira que coloca ordem na minha cabeça, eu tenho a Dulce, eu preciso colocar ordem na minha vida. Aquelas coisas que eu escrevo, ela lê, relê, ela é professora de português e tal. E sai uns textos bonitos. Eu escrevo e ela conserta.

E foi assim do Sato e foi essa história. E eu comecei a usar este método nas aulas de natação. Essa menina que fugiu de casa, uma menina rica lá de São Bernardo, o pai era um industrial, lá de São Caetano, naquelas cidades ali do ABC (?). Ela falou: "Aí, ó Geraldo...". Ela pegava, pegaram ela nua, em Londres, num show do coisa. E aí como ela era brasileira, foi no consulado e mandaram ela de volta. Aí mandaram ela para essa doutora, eu esqueci o nome dela, ela é uma psiquiatra. E ela me conhecia, ela nadou uns tempos comigo essa psiquiatra. Psicanalista... e não aprendeu a nadar, a cabecinha dela, porque ela era travada. Desculpa eu fazer piada uma hora dessas, porque era o meu segredo. Ela era uma psiquiatra travada. Ela entrava dentro da água e ficava assim, estátua, virava estátua. Aí a menina foi lá e foi maravilhosa a experiência, ela começou a nadar, se soltou, relaxou e tal, e melhorou a terapia, enfim, teve um monte de coisas. Essa foi uma experiência, depois teve outras experiências.

Uma greve que teve na saúde lá em São Paulo e que ninguém aprovou a greve na saúde. Todo mundo era contra. Mas o CAPS da rua Itapeva aprovou a greve, achou que devia ter greve mesmo. Aí a Associação Franco Basaglia se reuniu e falou, então vamos fazer alguma coisa e cada um ofereceu uma coisa. Eu ofereci uma semana de aula de natação, enquanto durasse essa greve. O pessoal que se tratava no CAPS, alguns pacientes, outros não. E eles iam lá. Essas experiências são incríveis, enriqueciam e eu estava lá. Eu achando que eu ia dar uma aula de natação, "Tá bom, então vamos fazer uns polichinelos". E ninguém fazia nada. Não tinha nada a ver a natação, a água com aquilo com o cara que era completamente pirado. Mas foi uma experiência interessante que até virou caso lá no CAPS da Rua Itapeva. Como é que ninguém fez nada. Só quando eu joguei uma bola dentro da água é que aí todo mundo pulou na água, porque tinha uma bola e começaram a jogar um pólo aquático, do jeito deles. São experiências que eu vivi que foram muito importantes. E aí chegou no ouvido do pessoal da Globo e eles fizeram uma matéria, um repórter destes aí, com aquele menino, esqueci o nome dele. É um baixinho, o cara fazia cada programa, ele trabalhava lá naquele lugar, ele foi, ele entrevistou o pessoal do CAPS, foi entrevistado pelo cara, fez a matéria, aquele negócio todo. Foi lá num hospital psiquiátrico do interior e depois terminou na escola de natação, na minha escola. Chamava "Nado livre Escola de Natação". Lá no Ipiranga. Aí que ele fez, saiu todo mundo meu, eu estava contando para eles, poxa, queria lembrar o nome dele... Dornelles, não sei o que, Dornelles. É repórter.

Carlos Dornelles. Tremendo de um cara sensível pra chuchu, perceptivo. Ele entrou na matéria da loucura e aí nessa entrevista ele falou comigo,

filmou a gente nadando. Filmou o André nadando peito, porque o André nadava um peito espetacular. Bom, vai ouvindo, aí o Carlos Dornelles, falou: “Bom, vamos ouvir aqui o Raimundo, que mora aqui na casa do Peixoto e pararara, usuário da saúde mental, abandonado pela família”. Aí o pai dele, do Raimundo ouviu que foi abandonado pela família e quis saber quem era esse tal de Geraldo Peixoto. Aí o irmão dele veio falar comigo, o irmão do Raimundo, um negão. Tenho até uma fotografia dele aqui, vai aparecer uma hora aí. Olha o Raimundo aqui. Ele e o meu filho com boné, chapéu de rabino, figura. Esses caras, eles viveram lá em casa. Esse aqui é o Raimundo também, andando na rua com a gente. É isso aí, é isso aí, é isso aí pessoal. Tenho tanta história com o Raimundo que nem dá, tem que fazer outra entrevista.

Aí o pai do Raimundo foi lá saber que história é essa que o senhor falou que nós abandonamos o Raimundo. Aí eu fiquei numa sinuca de bico. Falei pro cara: “Não fui eu, quem falou foi o repórter. Não sei o que, perere, pururu, perere”. Aí o Raimundo chegou. O Raimundo estava na rua e a gente estava sentado em uma situação assim, que o pai dele estava num canto. Eu estava aqui e o pai dele estava num canto, tinha uma parede. O pai dele estava aqui num canto, que era uma espécie de sala de espera da piscina e eu estava aqui. E o Raimundo me viu, quando ele entrou, ele me viu, veio e me beijou. Aí cortou, toda a brabeza do pai do Raimundo. Aí ele falou: “O meu pai nunca me beijou, Mestre!”. Me chamava de Mestre, Mestre Peneirinha. Eu sou Mestre Peneirinha para ele. Eu sou Mestre Peneirinha. E era um maravilhoso esquizofrênico, delicado e morou muitos anos. Ensinei ele a limpar piscina, passar o... limpar com o cloro, passar a mistura certa, tem que deixar decantar, aquilo vai tudo para o fundo e você vem com o escovão e limpa. Ele aprendeu aquilo e, inclusive, começou a ganhar um troco naquelas casas do Ipiranga que tinham piscina e tal.

O entrevistado passou a ser reconhecido como uma liderança:

É eu viajei bastante. Eu viajei muito. O Brasil e fora do Brasil, mas o meu grande sonho era ir a Trieste. Era ir a Trieste, chegar em Trieste. Eu já tinha lido A Instituição Negada, essa que é a do Basaglia, né? A Instituição Negada, que é do Basaglia, é um livro clássico que fala da experiência que começou em Gorizia e depois eles mandaram toda a equipe embora, mas isso há muitos anos atrás, mas era uma coisa completamente perturbadora, aquilo que os italianos estavam fazendo lá. Aí ele foi para Trieste e começou a fazer aquelas coisas todas lá. E o meu sonho era chegar Trieste. Aí tinha um Congresso lá em Roterdã e a Ana Pitta falou: “O Geraldo faz seguinte. Você vai nesse Congresso, mas faz o seguinte: escreve o material e manda para lá. Da sua experiência, disse que você viveu e tal”. E me convidaram, pagaram passagem, hotel e tudo. Aí na volta eu falei: “Ah, eu quero ir para Trieste”. Eu vim, passei em Paris para continuar a viagem, cheguei em Roma, depois de Roma eu fui para Trieste. Cheguei a Trieste, sozinho, peguei um ônibus, peguei um ônibus e perguntei onde é que era o Parque, o Parco San Giovanni, o Hospital Psiquiátrico San Giovanni, onde aconteceu toda esta história da psiquiatria, deste outro lado da psiquiatria.

Eu fui. Cheguei lá, você perguntou, né? Os lugares que eu conheci. Pois é, eu comecei por aí. Eu fiquei lá uma semana, eu já conhecia o Franco

Rotelli, o Del'acqua, aquele outro italiano lá, o Dr. Benedetto Sarraceno. Eu conhecia do Brasil, Ana Pitta, o Barbatto, e depois o Barbatto acabou ficando no Brasil, acho que é onde ele mora, em Botucatu. A história é essa. Esse foi o primeiro contato de viagem. Aí eu saí lá dessa Conferência da Reabilitação Psicossocial, que foi em Amsterdã e fui, peguei um trem, e fui embora. Fui parar em Trieste. Eu estou resumindo a história. Fui parar em Trieste. Aí eu peguei um ônibus e fui parar num destes hotéis da juventude. Peguei o ônibus e fui para o hospital San Giovanni e disse "soy un brasiliano, y soy amiche do Franco Rotelli". Aí o cara falou para mim: "Hum hum, Vechio!". Era ele, o próprio Rotelli. Ele me chamava de "Velho". Ele falou "Ma che vá?". Eu disse, "ô doutor eu vim aqui, eu estou aqui". Aí ele já mandou arrumar um apartamento, apartamento não, uma cama. Aí eu fiquei uma semana.

Aí apareceram outros brasileiros, que estagiavam lá. Apareceu aquela menina lá de Belo Horizonte, tinham outros brasileiros lá também, que estagiavam lá. Aí eu fiquei muito à vontade lá. A Marta Elizabeth, a Miriam, aparecem lá, uma outra mulher. Aí fiquei uma semana. E foi a primeira viagem que eu fui fazer. Aí eu fui em muitos outros lugares. Tive em Havana, em Cuba, tive no México, tive na Argentina, tive na Itália três vezes, na França três vezes, tive na Alemanha... é isso. Viajei bastante. Mas viajei sempre com um objetivo. Eu acho muito chato turismo. Eu viajo com algum compromisso de uma Conferência, para falar de minha experiência ou para ouvir as pessoas. Assim que eu faço. Agora mesmo vai ter uma outra Conferência, em Trieste, agora, no início do mês que vem. Mas nessa, eu já ia escrever. Eu até aconselho a moçada que quer ir viajar, escreve a experiência. Isso que eu falo para a moçada. Que conte a sua história. Na época era muito, agora nem tanto, porque a crise é geral, acho que a crise é geral. O país que não está em crise eu acho que é o Brasil, que era o país mais bola da vez. Isso que é a grande história equivocada que uns e outros vão contar na televisão. É o contrário disso. Aí, escreve. Eu faço isso, eu vou escrever a minha história, os caras liam, e eu falava. Só não falava diretamente da culpa que eles tinham de nós sermos o quarto mundo. E eles têm essa culpa. Então, eles me convidavam para ir lá para visitar, para saber quem é esse cara, esse tal de Geraldo.

É, foi assim. Como é que é? Está na pergunta ou vai mudar? Bom, isso já falamos, da representação internacional. Aí eu fui em muitos lugares. Fui mesmo, em uma porção de lugar e tal. Conheci e acho que a Reforma Psiquiátrica brasileira, ela está sendo feita e ela está avançando, não adianta ficar com esse discurso de Trieste. Eu sou triestino, acima de tudo. Mas tem um equívoco. Uma coisa é você falar em Reforma Psiquiátrica, em Trieste, uma cidadezinha deste tamanho. Ou até na Itália, que é um pouquinho maior. Só que o Brasil é deste tamanho e tem 200 milhões de habitantes, nesse país aqui. É difícil você fazer uma reforma psiquiátrica em um país como esse, e com toda essa, que nós acabamos de ver o que foi esta batalha eleitoral. A história do preconceito, do baiano, porco, do petista imundo, foi assim. Não estou defendendo o PT, não. Não pensa, não. Mas eu estou achando que foi demais e eles tiraram a mascar e mostraram o que que é. Então imagina para a saúde mental é a mesma coisa, o louco tem que ser internado, tem que ser tratado, parará...

O entrevistado também citou a cisão ocorrida internamente ao movimento:

Foi aí que eu cheguei lá. Aí veio, pois é, veio o tal racha, essa divisão nos dois movimentos, que eu acho uma bobagem sem tamanho, eu acho. A gente até estava almoçando aí, e a gente estava pensando em fazer um movimento supra, supra, né? Suprapartidário, sem nenhum lado do racha, nós da militância, até estava falando em São Vicente, território livre de São Vicente, podia se chamar, né? Vamos discutir a saúde mental. O território livre de São Vicente. Fazer um grande encontro para discutir esta história do racha. O racha foi uma coisa pessoal, foi um bate-boca, eu não vou falar. Eu falei para ela, mas eu não vou falar aqui na entrevista. O nível que chegou o bate-boca, de palavrão, etc. Por isso que eu acabei, não sei como, ficando de um lado, o lado era da RENILA, mas eu não estou mais na RENILA, agora eu não estou em lugar nenhum, gente. Eu estou do lado da saúde mental, do doente mental, do usuário, do familiar e das pessoas que se incomodam com estas questões da subjetividade, que eu aprendi. Da crença que é possível mudar, que o doente mental não precisa ser trancafiado. Tem um muro lá em San Giovanni escrito a liberdade é terapêutica. Depois eles usam, tem camiseta, tem em todo lugar do mundo, mas tem esta frase que está lá, que o Basaglia abriu ou fechou, uma coisa contraditória. Abriu o hospital ou fechou o hospital. Acho que é as duas coisas. Abriu e fechou.

A história lá de Trieste e tudo mais, eu estive lá duas ou três vezes, e da última vez foi um grande Encontro que teve lá, eu fui, fui em dezembro, era um frio danado, eles criaram uma grande rede lá. Os italianos, principalmente essa turma do movimento da luta antimanicomial lá da Itália, na Itália é tudo grande, o maior, de algumas pessoas. Eu acho que a história está sendo contada é aqui. Por quem está deste lado de cá da América Latina. Acredito que nunca, uma pena que tem uma elite tão... uma elite preconceituosa, altamente preconceituosa. Se bem se é elite é sempre pouca gente. O grave que eu acho disso tudo é que às vezes as pessoas que são mais necessitadas, estão fazendo o discurso da elite.

CAPÍTULO 5 – AS PORTAS E AS JANELAS: REFLEXÕES, POSSIBILIDADES E DESFECHOS

A trajetória percorrida neste trabalho traz reflexões no intuito de oferecer indicativos que possam ser considerados na compreensão de processos de subjetivação e participação em movimentos sociais de saúde mental.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que as formulações da psicologia social concreta podem trazer subsídios relevantes na compreensão desse fenômeno e da complexidade que está posta em questões dessa natureza.

Como já anunciado no início deste trabalho, também para Pichon-Rivière, toda produção é sempre autobiográfica e estão intimamente relacionadas a concepções teóricas de um autor e a vida que ele viveu (LEMA, 2008). Se estamos falando em produção, podemos partir do princípio que esta não é necessariamente teórica e a criação pode ocorrer em práticas, sejam elas nos modos de cuidado ou como resultantes do engajamento em movimentos sociais. Se for assim, a vida que cada um dos militantes/construtores de um movimento viveu está intimamente ligada com o tipo de liderança que passou a exercer. Não se trata, portanto, de identificar o que da participação em um movimento pode influenciar nos modos de subjetivação de quem dele participa; e nem mesmo conjecturar sobre individualidades, definindo as características desse tipo de organização. Fazendo jus ao modo de compreender a realidade a partir de uma perspectiva dialética materialista, os escritos de Pichon-Rivière podem auxiliar-nos nas reflexões sobre a temática aqui proposta, ao considerar sempre uma mútua determinação sujeito – contexto vincular/social.

Segundo esse autor, o sujeito deve ser compreendido como *emergente*, produzido na complexa trama de vínculos e relações, ou seja, é um sujeito em situação. A partir dessa compreensão, ele elabora o conceito de porta-voz, mencionado anteriormente. O sujeito é um “sujeito determinado, mas também produtor, ator e protagonista, configurando-se em uma atividade transformadora, em uma relação dialética, mutuamente modificadora com o mundo; relação que tem como motor a necessidade” (SCARCELLI, 2016, p. 55). Segundo Scarcelli (2016), Pichon dá um salto qualitativo com essa formulação, ou seja, vai de “uma teoria predominantemente intrapsíquica para outra, que considera o indivíduo como

resultado do interjogo estabelecido entre o sujeito e os objetos internos externos, em uma predominante relação de interação dialética, expressa através de certas condutas” (SCARCELLI, 2016, p. 74).

Nesse sentido, os sujeitos das entrevistas podem ser caracterizados de acordo com o conceito de porta-voz. As descrições e experiências enunciadas pelos sujeitos podem ser consideradas como expressivas de si e do grupo e evidenciam que história pessoal, do grupo e contexto estão imbricados, evidenciando processos que dão pistas sobre a subjetividade e os processos de associação/desagregação. Nesse caso, será o porta-voz que permitirá compreender o movimento dialético que constituirá sua experiência e atuação *no* e *do* movimento, numa dinâmica constante e incessante que confere concreção a uma relação que acaba por se apresentar tal como é.

A concepção de *mundo interno* ou *grupo interno* foi fundamental na construção da psicologia social pichoniana. Lembrando que o “*grupo interno* se constitui a partir dos *vínculos internos* que se articulam progressivamente e estão em relação dialética – ou não – com os *vínculos externos/grupo externo*” (SCARCELLI, 2016, p. 54). Segundo Pichon-Rivière (LEMA, 2008), o mundo interno define-se como conjunto de relações internalizadas que passam do que está fora (mundo externo) para o mundo interno e se encontram em permanente interação. As relações sociais internalizadas reproduzem no âmbito do ‘eu’ as relações designadas por ele como ecológicas (PICHON-RIVIÈRE, 2005). Sustentado pela concepção dialética, afirma que “a sociedade está dentro e está fora, mas a sociedade que está dentro o está de uma forma particular para cada indivíduo” (PICHON-RIVIÈRE, 1982, p. 70).

Segundo Scarcelli (2016), Pichon-Rivière assumiu sua vocação pelas *Ciências do Homem*, a partir da tentativa de resolver a obscuridade do conflito entre duas culturas marcadamente distintas que fizeram parte de sua experiência na infância: uma cultura predominantemente de magia, carregada de culpa, morte, luto e loucura, em um universo dramático vivido com a população do Chaco – província da Argentina – e uma outra culta, proveniente do sul da França no qual viveu sua família de origem. A decisão de estudar para revelar algo de seu próprio mistério inscreveu-se como marca singular no seu percurso, que o levou a uma longa e intensa experiência em instituição psiquiátrica, que lhe possibilitou a elaboração de questões importantes no que se refere ao campo da saúde e saúde mental. Como parte de sua produção, ao transitar entre macro e microestruturas,

Pichon “foi enfático sobre a existência do aparato de dominação em nossa sociedade, destinado, em última instância, a perpetuar as relações de produção, que são de exploração” (SCARCELLI, 2016, p. 41).

Evocar aspectos da vida de Pichon-Rivière é um modo de indagar se a decisão por se engajar em lutas sociais de caráter democrático, como às dos sujeitos-militantes aqui mencionados, não é também um modo de elaborar questões dilemáticas inscritas na história de vida de cada um. E, deve ser sublinhado, não se trata de proceder a análises psicológicas específicas dos sujeitos aqui evocados, mas sim, de buscar possíveis ligações entre o subjetividade e estrutura social. De marcar, como afirma Scarcelli (2016), que a reflexão psicológica que se propõe a uma compreensão científica do sujeito na especificidade de seus processos psíquicos deverá incluir indagações que permitam o acesso à complexidade de relações determinantes da emergência e do desenvolvimento da subjetividade como fenômeno social e histórico.

O aspecto essencial e imediato a ser considerado nessa análise são os sujeitos em suas condições concretas, ou seja, os modos como a existência material se produz e se reproduz, como se dá a inserção dos sujeitos no processo produtivo, a distribuição do que se produz e a relação entre o produzido e sua distribuição de acordo com as necessidades dos sujeitos que constituem uma organização social (SCARCELLI, 2016, p. 55).

Os dilemas postos a Pichon-Rivière frente às situações que implicavam articular universos tão distintos continuaram complexos no decorrer de sua vida, o que colocou o adulto Pichon-Rivière – profissional e intelectual – frente a outros campos problemáticos. “Mas o prazer de ganhar o jogo, porque isso traz o reconhecimento e a certeza de que se está no mundo cumprindo uma função concreta, parece ter permanecido presente nesse homem” (SCARCELLI, 2016, p. 50).

O que está sendo marcado aqui é que uma produção está intimamente ligada com história e com o contexto de vida de cada sujeito. O que buscamos foi trazer um pouco do que sujeitos-militantes dizem de sua própria vida e, ao mesmo tempo, do que foi se inscrevendo como parte de um movimento de importância no campo da saúde e dos direitos humanos.

Nessa dupla inscrição (sujeito-movimento), parafraseando as menções sobre Pichon, o prazer de ganhar o jogo parece ser o outro lado da moeda expresso pelo sofrimento que mobiliza ações que carregam potência no sentido da mudança. Todos os sujeitos-militantes trazem em seus depoimentos o mal-estar, a inquietude e até mesmo a

dor diante de situações tão violentas às quais estavam submetidos e/ou eram obrigados a testemunharem.

No que se refere ao sofrimento, é possível lançar mão dos estudos de Dejours (2004) e Dejours e Molinier (2004) quando, ao identificarem esse sentimento diante das características do trabalho, constatam que o sofrimento é também possibilidade de criação, movimento e transformação. Pichon Rivère (2005), em outras palavras, também traz o sofrimento em perspectiva semelhante. Na passagem de situações dilemáticas para uma dialética que permita elaboração, o sujeito desenvolve capacidade de autognose (*insight*), ou seja, de elaborar um projeto, com a inclusão da morte como situação própria e concreta e enfrentar problemas existenciais com estilo próprio e uma ideologia própria de vida. Mas esse processo implica também um sofrimento que é operativo, já que para ele “não há cura sem lágrimas” (PICHON-RIVIÈRE, 2005, p. 209).

Ambos, Pichon e Dejours, encaram o sofrimento como próprio da vida e que sua transformação pode ocorrer no sentido da criação diante das adversidades. Se é fonte de criação é também de prazer, não significando, portanto, uma patologia. Mas a transformação da dura realidade, principalmente das instituições/organização de trabalho, não acontece individualmente, é sempre uma tarefa de todos. Se o projeto é claro e criativo, há possibilidade de entrega e resposta generosa (SCARCELLI, 2016, p. 189).

E se essa é uma tarefa de todos, isso requer que os modos de constituição de grupos e/ou a compreensão sobre os processos presentes em uma instituição, como estão sendo considerados os movimentos sociais, também deve ser alvo de reflexão e análise.

O grupo é estrutura básica de interação, ou seja, o grupal é o cenário e instrumento da constituição do sujeito. As entrevistas dos sujeitos militantes indicaram, como vimos, que a participação no movimento fez com que fossem identificados como lideranças e este aspecto foi assimilado por eles, tornando parte constitutiva de seu ser, de suas experiências e práticas. O grupo é uma unidade organizada a partir dos conjuntos sociais, que pode ter característica de situação espontânea ou de interação regulada quando, por exemplo, são utilizadas técnicas para potencializar essa interação (SCARCELLI, 2016).

Sobre a possibilidade de ter um reconhecimento como liderança a partir da prática participativa, os entrevistados passaram a ser chamados para congressos e eventos sobre saúde mental para contar sobre suas experiências e isso se reforçou no fato de terem sido identificados como atores representativos da história da reforma psiquiátrica. Esse

processo de reconhecimento modificou a própria concepção que os sujeitos tinham de si mesmos, fomentado a partir do reconhecimento pelo outro.

Dessa forma, pode-se refletir que os sujeitos das entrevistas se apropriaram de uma nova forma de ser e estar no mundo, cujas transformações, concomitantes com o reconhecimento do outro, derivou numa apropriação dessas transformações, numa mudança de discurso e formas de pensamento, fomentando processos de associação e desagregação. Para os entrevistados, ao entrarem em contato com novos conhecimentos, práticas e com teóricos que eram referência da área, algo se modificou neles, consolidando sua prática no movimento. Algo no universo daquelas pessoas foi modificado, elas viram uma nova possibilidade de realidade, o que provocou um processo de associação ao movimento, oferecendo uma possibilidade de existência diferente daquela vivida até o momento.

Pichon-Rivière (2005) define o grupo como um conjunto de pessoas ligadas por uma constante de tempo e espaço, com mútua-representação interna – e é nesse sentido que o MLA pode ser considerado como grupo tal qual proposto por Pichon – no qual estão presentes processos de comunicação e aprendizagem e pressupõe uma tarefa.

Tarefa é *elaboração* que envolve *desocultação* e *movimento*. É elaboração, porque se refere à construção do esquema conceitual, referencial e operativo, o ECRO. Tarefa supõe a passagem por múltiplas contradições, simultâneas e sucessivas, e sua resolução; presume o trajeto dialético que implica os sujeitos e os grupos em um percurso que vai de necessidades prioritárias a objetivos específicos (SCARCELLI, 2016, p. 89).

A elaboração de um esquema conceitual e referencial comum é condição básica para o estabelecimento da comunicação e implica processo de aprendizagem, que caracteriza a tarefa. Essa construção se dá a partir da reestruturação, do reajuste dos esquemas conceituais dos sujeitos envolvidos na relação, o que implica superação e, conseqüentemente, mudança da situação estabelecida.

A tarefa e a nomeada por Pichon como pré-tarefa constituem-se como momentos que se alternam e conferem uma perspectiva de movimento em espiral, no qual ocorre a possibilidade de mudança no grupo. Se o grupo permanece na pré-tarefa, ocorre a paralização no processo de aprendizagem e uma cristalização, que podem ser representadas por um círculo, não como uma espiral. É um recurso dos sujeitos que resultam na

dissociação entre o pensamento e a ação. Ela é inerente ao processo grupal (SCARCELLI, 2016).

A partir desses conceitos, podemos sugerir o estabelecimento de um paralelo entre tarefa e pré-tarefa com a dinâmica associação/desagregação nos movimentos, trazidos pelos sujeitos nas entrevistas. As cisões, divergências e afastamentos foram observadas ao longo de todo o histórico do movimento e foram parte constitutiva dos mesmos; podemos refletir sobre esses momentos como períodos de pré-tarefa. A trajetória do movimento não se configurou como uma linearidade ascendente ou descendente, mas pode ser compreendida no movimento em espiral, tal como proposto por Pichon-Rivière, constituída por ambos os fenômenos de pré-tarefa e tarefa.

Segundo Fernandes (1989), na teoria pichoniana, a instituição é pensada a partir dos papéis possíveis de serem vividos (ocupados) na própria instituição, podendo ser investigada principalmente a partir do jogo de papéis estabelecido nos grupos. Ou seja, a instituição pode ser compreendida com base em “uma problemática intergrupal, portanto, passível de ser investigada a partir do plano grupal, seja no nível prático, seja no nível teórico-metodológico” (FERNANDES, 1989, p. 25). Como vimos nas entrevistas, os sujeitos, em especial os pertencentes ao segmento dos trabalhadores, ocuparam diferentes posições e atuaram de maneira distinta no movimento e na esfera político-estatal. Dessa maneira, o deslocamento dos sujeitos nos diferentes papéis pode ser compreendido sob esse prisma, que refletirá os momentos de tarefa e pré-tarefa e a dinâmica institucional estabelecida no movimento.

Scarcelli (2016) afirma, contudo, que a instituição também pode ser pensada como fato psíquico, e fundamentada em Bleger, ela faz parte da personalidade do indivíduo.

E, como tal, tem tamanha importância que a identidade é sempre – total ou parcialmente – grupal ou institucional, isto é: pelo menos uma parte da identidade é sempre configurada pela pertinência a um grupo, uma instituição, uma ideologia, um partido, etc. Fenichel escreveu: Não há dúvida nenhuma de que as estruturas individuais criadas pelas instituições ajudam a conservar essas mesmas instituições’. Mas, além dessa interação indivíduos-instituições, as instituições funcionam sempre (em graus variáveis) como limites do esquema corporal e núcleo básico da identidade (BLEGER, 1988, p.313).

Dois tipos de aceção são trazidos por Bleger (1989), ou seja, instituição como conjunto de normas, regras e atividades agrupadas em torno de valores e funções sociais; como organização que se define como uma disposição hierárquica de funções que se

efetuam numa área delimitada. E o grupo também é considerado uma instituição complexa, ou ainda um conjunto de instituições com tendência a se estabelecerem com regras fixas.

Podemos entender que os movimentos sociais, uma vez que não são monolíticos, pois agregam diferentes grupos, podem ser compreendidos também a partir desse referencial. Em uma discussão que não convém nos atermos neste momento, é importante destacar que nos grupos/instituições há uma tendência à burocratização entendida, por Bleger, quando os meios se tornam fins; e por Pichon-Rivière, quando não há mobilidade de papéis e as relações paralisam, se cristalizam.

Segundo Fabris, algumas dimensões devem ser consideradas na análise dos grupos:

[...] os processos de comunicação, o ruído e o mal-entendido; as dimensões da aprendizagem e de obstáculo; os processos vinculares e grupais de afiliação e pertencimento (versus serialidade); as possibilidades de cooperação e a sabotagem; o telê positivo e negativo; as ideologias em jogo, em suas dimensões manifestadas e latentes; os contextos institucionais e sociais intervenientes (explícitos e implícitos); os acasos da incerteza e da ambivalência; as necessidades e motivações em jogo; os segredos grupais; os medos (ansiedades paranoides e depressivas) e os projetos de mudança; a natureza essencialmente problemática do objeto da tarefa e as condições de aproximação, de enfrentamento e de resolução das necessidades, dos objetivos e da tarefa (FABRIS, 2014, p. 113).

Scarcelli (2016) reflete que os momentos de tarefa e pré-tarefa constituem todo tipo de trabalho e, se assim não fosse, grande parte dos trabalhadores estaria seriamente adoecidos. Uma dificuldade no mundo do trabalho é o alcance de um projeto, ou seja, atingir a tarefa. O mundo do trabalho não pode se reduzir à experiência de assujeitamento, passividade e adoecimento: mesmo nas situações adversas, os sujeitos buscam estratégias criativas para se transformar, muito mais do que apenas para sobreviver. Os sujeitos descreveram situações violentas vividas no mundo do trabalho e, naquele contexto, a apatia diante das atrocidades verificadas no cotidiano significaria aderir a uma prática violenta no tratamento dos pacientes. Podemos inferir que sujeitar-se àquele contexto sem buscar formas criativas e alternativas para o tratamento dos pacientes significaria adoecer. As entrevistas mostraram que os sujeitos modificaram a situação em que se encontravam a partir da busca por uma alternativa a esta situação.

Os sujeitos entrevistados, ao entrarem em contato com os horrores do tratamento dado aos pacientes de saúde mental, seja por serem pacientes, profissionais ou familiares de pacientes, motivou a mobilização e a participação em algum espaço que contemplasse alternativas diferentes ao que tiveram como experiência. Os entrevistados mostram um

incômodo com a situação instalada e uma necessidade de pensar e fazer algo diferente. Nesse sentido, pode-se afirmar que entrar em contato com novas formas de pensar e encontrar outros atores que também se incomodavam com a situação estabelecida influenciou os processos de associação/desagregação.

Um outro aspecto importante a ser destacado no conjunto de questões levantadas no decorrer da elaboração deste trabalho é sobre a visão corrente de que os movimentos sociais sofrem de uma apatia ou de que não há uma organização da sociedade civil no Brasil. Existe uma diversidade de sujeitos que participam politicamente de movimentos e atuam no sentido de uma mudança no *status quo* vigente. Os movimentos sociais frequentemente lutam pela manutenção de direitos e por mudanças que levem a um contexto de maior justiça social. Seja por meio dos depoimentos dos sujeitos militantes entrevistados pelo Projeto Memória da Reforma Psiquiátrica no Brasil, seja pela observação feita nas reuniões de entidades e movimentos, foi possível constatar que os envolvidos nos movimentos de saúde mental percebem-se tendo uma participação política e vislumbram a possibilidade de ocorrer mudanças por meio de sua atuação. Nesse sentido, a ideologia cumpre um papel importante na visão que oferece sobre como se concretiza a participação dos movimentos sociais. E mais, a assunção pelos participantes dos movimentos de que o processo participativo está extinto ou apático recebe a influência direta de um discurso ideológico que pretende minimizar os efeitos de sua atuação política, evidenciando a constante disputa entre projetos políticos de direita e esquerda, tal como definidos no início deste trabalho.

As entrevistas e reuniões observadas indicam que, no momento em que a participação se manifesta em fenômenos concretos – como, por exemplo, as manifestações, a realização de congressos, ou ainda a aprovação de instrumentos legais para sua existência e continuidade – isso caracteriza-se como um incentivo à mobilização e à continuidade da participação no movimento. Pode-se dizer que esses momentos fornecem ânimo para a manutenção da prática participativa.

Um aspecto descrito pelos sujeitos foi com relação ao papel da mídia na construção de uma representação sobre os movimentos sociais e de sentimentos como medo e uma noção de “baderna”, de revolução. A grande imprensa foi apontada como aliada de grupos que atuam por meio da opressão econômica e age de maneira hostil a grupos que se coloquem numa direção oposta à manutenção do *status quo*. Conforme apresentado no

início desta tese, há uma “cultura do medo” direcionada a tudo que se relaciona com o campo da esquerda, o que direciona os sujeitos envolvidos com os movimentos sociais a um lugar social que tangencia a marginalidade e a criminalidade, ou ainda a um lugar inexistente. Esse fenômeno aparece como resultado da ação da grande mídia e do Estado.

As entrevistas indicaram que existe uma base formada por dois eixos que potencializam o movimento: a militância ou prática participativa e a formação. Os entrevistados citaram a importância de terem contato com referências teóricas nacionais e internacionais em sua própria formação, não somente acadêmica, mas também no que se refere à potencialidade de propostas e ações diferentes das práticas manicomiais pelas quais passaram. Outro aspecto observado foi a percepção de que a formação dentro das universidades tem um papel importante na constituição de sujeitos que estejam preocupados com a diminuição de situações injustas e opressoras, o que parece semelhante ao descrito no início desta tese, em que, no período do golpe de 1964, a esquerda compreendeu que uma possibilidade de expressão de seu ideário seria por meio dos estudantes.

Scarcelli (2016) identifica, no caso de trabalhadores que possuem a exigência de uma relação estreita entre o beneficiário do serviço e quem o oferece – como é o caso dos trabalhadores de saúde mental –, uma relação de mobilização de afetos. Essas relações e toda a problemática em seu entorno precisam ser abordadas na formação dos profissionais de saúde, uma vez que se trata de lidar com o sofrimento do outro e, por vezes, de si próprio. Essas relações interferem na dinâmica profissional e podem ser compreendidas a partir das ansiedades ligadas às fantasias em jogo nas situações de trabalho. Nesse sentido, os sujeitos militantes descortinaram essa problemática ao demonstrarem sua insatisfação com a realidade das instituições psiquiátricas e ao tentarem se organizar em grupos de trabalhadores para discutir a questão vivenciada por eles, como descrito pela entrevista de Márcia Schmidt, por exemplo.

A educação é permanente nos encontros, na construção de ligas que tecem a rede de práticas e saberes, o que implica apropriar-se de um conhecimento sobre a realidade. Saberes são produzidos no cotidiano, mas considerando as características da cotidianidade, ao não serem sistematizados, acabam se misturando no amálgama das crenças, das explicações ideologizadas, no conjunto de ideias dadas como naturais, autoevidentes, que não cabem ser questionadas e nem verificadas (SCARCELLI, 2016, p. 187).

A esfera da saúde mental lida por excelência com a questão da subjetividade e necessita que o profissional aprofunde o conhecimento em sua área e de outros campos, para assim ter condições de refletir sobre aspectos ligados à constituição histórica dos saberes e suas implicações nas práticas, bem como às fundamentações teóricas e filosóficas na construção desse saber, à contextualização da sociedade em que profissional e paciente vivem e às relações possíveis de serem feitas sobre saúde-sociedade, indivíduo-estado e instituições, dentre outras. Nesse sentido, a dimensão intersubjetiva deve fazer parte da problemática pertinente aos projetos de formação para o trabalho em saúde mental, o que exige deste profissional atentar para as características e mudanças do contexto e para aquelas que se referem a si próprios (SCARCELLI, 2016).

Nas situações descritas pelos sujeitos militantes, observou-se um contexto em que essas concepções eram impraticáveis. As entrevistas indicaram que, atualmente, se consolidou uma atuação dos profissionais de maneira alternativa às práticas manicomiais, dadas seja no âmbito político-jurídico, por meio da legalidade da lei, seja no âmbito técnico-assistencial, por meio da implementação e desenvolvimento das práticas, conforme proposto por Scarcelli (2016). No entanto, algumas práticas sugerem a manutenção de uma lógica fundamentada por uma cultura manicomial institucionalizada. As entrevistas indicam que muitos profissionais não estão nos movimentos ou possuem uma prática participativa. As falas dos sujeitos militantes também permitem uma reflexão sobre a lógica vigente de terceirização dos serviços de atenção à saúde mental e da saúde em geral por meio das Organizações Sociais de Saúde – as OSS –, conforme a regra institucionalizada a partir do processo estabelecido por meio da Reforma do Estado, assentados no âmbito jurídico político. Dessa forma, pode-se sugerir a compreensão das práticas alternativas como mais um elemento de consumo dentro de uma lógica de consumo, descontextualizadas e sem implicações políticas, uma vez que sua institucionalização não pode ser analisada fora de um contexto permeado pela ideologia.

Por décadas, pode-se observar a consolidação de um discurso que desvaloriza o público e uma valorização da esfera privada, seja por meio de financiamento de ações, projetos, seja por meio do desvio de recursos públicos para setores privados. Na prática, um exemplo a ser considerado é o aumento no número de faculdades privadas, que influencia no tipo de formação recebida pelos estudantes, mais uma vez desvalorizando o público e consolidando a lógica de mercado e privatista como a única alternativa de

trabalho. Um dos reflexos desse tipo de formação com ênfase na valorização da esfera privada pode ser, por exemplo, a chegada de novos profissionais nos equipamentos substitutivos à lógica manicomial com projetos e ações manicomiais.

As entrevistas mostraram que as compreensões registradas retratam partes da história nem sempre divulgadas sobre os movimentos de saúde mental, que reafirmam a impossibilidade de se pensar em movimentos monolíticos e estanques, sem contradições, o que pode ser considerado como um ganho para o histórico do movimento. Os sujeitos, ao descreverem seu histórico no e do movimento, evidenciaram polaridades existentes no que se refere à disputa política entre esquerda e direita. Sendo assim, o próprio movimento passa por processos de associação/desagregação, mas pareceu manter como objetivo final a criação de uma sociedade antimanicomial, mais justa e sem violência, valorizando a autonomia dos sujeitos com sofrimento mental. No histórico expresso nas entrevistas, é possível identificar situações emergentes que aparecem como processos concretos, como ocorreu, apenas a título de exemplo, com a expectativa e aprovação da Política Nacional de Saúde Mental. As cenas e experiências descritas pelos sujeitos podem ser consideradas expressões de relações internalizadas que se constituíram na relação com outros sujeitos num contexto específico. Por vezes, são visões diferentes de um mesmo fato e, por outras, são concepções distintas sobre o resultado de determinada prática.

Outro aspecto trazido pelos entrevistados profissionais de saúde indicou que a privatização e a precarização do trabalho podem se constituir como processos de associação/desagregação no movimento. A ausência de concurso público para efetivar os profissionais nas instituições que propunham práticas diferentes das tradicionalmente manicomiais fez com que os profissionais se organizassem e reivindicassem novos postos de trabalho institucionalizados. No entanto, a ausência de resposta do poder público, por vezes, desarticulou o movimento e o próprio ânimo na prática participativa. Isso pode indicar mais uma vez a relação de dupla determinação entre a subjetividade e o contexto social, que se modificam mutuamente.

Observou-se, a partir das entrevistas, que quanto mais heterogêneo o movimento se constituiu em relação aos atores sociais – ou seja, ser composto por usuários, familiares e profissionais – mais o movimento se beneficiou, com ideias e experiências diferentes, potencializando práticas inovadoras no contexto da saúde mental, gerando novas ideias e concepções sobre as práticas em saúde mental. Nesse sentido, pode-se inferir que os

processos de associação/desagregação se mostraram afetados pela potência do movimento, pelo seu poder de interferência no âmbito institucional, como ocorreu com a gestão e com a implementação de políticas públicas. Observou-se que os entrevistados constituíram uma trajetória de vida a partir da militância, também influenciada pelo contexto histórico, pelos discursos instituídos e pelas conquistas e derrotas obtidas a partir do movimento. Para uma proposta do movimento ser elemento que gere um processo de associação, é necessário que ela se institucionalize de alguma maneira, seja sob a forma de lei, projeto ou mesmo como uma política pública, conferindo concreção à prática participativa.

Identifica-se um processo de associação intenso, num primeiro momento, vinculado ao período de regime da ditadura, que foi um catalisador do MLA, bem como de outros movimentos sociais. De acordo com as entrevistas, este foi o período entre os anos de 1975 a 1986, aproximadamente. O final deste período é marcado pelo ano de 1987 com o congresso onde se instituiu o lema “por uma sociedade sem manicômios”, configurando-se como uma diretriz para as novas práticas em saúde mental. Num segundo momento, identifica-se o estabelecimento de uma rede alternativa à institucionalização psiquiátrica hospitalar tradicional e a movimentação para a criação de uma política nacional que garantisse em lei essas novas práticas assistenciais e, principalmente, o repasse de recursos financeiros para garantir sua institucionalidade. Até esse momento, as experiências criadas não possuíam um apoio que garantisse sua execução e permanência no sistema de saúde²². Os profissionais de saúde passam a ocupar cargos de gestão para garantir de alguma forma essa institucionalização. No entanto, a ocupação de cargos de gestão foi descrita pelos entrevistados como um elemento que podemos considerar tanto de associação quanto de desagregação.

O fato de profissionais ocuparem os cargos de gestão gerou questionamentos que permaneceram ao longo do movimento, polarizados pelo dilema entre a manutenção da fidelidade e compromisso dedicados às propostas do movimento e à possibilidade de cooptação pelo poder público e outros interesses divergentes da lógica antimanicomial. Por

²² Amarante (1998) elaborou uma proposta de periodização não do Movimento da Luta Antimanicomial, mas do que considera a reforma psiquiátrica brasileira, que pode ser correlacionada às entrevistas dos sujeitos usadas nesta tese. Segundo o autor, é difícil definir quando iniciou a reforma da prática e do saber psiquiátrico no Brasil. No entanto, caracteriza este como sendo um processo que se inicia em fins da década de 1970 com o surgimento do MTSM e está relacionado ao período de reivindicação por mais abertura democrática no país. O autor explicita o II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental de Bauru como um marco no fim de uma trajetória do movimento marcada pelo sanitarismo e início de outra, intitulada como “desinstitucionalização ou desconstrução/invenção”. Não seguiremos, no entanto, a divisão estabelecida por Amarante (1998), mas sim aquela percebida e explicitada pelos sujeitos militantes.

parte de quem ocupou o cargo de gestão, gerou insegurança sobre a aceitação do movimento de seu novo papel e um medo de não serem mais aceitos ou reconhecidos pelo movimento. As entrevistas descreveram sobre o dilema de pertencer, ao mesmo tempo, do movimento e da gestão. No entanto, observou-se nas entrevistas a importância para o movimento que seus participantes ocupassem esses cargos institucionais, uma vez que essa seria a possibilidade de impulsionarem o movimento e estabelecerem novas práticas na saúde mental.

As entrevistas permitem refletir sobre os processos de associação/desagregação que permearam as ações dos sujeitos militantes, por meio da seguinte dinâmica: num primeiro momento, houve a organização e a associação de pessoas em torno do tema da saúde mental e da mudança na maneira de tratar os pacientes, ou seja, organizou-se um núcleo e estabeleceu-se uma hegemonia de pensamento e forma de atuação. O segundo momento foi permeado por esta descentralização das ações, mas mantendo uma interlocução com os participantes do movimento e uma base constante, *locus* em que os sujeitos podiam ter a segurança de voltar a atuar ou sanar suas dúvidas.

A partir das entrevistas, não se pode dizer que não houve participação ou militância na saúde mental em qualquer momento desde que se organizou o movimento. Mesmo discordando, os sujeitos militantes buscaram reafirmar sua participação no mesmo espaço ou em outros espaços de atuação. É fato que a institucionalização dos espaços de negociação política são um ganho para a democracia, como vimos anteriormente nesta tese. No entanto, a maneira como se institucionalizaram pode ter sido estratégia de um projeto político que tende a deslegitimar a atuação dos movimentos, reforçando a ideia de que não há participação.

Para os sujeitos militantes entrevistados, a criação da Política Nacional de Saúde Mental, em 2001, configurou-se como uma possibilidade na institucionalização das práticas alternativas às manicomiais vigentes. Com o estabelecimento da lei, os entrevistados passaram a considerar a possibilidade de mudança no *status quo* vigente no que se referia ao atendimento aos pacientes, às práticas dos profissionais e na forma da loucura ser compreendida socialmente. No entanto, ao longo do tempo, essas mudanças simbólicas não foram tão perceptíveis para os entrevistados, que citaram como exemplo os profissionais atuais que chegam na rede de atenção à saúde mental. Isso leva a uma reflexão sobre a formação dos profissionais de saúde mental. Observa-se que há uma noção

sobre o que é a reforma psiquiátrica, mas isso não está incorporado em suas práticas, uma vez que se observa a reprodução de práticas consideradas manicomiais, ainda que dentro de instituições que compõem a rede alternativa de assistência à saúde mental, como por exemplo os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS.

Nesse processo de manutenção das práticas manicomiais, observa-se um discurso ideológico que subjaz as alterações na própria legislação de saúde mental, conforme mencionado na reunião observada em que participaram militantes dos movimentos de saúde mental. A atual política de saúde mental prioriza e direciona suas ações para álcool e drogas. No entanto, o quadro abaixo mostra que, apenas em números brutos, a maior demanda por internações, por exemplo, classificadas pela CID-10, não é decorrente de problemas de álcool e drogas. Isso pode ser interpretado como uma forma de direcionar ideologicamente o que se considera como política de saúde mental, deixando em segundo plano os pacientes em sofrimento mental.

Tabela 2 - Internações por ano de atendimento, segundo lista de morbidade da CID 10, período de 2013 a 2016, Brasil.

Lista Morbidade CID-10	2013	2014	2015	2016	Total
Transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool	47.001	45.871	42.514	35.854	173.708
Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de outras substâncias psicoativas	48.295	44.038	38.540	34.616	167.895
Total parcial	95.296	89.909	81.054	70.470	341.603
Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e delirantes	85.902	81.136	75.331	66.742	313.879
Transtornos de humor [afetivos]	45.690	45.993	45.443	43.016	182.695
Transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o "stress" e transtornos somatoformes	2.250	2.212	2.263	2.699	9.537
Total parcial	133.842	129.341	123.037	112.457	506.111
Demência	2.786	2.796	2.505	2.538	10.763
Retardo mental	5.108	5.438	5.622	5.111	21.550
Outros transtornos mentais e comportamentais	15.047	15.757	15.104	13.467	60.064
TOTAL GERAL	252.079	243.241	227.322	204.043	940.091

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Notas:

1. Situação da base de dados nacional em 29/04/2016.
2. Dados de janeiro de 2015 até março de 2016, sujeitos a retificação.

Um dos entrevistados descreveu que os hospitais psiquiátricos eram geridos por militares na época da ditadura, o que pode refletir o manicômio como instrumento de poder no âmbito institucional. A esse respeito, algumas práticas manicomiais ainda persistem, tais como a internação psiquiátrica compulsória e o próprio eletrochoque, o que leva à reflexão sobre a persistência da psiquiatria clássica manicomial como prática vigente em instituições de saúde mental e a força desse discurso como única saída para pacientes em crise.

O estabelecimento da Política Nacional de Saúde Mental sob forma de lei possibilitou a institucionalização, por exemplo, do repasse de recursos, o que, na fala dos sujeitos militantes, garantiu que as novas práticas em saúde mental continuassem existindo, modificando-se e originando outras práticas criativas. No entanto, como tudo que se institucionaliza, perde autenticidade, criatividade e originalidade. Os profissionais passaram a ter que seguir uma “cartilha” e talvez isso tenha embotado novas práticas, o que pode ser visto como o processo de associação/desagregação permeando os âmbitos político-jurídico e institucional.

De acordo com as definições usadas neste trabalho, o processo associação/desagregação contém uma dimensão dialética que contempla as contradições existentes na prática participativa. Os sujeitos demonstraram coesão, solidariedade e noção de pertencimento ao aderir ao MLA, mas permeados por situações que geravam dúvidas e questionamento sobre a maneira de associar-se a este movimento. Considerando a complexidade desse processo e sua dimensão dialética, não sendo possível usar os termos separadamente, mas sim como a expressão associação/desagregação, processo que influencia tanto a esfera dos sujeitos quanto o âmbito formal, institucional do movimento, especialmente se lembrarmos a concepção de subjetividade conceituada por Pichon-Rivière.

Estamos falando sobre sujeitos em relação e num contexto social que, neste caso estudado, funcionaram, inventaram-se e reinventaram-se num determinado contexto e estrutura social, conforme observado. Sendo assim, não é possível afirmar que os resultados encontrados nesta pesquisa sejam os mesmos a serem encontrados para todos os

movimentos sociais e seus participantes. No entanto, a associação/desagregação – que contém uma dimensão dialética – pode-se configurar como uma chave para compreensão sobre os modos de subjetivação dos sujeitos em suas práticas participativas.

Para encerrar, neste trabalho foram apresentadas compreensões oriundas do campo da psicologia social suscitadas a partir de nossas observações e da análise reflexiva feita a partir das entrevistas. Importante ressaltar que é um caminho possível ou indicadores a serem considerados em estudos futuros; os aspectos identificados no decorrer desta pesquisa vinculados ao par associação/desagregação podem estar presentes na compreensão dos grupos e da constituição dos sujeitos e seus modos de subjetivação.

REFERÊNCIAS²³

AMARANTE, P. (coord.). **Loucos pela vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil (livro eletrônico). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998. 0385Kb; Epub.

BANDEIRA, L. A. M. **1964**: a CIA e a técnica do golpe de Estado. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/034/34ebandeira.htm>>. Acesso em: 07 out. 2015.

BLEGER, J. **Psicologia da conduta**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

_____. **Simbiose e ambiguidade**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. **Temas de Psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BOBBIO, N. et al. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 2004.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília: MARE, 1995. 68 p. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>, acesso em set. 2015.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE. **Plano de reestruturação e melhoria da gestão do MARE**. Brasília: MARE, 1997a. 39 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; c. 5).

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE. **A Reforma do Aparelho do Estado e as mudanças constitucionais**: síntese & respostas a dúvidas mais comuns. Brasília: MARE, 1997b. 23p. (Cadernos MARE da reforma do estado; c.6).

²³ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

CAMPOS, G. W. S.; MINAYO, M. C. S.; AKERMAN, M.; DRUMOND JR, M.; CARVALHO, Y. M. **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec / Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

CARNEIRO, C. C. G.; MARTINS, M. I. C. Novos modelos de gestão do trabalho no setor público de saúde e o trabalho do agente comunitário de saúde. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 45-66, abr. 2015.

CARVALHO, M. C. A. A. **Participação social no Brasil hoje**. São Paulo: Pólis, 1998.

CHAUI, MS. **O que é ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CHERCHIGLIA, M. L.; DALLARI, S. G. Tempo de mudanças: sobrevivência de um hospital público. **RAE electron.**, São Paulo, v. 5, n. 2, dez. 2006.

COHN, A. Caminhos da reforma sanitária. **Lua Nova**, São Paulo, n. 19, p. 123-140, nov. 1989.

CORDEIRO, H. O Instituto de Medicina Social e a luta pela reforma sanitária: contribuição à história do SUS. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 343-362, jul. 2004.

CORTES, S. M. V. Construindo a possibilidade da participação dos usuários: conselhos e conferências no Sistema Único de Saúde. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 7, p. 18-49, jun. 2002.

COSTA, N. R.; RIBEIRO, J. M.; SILVA, P. L. B. Reforma do Estado e mudança organizacional: um estudo de hospitais públicos. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 427-442, 2000.

COSTA, S. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, vol. 12, n. 35, fev. 1997.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. Notas sobre cidadania e modernidade. In: _____. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000, p. 46-69.

DAGNINO, E. (Org). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 5. p. 139-164, out 2004.

DANELUCI, R. C. **Instituições públicas de saúde e mulheres gestantes: (im)possibilidades de escolhas?** 2016. 306f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 027-034, Set./Dez. 2004.

DEJOURS, C e MOLINIER, P. Inteligência prática e sabedoria prática: duas dimensões desconhecidas do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L.I. **Christophe Dejours - Da Psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, Brasília: Paralelo, 2004, p.277-299.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Anpocs, 1995.

FABRIS, F. A noção de tarefa, pré-tarefa e trabalho na teoria de E. Pichon-Rivière. **Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho**, São Paulo, vol. 17, n. spe. 1, p. 111-117, 2014.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP/Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERNANDES, M. I. A. **De como emerge a questão do narcisismo e da alteridade no grupo operativo**. 1989. 2v. Tese (Doutorado – Departamento de Psicologia Social e do Trabalho.) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

_____. A subjetividade à luz de uma teoria de grupos. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 5, n. 1/2, p. 285-296, 1994.

_____. Algumas reflexões sobre a negatividade na construção dos laços sociais. **Vínculo** (São Paulo), São Paulo, v. 1, n.1, p. 09-16, 2004a.

_____. O trabalho Psíquico da Intersubjetividade. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 3, p. 34-45, 2004b.

FIORI, J. L. Olhando para a Esquerda Latino-Americana. **Margem Esquerda**, São Paulo, v. 07, p. 1-23, 2006.

FOUCAULT, M. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

FRAYZE-PEREIRA, J. A. **O que é loucura?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GOSS, K. P.; PRUDENCIO, K. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Em Tese**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 75-91, jan. 2004.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Cadernos do Cárcere, volume 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do cárcere, volume 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GROPPO, B. O comunismo na história do século XX. **Lua Nova**, São Paulo, 75: p. 115-141, 2008.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA – GECD. Desafios e possibilidades da participação da sociedade na construção de uma gestão pública democrática. **Ideias**, Campinas, v. 5, n. 2/v. 6, n. 1, p. 75-96, 1998-1999.

HOBBSBAWN, E. J. **A Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001. CD-ROM.

IANNI, A. M. Z (Org). **Organizações Sociais: público e privado na saúde**. São Paulo: Associação Paulista de Saúde Pública (APSP), 1998. Disponível em: <<http://apsp.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Organizacoes-sociais-pub-antiga-APSP.pdf>>, acesso em nov 2016.

JUNQUEIRA, V. **Saúde na cidade de São Paulo (1989 a 2000)**. São Paulo: Instituto Pólis/PUC, 2002. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/850/850.pdf>>, acesso em: nov 2016.

LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J. L. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LÉNOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P; LÉNOIR, R.; MERLLIÉ, D.; PINTO, L. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, RJ, Vozes, p. 59-106.

LOSURDO, D. 150 anos do Manifesto do Partido Comunista: 150 anos de História universal. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 4, p. 75-81, 1998.

MACHADO, F. A. As possibilidades de controle social das políticas públicas. **Rev. Adm. Públ.** Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 32-49, jan/mar 1988.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MECHI, P. S. Partido Comunista Brasileiro e Partido Comunista do Brasil: meio século de disputa pela memória comunista. **Escritas**, Araguaína, vol. 6, n. 1, p. 144-164, 2014.

MENICUCCI, T. M. G. História da reforma sanitária brasileira e do Sistema Único de Saúde: mudanças, continuidades e a agenda atual. **Hist. ciênc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 77-92, mar. 2014.

_____. Implementação da reforma sanitária: a formação de uma política. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 72-87, ago. 2006.

MONTEIRO, M. A.; RAVENA, N.; CONDE, C. L. R. Judicialização da regulação e perda da qualidade do fornecimento de energia elétrica em áreas periféricas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 403-419, abr. 2013.

MORATO, H. T. P. **“Eu-Supervisão”**: em cena uma ação buscando significado sentido. 1989. 280f. Tese (Doutorado em Ciências. Área – Psicologia Escolar) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

NOGUEIRA, J. C. Movimento negro: das denúncias do racismo à prática de políticas públicas. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 5, p. 89-99, out. 2004.

OLIVEIRA, A. C. F. “Depois da queda” em perspectiva comparada. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n. 15, p. 103-119, 2003.

PAIM, J. S. A reforma sanitária brasileira e o Sistema Único de Saúde: dialogando com hipóteses concorrentes. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 625-644, 2008.

_____. A Reforma Sanitária e a municipalização. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 29-47, 1992.

PAOLI, M. C. P. M. Movimentos Sociais, cidadania, espaço público: perspectivas brasileiras para os anos 90. **Rev. Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 33, p. 115-133, out 1991.

PAULO NETTO, J. **Curso O método em Marx** – aulas ministradas de pós-graduação em Serviço Social da UFPE. DVD, 2002.

PEREIRA, L. C. B. **Exposição no Senado sobre a Reforma da Administração Pública**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 42 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 3).

PICHON-RIVIERE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Teoria do Vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

TAPAJÓS, R. **Políticas de Saúde no Brasil**: um século de luta pelo direito a saúde. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Kbo7YrhsE84>>, acesso em: 02 abr. 2013.

REZENDE, F. C. O ajuste gerencial e seus limites: a falha sequencial em perspectiva comparada. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 16, supl. p. 127-143, ago. 2008.

SALES, T. Raízes da desigualdades social na cultura política brasileira. **Rev. Bras. de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 26-37, junho de 1994.

SALLUM JR, B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**: Rev. Sociol. USP, São Paulo, v.11, n. 2, p. 23-47, out. 1999 (editado em fev. 2000).

SCARCELLI, I. R. **O movimento antimanicomial e a rede substitutiva em saúde mental**: a experiência do município de São Paulo 1989-1992. 1998. 149p. Dissertação (Mestrado – Departamento: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. **Psicologia social e políticas públicas: pontes e interfaces no campo da saúde.** 2016. 212 f. Tese (Livre-Docência – Departamento de Psicologia Social e do Trabalho.) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SCARCELLI, I. R.; JUNQUEIRA, V. O SUS como desafio para a formação em Psicologia. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 340-357, 2011.

SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. H. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil – Introdução. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 5, p. 13-35, out 2004.

SCHWARZ, R. Cultura e Política, 1964-1969. In: _____. **O pai de família e outros estudos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 61-92.

SEGRILLO, A. A Confusão Esquerda/Direita no Mundo Pós-Muro de Berlim: Uma Análise e uma Hipótese. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 615 a 632, 2004.

SOMARRIBA, M. e DULCI, O. A democratização do poder local e seus dilemas: a dinâmica atual da participação popular em Belo Horizonte. In: DINIZ, E. e AZEVEDO, S. (orgs). **Reforma do Estado e democracia no Brasil: dilemas e perspectivas.** Brasília: UNB, 1997, p. 391-425.

TAROUÇO, G. S. e MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 149-165, mar 2013.

TASSARA, E. T. O. e ARDANS, O. A relação entre ideologia e crítica nas políticas: reflexões a partir da psicologia social. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 7, n. 14, dez. 2007.

TEIXEIRA, S. M. F. Retomar o debate sobre a reforma sanitária para avançar o sistema único de saúde (SUS). **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 49, n. 4, p. 472-480, dez. 2009.

TELLES, V. S. **Pobreza e Cidadania.** São Paulo: Editora 34, 2001.

VANINI, F. e ROSSI, M. Kennedy sugeriu intervir militarmente no Brasil para tirar Jango do poder. **El País.** São Paulo, 06 jan. 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/06/politica/1389030526_116992.html>. Acesso em: 11 set, 2015.

WOOD, E. M. Sociedade civil e política de identidade. In: _____. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 205-225.